



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ANTONIA RAVACHE OLIVEIRA SILVA

**DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES À
ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO PIAUÍ:
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
(1909–1967)**

TERESINA

2024

ANTONIA RAVACHE OLIVEIRA SILVA

**DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES À
ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO PIAUÍ:
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
(1909–1967)**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa História da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro.

TERESINA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S586e Silva, Antonia Ravache Oliveira
Da Escola de Aprendizes Artífices à Escola Industrial Federal do Piauí : história e memória da educação profissional (1909-1967) / Antonia Ravache Oliveira Silva. -- 2024.
122 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí - UFPI, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina-PI, 2024.
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Amparo Borges Ferro.

1. Escola de Aprendizes e Artífices. 2. Instituição escolar. 3. Escola Industrial. 4. Ensino profissional. I. Título.

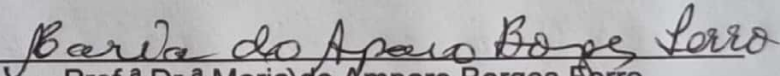
CBD 370

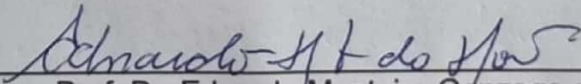
ANTONIA RAVACHE OLIVEIRA SILVA

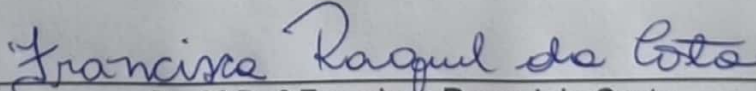
**DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES À
ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO PIAUÍ:
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
(1909-1967)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História da Educação, da Universidade Federal do Piauí.

Aprovada em 5 de abril de 2024.


Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro
Universidade Federal do Piauí


Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monte
Universidade Federal do Piauí


Prof.^a Dr.^a Francisca Raquel da Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

*Aos meus pais, Maria de Fátima e Severo Alves,
ao meu amado esposo Ronaldo Melo,
e aos meus filhos Gael e Miguel,
presentes de Deus,
que trouxeram (ainda mais vida) e mais alegria aos meus dias.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por conduzir toda a trajetória de construção desta dissertação, caminho desafiador, mas que me propiciou crescimento e aprendizado. Nas curvas ou retas do caminho, ainda realizei meu grande sonho, ser mãe. Obrigada, Deus, pelo Gael e pelo Miguel!

Ao longo do Curso de Mestrado em Educação, muitos, entre instituições e indivíduos, colaboraram para minha formação. Não poderia deixar de agradecer-los no momento final da caminhada.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), por me oportunizar a formação recebida e por estar sempre de portas abertas durante a construção desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (PPGE/UFPI), por me oportunizar a construção do conhecimento nesse espaço de formação, assim como à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro, quem admiro pela trajetória profissional e pessoal, e que acreditou em mim, desde a graduação, e sempre contribuiu para a minha formação. Obrigada pela orientação, pelo apoio, por sua sensibilidade, confiança e empatia nos momentos delicados que passei durante a construção do trabalho.

Ao Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME), por todo o aprendizado construído como seu membro e aos colegas da 32^a Turma do Mestrado em Educação do PPGE/UFPI, pela troca de conhecimentos e experiências.

Querida Samara Viana, agradeço por todos os ensinamentos, direcionamentos e disponibilidade para me ajudar, principalmente no início da minha pesquisa, me mostrando os caminhos a seguir. Marta, Solange, Francisco Alex, todas as contribuições e orientações durante a construção da dissertação foram importantes. Minhas amigas, que me ajudaram a passar por momentos delicados nessa trajetória: Lauriene, Rejane, Jhanmyle, Marília, Jovelma e Sandra. Obrigada pela companhia e pelo apoio. E Rosa, que me auxiliou na busca das fontes, que, muitas vezes, pareciam ter esgotado.

Não poderia deixar de registrar, igualmente, meus agradecimentos à minha família e às queridas amigas.

Sou grata ao meu marido Ronaldo, por ele ter sido companheiro nessa caminhada, dando-me apoio, segurando a minha mão e seguindo junto comigo, em momentos fáceis e em momentos difíceis. Aos meus pais, Severo e Fátima, e aos meus sogros, Raimundinha e Chiquinho, por todo o carinho e por terem cuidado dos meus filhos, em muitos momentos, oportunizando a construção deste trabalho. Sem eles, tudo teria sido bem mais difícil. Ao meu filho Gael que, já maiorzinho, sentava-se ao meu lado e dizia que queria estudar “também”.

Meus irmãos, Diego e Tiago, e minhas cunhadas, Jovelma, Gislene e Regina, assim como ao meu sobrinho João Mateus, cada um, da forma que pôde, me ajudou, tornando possível este momento.

Minha comadre Elisângela, pela amizade, encorajamento e força durante todos esses anos, desde a graduação. Pela presença em momentos de alegria e de dificuldade, chorando junto comigo; pelos conselhos acadêmicos e de vida; pelas orações; pelos sonhos compartilhados e pela alegria que ela traz por onde passa. E à minha comadre Laís, pela amizade, pelas orações, conselhos, apoio, por estar ao meu lado em momentos importantes, por chorar junto comigo e também se alegrar, por me ajudar e enxergar a vida de uma forma mais leve e por me ensinar a cuidar de dois filhos. Minha amiga Amanda, por me ouvir, por tantos desabafos durante a construção deste trabalho, pelos conselhos e orientações, não só acadêmicos, mas também de vida.

Minhas queridas Juliana Sousa e Jhoey, com as quais tive o prazer de compartilhar momentos de descontração e conhecimento.

A todos que contribuíram, direta e indiretamente, com esta pesquisa, meus mais sinceros agradecimentos!

SILVA, Antonia Ravache Oliveira. **Da Escola de Aprendizes Artífices à Escola Industrial Federal do Piauí: História e Memória da Educação Profissional (1909–1967)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí. Teresina. 122f. 2024.

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um estudo sobre a trajetória histórica do Ensino Profissional em Teresina, a partir da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI) até a Escola Industrial Federal do Piauí, considerando suas transformações e as contribuições para a consolidação do Ensino Profissional no estado. O problema da pesquisa foi: como ocorreu o processo de institucionalização do Ensino Industrial do Piauí, entre 1909 e 1967? O recorte temporal é justificado por 1909 ser o ano da instalação do Ensino Profissional em Teresina, com a inauguração da EAAPI; e 1967, quando a instituição passa a ser denominada Escola Industrial Federal do Piauí, oferecendo educação direcionada à formação da mão de obra industrial. O objetivo geral da pesquisa foi investigar como ocorreu o processo de institucionalização do Ensino Industrial do Piauí, entre 1909 e 1967. Os objetivos específicos da pesquisa foram: a) compreender as várias transformações pelas quais a instituição passou, ao longo do recorte temporal pesquisado; b) identificar o processo de criação, implantação e consolidação da instituição, de 1909 a 1967; e c) analisar a história da instituição através da interpretação de diferentes documentos e variado acervo iconográfico. Como metodologia, foi utilizada pesquisa bibliográfica relacionada aos trabalhos de Julia(2001), Nora(1984), Le Goff(2001), Benito (2018), Cunha (2005), Ferro e Nascimento (2009), Gomes (2022) e Mitre e Teixeira (2019), bem como pesquisa documental em jornais e iconografia relacionados ao Ensino Profissional, no Piauí, orientadas pelo método indiciário de Ginzburg (1989), seguindo o recorte temporal estabelecido. A documentação e bibliografia selecionada permitiram compreender o processo de constituição da Escola de Aprendizes Artífices marcada por avanços e retrocessos, mas mantendo sua importância no Ensino Profissional piauiense, o qual possibilitou aos jovens de classes menos abastadas a aprendizagem de um ofício.

Palavras-chave: Escola de Aprendizes Artífices do Piauí; Instituição Escolar; Escola Industrial; Ensino Profissional.

SILVA, Antonia Ravache Oliveira. **From the Artifices Apprentice School to the Federal Industrial School of Piauí: History and Memory of Professional Education (1909–1967)**. Dissertation (Master's in Education) - Postgraduate Program in Education (PPGED), Center for Education Sciences, Federal University of Piauí. Teresina. 122f. 2024.

ABSTRACT

This dissertation consists of a study on the historical trajectory of professional education in Teresina from the Escola de Aprendizes Artífices to the Escola Industrial do Piauí, its transformations, the contributions to the consolidation of professional education in the state, having as a problem: how did the process of institutionalization of industrial education in Piauí between 1909 and 1967? This cut is justified by the year 1909 being the year of the installation of professional education in Teresina through the Escola de Aprendizes Artífices until the year 1967 when it became known as Escola Industrial do Piauí, offering an education aimed at training the hand. of industrial work. To answer this question, we developed the following objectives: understand the various transformations that the institution underwent over the researched period of time; identify the process of creation, consolidation and implementation of the institution from 1909 to 1967 and analyze the history of the institution through the interpretation of different documents and varied iconographic collection. As a methodology, a bibliographical research was used related to the works of Julia(2001), Nora(1984), Le Goff(2001), Benito (2018), Cunha (2005), Ferro et all (2009), Gomes (2002) and Miter (2019), as well as a documentary research in newspapers and iconography related to professional education in Piauí guided by Ginzrburg's indexical method, following the established time frame. The selected documentation and bibliography allowed us to understand the process of establishing the Escola de Aprendizes Artífices, marked by advances and setbacks, but maintaining its importance in Professional Education in Piauí, which made it possible for young people from less well-off classes to learn a trade.

Keywords: School of Apprentice Artífices of Piauí; School Institution; Industrial School; Professional Education.

LISTA DE FIGURAS

| | | | |
|-----------|---|--|----|
| Figura 1 | – | Miniatura do Plano de Teresina | 39 |
| Figura 2 | – | José Antônio Saraiva | 40 |
| Figura 3 | – | Relatório da Diretoria da Instrução Pública do Piauí (1921) | 41 |
| Figura 4 | – | Relatório de despesas com a instrução | 43 |
| Figura 5 | – | Despesas com obras públicas | 44 |
| Figura 6 | – | Josino José Ferreira, diretor da EAAPI (1910 – 1928) | 53 |
| Figura 7 | – | Ilustração da Solenidade de Instalação da EAAPI, por Adriano Lima de Curso, aluno do Curso Técnico de Artes Visuais (2009) | 55 |
| Figura 8 | – | Abertura do Livro de Atas para registros de ofício, com assinatura do primeiro Diretor, Josino José Ferreira | 56 |
| Figura 9 | – | Ata com assinatura dos servidores que participaram da primeira reunião de instalação da EAAPI | 57 |
| Figura 10 | – | Em segundo plano, casarão onde funcionava a EAAPI | 59 |
| Figura 11 | – | Alunos da Oficina de Marcenaria, acompanhados do Mestre Ponciano Campos, na frente da primeira sede da EAAPI (1913) | 60 |
| Figura 12 | – | Aviso de cancelamento de dívida com despesas diárias (1931) | 61 |
| Figura 13 | – | Pedido de isenção de impostos estaduais sobre produtos de uso diário da EAAPI | 62 |
| Figura 14 | – | Solicitação de pagamento ao Tribunal de Contas do Estado (1931) | 64 |
| Figura 15 | – | Ofício de legitimação do cargo de Diretor Substituto da EAAPI | 66 |
| Figura 16 | – | Cid Rocha Amaral, Diretor da EAAPI (1931 – 1934) | 67 |
| Figura 17 | – | Solicitação de pagamento (1931) | 69 |
| Figura 18 | – | Solicitação de reformas no prédio da EAAPI | 70 |
| Figura 19 | – | Flávio Castelo Branco, Diretor da EAAPI / Liceu Industrial do Piauí (1935 – 1940) | 71 |
| Figura 20 | – | Sede própria da Escola Industrial de Teresina (1938) | 72 |
| Figura 21 | – | Sede ampliada da Escola Industrial de Teresina | 74 |
| Figura 22 | – | Banda de Música da EAAPI (1918) | 80 |

| | | | |
|-----------|---|---|-----|
| Figura 23 | – | Objetos que seriam utilizados na EAAPÍ (1937) | 81 |
| Figura 24 | – | Recursos Didáticos (1942) | 82 |
| Figura 25 | – | Laboratório de Ciências do Liceu Industrial do Piauí (1941) | 83 |
| Figura 26 | – | Biblioteca da Escola Industrial de Teresina (1943) | 84 |
| Figura 27 | – | Aula prática da Oficina de Marcenaria | 86 |
| Figura 28 | – | Quadra da ETFPI (1970) | 88 |
| Figura 29 | – | Fardamento do Liceu Industrial do Piauí (1937) | 90 |
| Figura 30 | – | Símbolos presentes nos uniformes da Escola Industrial de Teresina (1942) e da Escola Industrial Federal do Piauí | 91 |
| Figura 31 | – | Edital de matrícula da EAAPÍ (1931) | 92 |
| Figura 32 | – | Oficina de Serralheria da Escola Industrial de Teresina (1945) | 93 |
| Figura 33 | – | Oficina de Modelação (1944) | 94 |
| Figura 34 | – | Prova de habilitação para armazenista, inspetor de alunos e bibliotecário da Escola Industrial de Teresina (1944) | 96 |
| Figura 35 | – | Edital n. 42/2 de admissão à Escola Industrial de Teresina (1944) | 97 |
| Figura 36 | – | Edital n. 932/7 de admissão à Escola Industrial de Teresina (1944) | 99 |
| Figura 37 | – | Exposição dos trabalhos dos alunos do Liceu Industrial do Piauí (1941 – 1942) | 101 |
| Figura 38 | – | Certificado de Alfaiataria (1949-1951) | 103 |
| Figura 39 | – | Certificado de conclusão da Escola Industrial de Teresina (1959) | 105 |
| Figura 40 | – | Relação de alunos diplomados pela Escola Industrial de Teresina (1960) | 106 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|--|-----|
| Quadro 1 | – Denominações da EAAPI | 53 |
| Quadro 2 | – Datas de início de funcionamento das 19 Escolas de Aprendizizes Artífices criadas pelo Decreto n. 7.566, de 25/09/09 | 54 |
| Quadro 3 | – Primeiros professores contratados da EAAPI | 59 |
| Quadro 4 | – Diretores da EAAPI (1910 – 1967) | 63 |
| Quadro 5 | – Disciplinas do Curso de Forja e Serralheria (1943 – 1946) | 102 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|--|----|
| Tabela 1 | – Número de oficinas nas Escolas de Aprendizizes e Artífices (1912, 1916, 1922, 1926) | 30 |
| Tabela 2 | – Matrículas e frequência do primeiro ano de funcionamento das Escolas de Aprendizizes Artífices | 58 |

LISTA DE SIGLAS

| | | |
|-----------|---|--|
| CEFET | – | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CEFET-PI | – | Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí |
| EAAPI | – | Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí |
| EIFP | – | Escola Industrial Federal do Piauí |
| ETFPI | – | Escola Técnica Federal do Piauí |
| IF | – | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia |
| IFPI | – | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí |
| LDBN/1960 | – | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 |
| LDBN/1996 | – | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 |
| Senai | – | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| UESPI | – | Universidade Estadual do Piauí |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES NO BRASIL | 25 |
| 1.1 UMA HISTÓRIA DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES COMO PRELUDIO DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL | 25 |
| 1.2 PRIMEIRAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ | 38 |
| 1.2.1 A CIDADE DE TERESINA: BERÇO DA EAAPI | 44 |
| 1.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO PIAUÍ, EM SEUS ASPECTOS GERAIS, NAS PÁGINAS DOS RELATÓRIOS DE INSTRUÇÃO, NOS ANOS DE 1920 | 47 |
| 2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EAAPI ATÉ SUA CONSTITUIÇÃO COMO ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO PIAUÍ (1909 –1967) | 46 |
| 2.1 CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DA EAAPI | |
| 2.2 DIFICULDADES NA ESTRUTURAÇÃO DA EAAPI | |
| 2.3 A SEDE PRÓPRIA: CONQUISTA CONJUNTA DOS DIRETORES | |
| 3 CULTURA ESCOLAR: EAAPI A EIFP | 78 |
| 3.1 CULTURA MATERIAL E O FUNCIONAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL NO PIAUÍ | 78 |
| 3.1.1 O FARDAMENTO ESCOLAR | 89 |
| 3.1.2 O COTIDIANO E AS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO PIAUÍ | 91 |
| 3.1.3 O CONHECIMENTO OFERECIDO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONAL: ENTRE DISCIPLINAS E CERTIFICADOS | 101 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 107 |
| REFERÊNCIAS | 110 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é orientada pela possibilidade de compreensão da trajetória histórica do Ensino Profissional em Teresina, a partir da Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí (EAAPI) até tornar-se Escola Industrial Federal do Piauí, e suas transformações e contribuições para a consolidação do Ensino Profissional no estado do Piauí, partindo do seguinte problema: Como ocorreu o processo de institucionalização do Ensino Profissional do Piauí, entre 1909 e 1967? Para responder a tal questionamento, elaboramos, como objetivo geral da pesquisa, investigar o processo de implantação e implementação da EAAPI, no período de 1909 a 1967. Os objetivos específicos foram: a) compreender as várias transformações pelas quais a EAAPI passou, ao longo do recorte temporal pesquisado; b) identificar o processo de criação, implantação e consolidação da instituição, de 1909 a 1967; e c) analisar a história da instituição, através da interpretação de diferentes documentos e acervo iconográfico. O recorte temporal é justificado por ser 1909 o ano da instalação do Ensino Profissional em Teresina, por meio da EAAPI; e 1967, quando a escola já é denominada Escola Industrial Federal do Piauí, oferecendo educação direcionada à formação de mão de obra industrial.

O interesse pelo tema da pesquisa está na possibilidade de valorização da história da Educação Profissional no Piauí, materializada no estudo das instituições que fundamentaram o Ensino Profissional e, posteriormente, industrial, como a EAAPI, até o encerramento do recorte temporal com a Escola Industrial Federal do Piauí. Outro motivo que levou à escolha do tema de estudo está na minha profissão como docente do agora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI), percebendo, ao andar pelos seus corredores, o quanto esta escola evoluiu e vem contribuindo, cada vez mais, para a Educação Profissional no estado do Piauí, além de ser uma instituição centenária, marcada pela influência exercida na educação piauiense, ao longo de suas representações.

No Brasil, o Ensino Profissional remonta ao Império, mas com suas características propostas pelas instituições filantrópicas e pela Igreja Católica, com o intuito de retirar os menores e órfãos das ruas, sendo ações pontuais e relativamente isoladas. Com a proclamação da República, em 1889, percebeu-se a

necessidade da criação de um estabelecimento que possibilitasse qualificação para o trabalho e a não escolha pelo mundo da criminalidade.

A República brasileira direcionava a mudança para uma nova representação no dia a dia da sociedade brasileira, na qual a população deixava de ser súdita e passava a ser cidadã, e a educação deveria inserir o brasileiro nas dinâmicas desse novo mundo voltado à civilidade e ao progresso. Tais fatores, na concepção dos defensores republicanos, deveriam ser alcançados com uma educação que favorecesse a eliminação do analfabetismo e, conseqüentemente, a formação de mão de obra qualificada para atuar nas áreas econômicas que se destacavam no Brasil, especialmente a agrícola e o comércio, ainda que criando uma dicotomia, formada por dois modelos de educação: um voltada aos membros da elite, de natureza propedêutica, e outro para os menos favorecidos, de natureza prática e manual.

Uma nova iniciativa por parte do Governo Federal para a formação profissional foi a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, através do Decreto Federal n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, no governo de Nilo Peçanha (D'Angelo, 2000). As motivações para a criação dessas instituições estavam ligadas à tentativa de, com o aumento populacional das áreas urbanas, permitir, aos inúmeros brasileiros pobres, oportunidades para alcançar uma relativa vitória por meio da aprendizagem de um ofício a ser exercido para a mudança de sua condição de vida. O Piauí foi um dos estados contemplados com uma dessas escolas profissionais, a EAAPI.

Considerando que pensar o passado não deve ser entendido como exercício de saudosismo, mera curiosidade ou preocupação erudita, percebe-se a necessidade de coletar informações sobre o processo de implementação do que é hoje o IFPI, buscando aprofundar o conhecimento histórico sobre essa instituição, tendo em vista sua significância para a sociedade piauiense.

Esta pesquisa se encontra fundamentada na Nova História Cultural que, de acordo com Burke (2008), teve como principal contribuição a valorização de novos temas e objetos de pesquisa, tais como a história da educação e a história das instituições escolares, esta materializada na pesquisa de objetos, como a cultura escolar e materiais escolares que, na perspectiva de Le Goff (2001), podem ter sua história entendida nos diversos documentos que foram criados no decorrer de sua trajetória.

A pesquisa sobre o processo de institucionalização do Ensino Profissional no Piauí, na perspectiva da Nova História Cultural, torna-se relevante pelas representações construídas e substituídas ao longo do recorte temporal, seguindo regime político, econômico ou as transformações no contexto histórico da sociedade. A Nova História Cultural seria uma forma de “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler e ser interpretada” (Chartier, 1988, p. 17).

Importa direcionar o olhar para os lugares de memória, construídos de acordo com a concepção de que não existe uma memória espontânea, sendo imperativo criar arquivos, conservar aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, inventariar atas, uma vez que tais práticas não são naturais. Por esse motivo, sua preservação é importante, pelos lugares de memória serem guardiões da história, que interligam gerações e conectam o presente com o passado, trazendo clareza para o futuro. Sem vigilância comemorativa, a história muito depressa os varreria para longe (Nora, 1984).

Os lugares de memórias são criados no intuito de manter vivos certos conhecimentos sobre lugares, objetos ou mesmo pessoas, solução possibilitada através das memórias individuais e coletivas. É uma operação realizada em torno da criação de um mecanismo capaz de sobreviver às diversas críticas produzidas pela história e ainda para serem utilizadas por historiadores que procuram resgatar informações sobre os mais variados locais que possuem histórias, que, ao serem analisadas, fornecem conhecimento adequado das dificuldades, comportamentos e cultura dos habitantes e da estrutura física de uma determinada arquitetura, espaço ou instituição.

Pesquisar sobre as instituições escolares, tanto regulares como a de viés profissional, como é o caso da EAAPI (1909-1937) até a Escola Industrial Federal do Piauí (1965-1967) é adentrar o seu interior por meio de sua cultura escolar, materializada numa documentação e iconografia, que permitem a essa instituição manter uma postura específica diante de outras instituições escolares brasileiras, embora influenciada pelas mudanças externas na educação, suas políticas, legislações e normas. Os corredores da EAAPI até, posteriormente, Escola Industrial Federal do Piauí, com suas mudanças de nomenclatura durante sua trajetória histórica, revelam uma instituição que, aos poucos, foi consolidando sua relevância na sociedade piauiense.

A estruturação desta dissertação foi definida no decorrer da seleção e análise das fontes, pois, devido ao recorte temporal remontar a um período relativamente distante, foi necessário o uso de documentação iconográfica e hemerográfica. Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentação, contemporânea ou retrospectiva, considerada cientificamente autêntica (não fraudadas), e tem sido largamente utilizada nas Ciências Sociais e na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências (Pádua, E. M. M., 1997).

Quanto às fotografias, foram de extrema relevância pela possibilidade de preencher lacunas, pois não utilizamos a História Oral como método de pesquisa, permitindo conhecimentos por meio de uma iconografia construída ao longo da existência da instituição estudada. Segundo Le Goff (2003), a fotografia revoluciona a memória, multiplicando e democratizando, fornecendo precisão e variedades visuais, buscando conservar a memória do tempo e da revolução cronológica da história e da memória, ou seja, as fotografias foram um auxílio na prática dos historiadores, mas sempre contextualizadas com outras fontes. As fotografias podem ser utilizadas como confirmações de certos conhecimentos que foram obtidos nos diversos documentos que compõem a pesquisa, tornando-a significativa e mais bem fundamentada.

Os jornais, como fontes hemerográficas, foram usados no intuito de adquirir informações oficiais e registros de atas de dias das matrículas na EAAPI, as despesas da instituição para otimizar seu cotidiano e a contratação de diretores. Os jornais, como consequência do desenvolvimento da imprensa e do surgimento de novos objetos nos estudos de História e História da Educação, tornaram-se uma fonte de pesquisa, mas com o cuidado, por parte do historiador da educação, de reconhecer que são criados seguindo uma representação de sociedade e forma de governo, conforme destaca De Luca (2005).

Para Bezerra Sousa (2020), pesquisar a história por intermédio do jornal é fascinante e pressupõe um trabalho rigoroso, tratando-se adequadamente essa fonte. A historiografia tradicional positivista exige do historiador uma crítica rigorosa do documento. A História Nova também requer essa postura, mas não é escrava dela, pois não há um documento-verdade — os Annales recomendavam que não se permanecesse passivo diante das fontes. Os jornais, embora utilizáveis como fontes

históricas, devem ser interpretados à luz do momento em que foram criados, já que são construções de uma determinada época e lugar.

Assim, as fontes analisadas, inclusive os jornais, evidenciam que uma instituição escolar vivencia diferentes contextos de transformações e representações, que, ao serem analisados e interpretados, revelam elementos de seu cotidiano histórico, seu funcionamento interno, relações sociais estabelecidas e sua influência na sociedade.

A pesquisa foi construída a partir de um percurso metodológico condizente com os principais aspectos relacionados à história e à memória do IFPI, seguindo os pressupostos de uma pesquisa qualitativa de abordagem descritiva que, na perspectiva de Gerhardt e Silveira (2009), torna-se relevante ao propor uma compreensão aprofundada de um grupo social ou instituição, destacando uma oposição a um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as Ciências Sociais e as Ciências Humanas apresentam especificidades que não permitem a quantificação de certos fenômenos.

Iniciamos com uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória com o intuito de adquirir informações sobre os Institutos Federais brasileiros e suas representações ao longo do tempo, contribuindo, inclusive, para a criação do contexto de surgimento do Ensino Industrial no Piauí. Uma pesquisa exploratória de natureza bibliográfica é o primeiro contato do pesquisador com o seu objeto de estudo, já que as observações de diferentes teóricos sobre o tema a ser pesquisado evidenciam a possibilidade de um sustentáculo teórico e metodológico.

Nesse sentido, tal como um historiador no aspecto geral, para o historiador da educação é importante o entendimento de fonte histórica que inclui toda e qualquer peça que possibilite a obtenção de notícias e informações sobre o passado histórico-educativo. Assim, a seleção e/ou opção por incorporar ou deixar disponível esse ou aquele documento em uma investigação educacional significa conferir-lhe a condição de documento histórico-pedagógico (Melo, 2010). Torna-se, portanto, relevante a capacidade do historiador da educação de selecionar fontes variadas que possam ser usadas em um estudo do passado educacional de uma instituição escolar, dos agentes escolares e do seu dia a dia, contribuindo para o processo de compreensão de como ocorreu a constituição do modelo educacional seguido no decorrer de seu cotidiano histórico escolar.

As visitas ao IFPI e ao Arquivo Público do Piauí foram relevantes para obtenção de documentos que puderam ser usados como substrato de conhecimento da trajetória histórica da referida instituição. Os documentos obtidos no IFPI no setor de comunicação e no Arquivo Público do Estado do Piauí apresentaram uma variedade de informações, desde ata de criação e funcionamento de cursos até fotografias que destacam o cotidiano escolar. O protagonismo das fontes documentais e iconográficas usadas foi sendo constituído durante a realização, aprofundamento e materialização da escrita desta dissertação, na qual fontes relacionadas ao contexto geral da criação das instituições que ofertam o Ensino Profissional serviram de base para a configuração bibliográfica, e os documentos adquiridos no Arquivo Público do Estado do Piauí forneceram os dados específicos na reconstrução dos fatos sobre a instituição.

O paradigma indiciário, proposto e usado por Ginsburg (1989) como método de pesquisa na construção do livro *O queijo e os vermes*, foi relevante na escrita da dissertação, pois foi preciso buscar, por meio dos vestígios, nos detalhes, nos dados marginais relacionados à EAAP, partindo de uma pluralidade de documentos oficiais e iconográficos encontrados no Arquivo Público do Estado do Piauí e no IFPI que, ao serem analisados de maneira minuciosa, intensiva e de maneira interdisciplinar, forneceram conhecimentos relevantes sobre a instituição, seguindo recorte temporal da pesquisa (1909-1967).

Desse modo, a pesquisa histórica da educação exige do pesquisador domínio do conteúdo histórico e dos fenômenos históricos educacionais e pressupõe o prévio conhecimento da metodologia de pesquisa, observada como a capacidade de conhecer e utilizar técnicas, instrumentos de coleta dados e procedimentos para a análise das fontes selecionadas, referentes a um determinado objeto de estudo, reconhecendo que o processo histórico é uma espiral, na qual o historiador se encontra no centro, ou seja, no interior do campo histórico (Rodríguez, 2010).

A capacidade de analisar a história das instituições escolares é uma habilidade adquirida ao longo da experiência profissional e acadêmica de um pesquisador e que permite a seleção de diferentes tipos de fontes que podem ser encontradas nos arquivos das escolas. O pesquisador deve escolher de que forma poderá ser realizada a interpretação de tais fontes, a partir da documentação encontrada e das características da sua pesquisa. A análise das fontes selecionadas

nos arquivos deve ser articulada com os conhecimentos teóricos e com as informações oriundas dos próprios arquivos.

O arquivo — escolar ou geral — é um ambiente de preservação de conhecimento e revelador da cultura escolar de uma instituição, do modo de ser de um grupo ou país, entendido como um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas e privadas, bem como por outras instituições governamentais, bibliotecas, hospitais e museus, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Medeiros, 2003). Os documentos dos arquivos escolares e também aqueles públicos de natureza geral, como atas, memorandos, correspondências internas ou matrizes curriculares, conservam conhecimentos do dia a dia de uma instituição escolar, seu funcionamento e as transformações que suas estruturas vivenciavam.

O acervo de uma escola surge das atividades administrativas e pedagógicas e deve ser bem-organizado, pois essas atividades produzem artefatos técnicos que podem aprimorar o dia a dia do ensino. Se não estiver organizado, a dificuldade para analisá-lo com o fim de escrever a história da escola será muito maior (Almeida; Silva, 2013). Em nossa pesquisa, não verificamos a preocupação com a preservação e conservação dos arquivos.

Um dos obstáculos que podem ser observados nos arquivos escolares é a pouca organização, o que dificulta o acesso a documentos que possam auxiliar no desenvolvimento de uma pesquisa sobre uma escola ou qualquer outra instituição, tornando importante a constituição de políticas públicas de conservação e manutenção de arquivos. Desse modo, com o papel de salvaguardar documentos, os arquivos oferecem aos cidadãos a possibilidade de encontro com sua percepção identitária, estreitando o “[...] senso de origem, história e memória pessoal e coletiva” (Cook, 2018, p. 18).

Os arquivos são construídos de maneira voluntária, com a intenção de conservação de determinados documentos, e involuntária, visto que, à medida que uma instituição escolar vivencia seu cotidiano, a partir de diferentes relações e perspectivas, é criada uma documentação formada por documentos que atuam como registro das diversas atividades realizadas no seu interior. Os arquivos são lugares de memória, como Nora (1984) afirma, mas que devem ser questionados segundo os diferentes momentos de sua constituição documental.

Nesse sentido, é importante a criação de um acervo de conservação documental do Ensino Profissional no Piauí, já que, de acordo com Oliveira, Monti e Grazziotin (2020, p. 120), diversas foram suas transições, atravessando relações internas da instituição e, em variados momentos, ocasionaram tanto o estreitamento dos laços com a comunidade externa como seu esgarçamento. Em certa medida, a perda das memórias e a ausência da preservação da história institucional podem refletir a própria ausência de uma cultura de preservação do patrimônio histórico — material e imaterial —, considerando que o arquivo apresenta uma distinção em destaque, de acordo com Oliveira, Monti e Grazziotin (2020, p. 124):

Um arquivo, para além disso, deve apresentar um potencial educativo voltado para a diversidade e a pesquisa acadêmica, trazendo a comunidade para a escola e proporcionando aos adolescentes e adultos frequentadores do memorial, sejam membros internos ou externos, a oportunidade de vivenciar o respeito à pluralidade e às diferenças, a partir do conhecimento ali disponibilizado e discutido em eventos, oficinas, exposições, mostras de filmes, produção audiovisual e cênica.

Uma instituição escolar, município, estado ou mesmo país, durante sua evolução, constrói uma documentação relacionada à sua história e memória que contribui com o processo de construção de sua identidade e especificação diante de outras realidades existentes. É preciso observar os documentos criados não apenas de um ponto de vista oficial, mas também aqueles produzidos de forma impessoal, ao longo do estabelecimento de relações sociais entre indivíduos comuns, já que um documento é a criação de uma época, de um grupo ou organização específica, devendo ser analisado e interpretado com tais propriedades e à luz de seu contexto.

Os documentos escolares guardam a história de uma instituição escolar, sua memória e sua cultura material, e, ao serem analisados, proporcionam a construção de conhecimentos destinados à sua valorização e ao reconhecimento de sua importância perante a sociedade. Neves e Martins (2008, p. 28) destacam fatores relativos aos arquivos históricos escolares:

Os arquivos históricos escolares em construção, expõem, aos múltiplos sujeitos, suas histórias, envolvem intelectualmente e afetivamente os participantes desse trabalho, ampliam debates sobre o significado sobre as fontes históricas num ambiente onde os documentos não se tornam velhos problemas de organização, mas fontes documentais para valorização e compreensão dos processos pedagógicos. [...]. A questão temporal, a importância

histórica do material nos leva a perscrutar sobre outras abordagens para o entendimento da escola sinalizam caminhos para discutir os registros educativos da sociedade em relação a escolarização, a formação docente e estudantil, a trajetória social e política dos sujeitos escolares, a memória escolar movimentando lembranças, o registro corporal nesses espaços educativos, os discursos de autoridades e os discursos silenciados.

É preciso entender que as memórias não são construídas e mantidas somente por meio das lembranças daqueles que presenciaram determinados acontecimentos, mas também nas páginas de documentos e fotografias que foram criados, de acordo com um contexto histórico e cultural específico, e conservam mensagens e testemunhos de uma dada época e lugar. Os arquivos são constituídos através das ações e das diferentes relações legais e pessoais estabelecidas entre seus componentes internos e externos, registradas durante o funcionamento de uma instituição, escolar ou não. Sobre a finalidade do arquivo escolar, Bonato (2005, p. 45) afirma:

O arquivo de uma escola tem por finalidade armazenar a documentação de interesse da escola que venha auxiliar a administração e o ensino, assim como permitir o levantamento de dados para pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade na qual ela está inserida. [...] Esse tipo de acervo arquivísticos representa um patrimônio documental, que integra a memória da instituição escolar que o gera e é parte da memória educacional brasileira.

Assim, as fontes documentais e iconográficas encontradas nos arquivos pesquisados foram selecionadas considerando o recorte temporal da pesquisa, permitindo-nos, gradativamente, entender o processo histórico de sua formação como EAAPI e, posteriormente, Escola Industrial Federal do Piauí, sempre mantendo a vinculação ao Governo Federal. Os documentos escolares demonstram a representação consolidada e materializada no cotidiano histórico e escolar, os interesses dos seus componentes e a concepção política e cultural influenciadora do ensino oferecido, embora as dificuldades de conservação e, por vezes, ausência de documentos referentes à instituição sejam fatores que impeçam uma pesquisa historiográfica mais aprofundada.

Apesar das dificuldades inerentes à conservação de uma documentação que atua com o objetivo de conservar as práticas realizadas por certas instituições, grupos ou mesmo indivíduos, é preciso manter arquivos com diferentes fontes

documentais sobre uma escola, visto que tais informações podem ser utilizadas no resgate e compreensão de sua história e memória construídas durante sua trajetória, uma ação que envolve a participação de professores, alunos e demais representantes da escola, já que a

[...] coleta de documentos de diversa índole é uma atividade muito frequente nas instituições educativas. A catalogação de fontes, a organização e a análise que permita uma interpretação do material são ações que envolvem tanto o professor como os alunos, propiciando um aprendizado que visa à valorização da história e do acervo histórico. Também implica a visita a diversos espaços que reúnem documentação, como arquivos, bibliotecas, hemerotecas, fonotecas, museus, entre outros. O manuseio das fontes documentais é uma ferramenta necessária para poder interpretar, criticar a fonte pesquisada e, conseqüentemente, construir conhecimento histórico (Rodríguez, 2010, p. 37).

Logo, ao entrarmos em arquivos na busca de fundamentação para uma pesquisa, percebemos que não se configura trabalho simples a busca da documentação, havendo a imperatividade de observar, atentamente, variados materiais arquivísticos, procurando articular o conhecimento obtido nesses espaços com os aspectos teóricos e metodológicos relevantes numa pesquisa histórica.

Além de documentação arquivística, para esta pesquisa, foram utilizadas fontes iconográficas, considerando que as fotografias contêm informações sobre o contexto histórico-social de uma época, do lugar, de como os seus estudantes aprendiam, de como os professores ensinavam, os instrumentos usados como métodos educacionais, de acordo com a época pesquisada, ou seja, como o cotidiano se materializava. Com isso, as fotografias auxiliam no processo de fundamentação e como estímulo ao resgate de lembranças que podem ser úteis ao estudo. Vale ressaltar que as fotografias, para serem utilizadas de maneira satisfatória, devem ser contextualizadas com bibliografias e documentos relacionados a elas.

A fotografia, desde a sua invenção, se configura numa idealização do que seria a realidade, de comprovação de que os fatos registrados no momento da captura da imagem aconteceram da maneira como ali estão, se constituindo num documento, de prova incontestável. Contudo, uma fotografia não representa a total verdade dos fatos e uma visão neutra do que foi captado pelas lentes das câmeras, pois a interferência subjetiva de quem registra os acontecimentos pode influenciar

na escolha do que e de como será fotografado/registrado em certa cena, objeto, comemoração ou mesmo indivíduo (Sonego, 2011).

Através das fontes adquiridas, por meio de visitas ao IFPI e ao Arquivo Público do Estado do Piauí, foi possível o acesso a uma vasta documentação escrita e iconográfica em relação à instituição que, ao serem articuladas com a pesquisa bibliográfica, proporcionaram conhecimentos sobre a história do IFPI, de sua criação como EAAPÍ até sua transformação em Escola Industrial Federal do Piauí, conforme justificado pelo recorte temporal escolhido como orientação deste estudo, sem esgotar as possibilidades de novas pesquisas. E, embora os conhecimentos sejam referentes à história da institucionalização do Ensino Profissional no Piauí, as fontes foram encontradas não apenas no arquivo da instituição que oferta essa forma de ensino, mas também no Arquivo Público do Estado do Piauí, como diários oficiais e cartas governamentais.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma:

No Capítulo 1 — *Introdução* —, apresentamos a justificativa para a escolha do tema, o problema de pesquisa, os objetivos, geral e específicos, e os caminhos da pesquisa, destacando considerações sobre a fundamentação metodológica utilizada na pesquisa.

No Capítulo 2 — *O processo de constituição histórica das escolas de aprendizes artífices no Brasil* —, abordamos aspectos relacionados ao contexto histórico geral de formação da EAAPÍ e sua contribuição para o desenvolvimento do Ensino Profissional no Piauí.

No Capítulo 3 — *Da EAAPÍ à Escola Industrial do Piauí: uma análise da sua cultura escolar* —, tratamos do cotidiano histórico e escolar, seguindo as mudanças de nomenclatura e influência no Ensino Profissional oferecido pela EAAPÍ até vir a se tornar a Escola Industrial Federal do Piauí, por meio de sua cultura escolar, materializada na fotografia de instrumentos pedagógicos e oficinas.

No Capítulo 4 — *Considerações Finais* — enunciamos a importância da EAAPÍ até sua transformação em Escola Industrial Federal do Piauí, no desenvolvimento da Educação Profissional no Piauí, além de sua contribuição na formação educacional piauiense e de sua história, um cenário que foi mudando no decorrer de sua trajetória como escola profissional, responsável pela criação de mão de obra qualificada em um Brasil que buscava superar o analfabetismo e ser inserido nas novas dinâmicas do progresso industrial.

1. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES NO BRASIL

Neste capítulo, abordamos aspectos relacionados ao contexto histórico geral de formação da Escola de Aprendizes Artífices e sua contribuição no desenvolvimento do Ensino Industrial, no Brasil e no Piauí.

1.1 UMA HISTÓRIA DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES COMO PRELÚDIO DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL

Como atividade cultural exercida pelo homem com o objetivo de criar condições para sua sobrevivência diante das constantes dificuldades impostas pela natureza, o trabalho torna-se relevante na construção de uma sociedade livre e com o sentimento de coletividade fortalecido. Contudo, é necessário ressaltar que as atividades laborais exercidas manualmente por diferentes representantes de uma civilização, em determinados contextos, foram inferiorizadas, especialmente por aqueles que pertenciam às classes abastardas, já que tais atividades eram realizadas por indivíduos pertencentes à classe humilde ou mesmo escravizados, não sendo aceitável que homens livres e de poder exercessem ofícios manuais.

Durante a Idade Média, especificamente no decorrer do feudalismo, houve também a concepção de inferioridade relacionada ao exercício do trabalho manual, manifestada nos modos de vida da nobreza, da realeza e do clero, já que somente camponeses e indivíduos que não tinham título de nobreza deveriam exercer tais funções. Esse pensamento começou a mudar com o fortalecimento da burguesia, como classe social, no decorrer do século XVI, e com as reformas religiosas protestantes, especialmente aquela ocorrida sob a ótica de João Calvino, que valorizava o trabalho como uma atividade capaz de dignificar o ser humano e colocá-lo próximo de Deus.

No Brasil, a história da Educação Profissional vem do Império, época na qual a formação da força de trabalho ficava a critério das associações religiosas e filantrópicas. Já se buscava a capacitação de trabalhadores em vários ofícios, mas o objetivo primordial era a remoção de crianças das ruas, pelo temor de tornarem-se desocupados. Sedo assim, o governo determinou, como medida preventiva, que órfãos fossem remetidos para as Companhias de Aprendizes Artífices e de

Aprendizes de Marinheiros com o objetivo de gerar contingente para operar na Marinha e no Exército, conforme afirma Nascimento (2020, p. 78):

A Coroa Portuguesa passou a envolver e praticar a aprendizagem de ofícios de forma compulsória aos mais pobres e excluídos da sociedade, como exemplo: os órfãos, os abandonados e os desvalidos. Durante o século XIX, esta prática se amplia e se torna institucionalizada pelo Estado Imperial, o padrão seguia os moldes coloniais e no espaço urbano, os desvalidos eram direcionados para os ofícios nos cais, em hospitais e nos arsenais do Exército e da Marinha.

Desse modo, a inserção de jovens da Colônia na profissionalização foi uma estratégia por parte de Portugal para diminuir a paisagem de degradação do espaço urbano ocasionada pela presença daqueles considerados excluídos da sociedade, ou seja, aqueles que não possuíam nenhum de título de nobreza, propriedade ou nome de família que garantisse segurança social. Há, ainda, que considerar a existência das colônias agrícolas, criadas seguindo iniciativa do Governo Imperial de 1850, com o objetivo de povoar áreas no interior do Brasil (Araújo, 2013).

À medida que se foram intensificando as ações do movimento abolicionista, no Brasil, no decorrer da década de 1870, contribuindo para o enfraquecimento do Regime Monárquico brasileiro, houve a criação de colônias agrícolas para alocar os filhos dos escravos beneficiados pela Lei do Ventre Livre e os libertos das fazendas nacionais pertencentes ao Poder Real. Tal iniciativa servia para possibilitar a criação de mão de obra, ao mesmo tempo que permitia a potencial sobrevivência dos libertos, ao lado do intuito de disciplinar o escravo em processo de emancipação.

Nesse sentido, no Piauí, de acordo com Liberio (2023, p. 337), em 10 de setembro de 1873, o Decreto de fundação do Estabelecimento Rural do Piauí foi publicado. Esse Decreto é a celebração do contrato com Francisco Parente, que dirigiria a fazenda dali em diante. No ano de 1873, estabeleceu-se, então, o vínculo do estabelecimento com o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, que decretou que Francisco Parente, às margens do Rio Parnaíba, fundaria o estabelecimento de agricultura prática:

I Fundará, á margem do rio Parnahyba, na Província de Piauhy, um estabelecimento de agricultura pratica, empregando como trabalhadores os libertos da nação, existentes nas fazendas do Estado, que forem aptos para e trabalho e não estiverem empregados por conta do Governo; podendo também contractar na

Província ou fóra della trabalhadores que não sejam libertos da nação, se o numero destes fôr insufficiente ou não forem aptos para o serviço.

II Educará physica, moral e religiosamente os libertos das ditas fazendas, que forem menores, e os filhos das libertas nascidos depois da promulgação da Lei de 28 de Setembro de 1871, não podendo, porém, os menores ser separados da companhia de suas mãis, nem entrar para o estabelecimento a que se refere a condição 1a, antes de completarem cinco annos de idade, salvo os orphãos de pai e mãe. Proverá, outrosim, a educação moral e religiosa dos adultos (Brasil, 1873).

O inciso I trata da localidade onde seria fixado o estabelecimento, às margens do rio Parnaíba, local provavelmente contendo terras férteis que poderiam ser usadas na experiência prática da agricultura pelos negros libertos das Fazendas do Estado, organismos pertencentes ao Estado Imperial. Com a ausência de trabalhadores em número suficiente, era permitida a obtenção de trabalhadores em outras províncias, se estivessem em condições para realizar o trabalho.

O inciso II já destaca o tipo de educação que deveria ser mantido na referida instituição, visto sua natureza escolar, pois deveria oferecer, aos alunos libertos, ensino pautado na moralidade e religiosidade, tendo como interesse o seu controle mascarado e o fornecimento de um ofício. A possibilidade de as mães permanecerem com seus filhos e a matrícula ocorrer apenas aos cinco anos de idade, à exceção dos órfãos, evidenciava a importância de disciplinar os filhos dos escravos ainda em tenra idade, fortalecendo o enraizamento de uma cultura dominante.

Em 1889, após a proclamação da República, as escolas de Aprendizizes Artífices e Aprendizizes Marinheiros foram outras instituições criadas e mantidas em alguns estados para a estruturação de uma rede de escolas profissionalizantes no Brasil, as últimas ligadas à Marinha. O Decreto n. 787, de 11 de setembro de 1906, possibilitou a criação das escolas profissionais pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, com o objetivo de habilitar, moral e tecnicamente, os menores de 9 a 16 anos, que residiam no estado (D'Angelo, 2000).

É preciso destacar os motivos para a publicação do Decreto n. 787/1906, a saber, a importância de o governo promover um ensino além do Ensino Primário, Secundário e de Humanidades, como a profissionalização indispensável para a criação de mão de obra qualificada para as indústrias brasileiras, em franco crescimento, e o incentivo à superação da miséria.

A profissionalização começou a ser considerada importante, conforme demonstra o Congresso de Instrução no Rio de Janeiro, de 1906, que defendia a realização de um ensino prático pelo Governo Federal nas áreas comercial, agrícola e industrial, aspectos que, de certa forma, auxiliaram na formação da economia brasileira e que continuam no decorrer da configuração do Brasil como nação relevante: o comércio (interno e externo), a indústria e a agricultura, que ainda mantêm traços de sua contribuição econômica. Os institutos deveriam ser criados, para meninos e meninas, no intuito de ensinar um ofício que poderia ser aproveitado no próprio crescimento desses jovens e do Brasil (Fonseca, 1986).

Dando início à Rede Federal de Educação Profissional, o agora Presidente do Brasil, Nilo Peçanha, que assumiu o cargo após a morte de Afonso Pena, através do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices no Brasil, uma em cada capital de estado, para ofertar o Ensino Profissional, Primário e gratuito (Brasil, 1909). De forma estratégica, o Ensino Profissional foi instaurado com o objetivo de formar mão de obra capacitada para atender as indústrias existentes no município e, somado a isso, afastar os jovens do mundo do crime e da ociosidade.

O Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, conhecido como Lei Nilo Peçanha, ainda foi complementado pelo Decreto n. 7.648, de 11 de novembro de 1909, que determinava a vinculação das Escolas de Aprendizes Artífices ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, por meio da abertura de uma quantia de crédito de 434:600\$ para a instalação das escolas nos estados brasileiros, recurso financeiro que deveria ser organizado de modo a ser usado também na compra de materiais para funcionamento diário dessas instituições, despesas pessoais e de implantação.

Para Soares (1981), as Escolas de Aprendizes Artífices criaram uma divisão do ensino baseado em um viés teórico com o ensino de Letras e Desenho e o aprendizado em oficinas, cujos critérios para a matrícula dos alunos eram, principalmente, a pobreza e as deficiências físicas, visto que tais instituições deveriam servir de suporte para o Governo retirar esses indivíduos da ociosidade e oferecer uma ocupação que possibilitasse sua inserção no mundo do trabalho.

O aprendizado nas oficinas demonstrava uma característica prática, trazendo a necessidade do espaço físico para que os alunos pudessem ter acesso ao ensino por meio da experimentação. Era preciso criar os operários e contramestres que

seriam empregados como mão de obra, a partir do trabalho nas oficinas mecânicas ou de atividades manuais, de acordo com as necessidades do Estado (Brasil, 1909). Vale ressaltar que o surgimento posterior da divisão entre ensino profissionalizante e propedêutico criaria um abismo social, marcado pelas diferenças entre os alunos que seriam ensinados com o objetivo de virem a ser a classe dirigente do país e aqueles que seriam os operários e construiriam a nação de maneira inferiorizada, através de atividades manuais, conforme destaca Gomes (2005, p. 2):

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no entanto, não significou uma integração do trabalho com a educação ou a escolarização do trabalho pelo ensino técnico, muito pelo contrário, as ideias que vigoravam na época continuavam a entender que havia uma desvinculação entre formação profissional e educação, ou seja, entre trabalho e educação. A educação, diferente de ensino profissional, era aquela de base teórica, intelectualista, 'voltada para a formação das classes dirigentes, daqueles que iriam ocupar os cargos de comando, ou burocráticos, na sociedade; formação profissional era aquela de base prática, voltada para as classes populares'.

Gomes (2005) apresenta a manutenção de determinados aspectos voltados ao ensino manual vinculada ao indivíduo que seria o empregado e trabalhador, que tinha sua importância ocultada pela atividade intelectualizada direcionada aos alunos da elite brasileira, principais responsáveis pela gestão do Brasil. Uma divisão que mantém suas raízes, pois, embora com diversas transformações ao longo do tempo, permaneceu, já que os serviços realizados manualmente sempre tiveram uma condição inferior na consciência do brasileiro, em relação aos trabalhos considerados intelectuais.

O Decreto n. 7.566/1909, em seus artigos e incisos, estabelecia que as Escolas de Aprendizes Artífices seriam submetidas à União, e o número de alunos deveria seguir os padrões dos prédios escolares. O Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911 (Brasil, 1911), que dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices, estabelecia, no seu artigo 3º, Curso Primário obrigatório para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar, e também o Curso de Desenho, bem como a criação de oficinas práticas, seguindo necessidades do Governo, do prédio escolar e do número de alunos. Tais fatores foram legitimados, com poucas mudanças, pelo Decreto n. 13.064, de 12 de Junho de 1918 (Brasil, 1918).

A crescente preocupação com uma melhor qualificação do corpo docente das escolas resultou em alterações substanciais, nos sucessivos regulamentos (sobretudo a partir do Regulamento de 1918), no que diz respeito ao provimento dos cargos de professores e adjuntos de professores e de mestres e contramestres de oficinas das Escolas de Aprendizes Artífices (Soares, 1982). Ao longo da história da educação brasileira, ainda que de forma esporádica e, por vezes, limitada, sempre existiu preocupação com a qualificação dos professores para lecionar nas instituições escolares do país, no Ensino Primário, Ginásial e Secundário, e não poderia ser diferente com as Escolas de Aprendizes e Artífices, cujos docentes eram escolhidos por seu saber, através de portaria do ministro ou por contrato realizado com os diretores das referidas instituições.

Em 1926, estabeleceu-se um currículo padronizado para todas as oficinas, constituindo-se em um “denominador comum” para o ensino ministrado nas diferentes escolas da União. Tratava-se da *Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices*, inspirada pelo *Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico*, que regulava também o currículo dos Cursos Primário e de Desenho, obrigatórios, o primeiro para todos os que não possuísem certificados de Exame Final das escolas estaduais ou municipais; e, o segundo, para todos os alunos, excetuando-se aqueles que já possuísem algum conhecimento das disciplinas de que se compunham os dois cursos, os quais seriam admitidos na classe correspondente ao seu adiantamento (Soares, 1982, p. 62).

A Tabela 1 apresenta o número de oficinas nas Escolas de Aprendizes Artífices, de acordo com as especialidades e com as necessidades existentes em cada cidade do Brasil, referente aos anos de 1912, 1916, 1922 e 1926, ano de instituição da *Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices*.

Tabela 1 – Número de oficinas nas Escolas de Aprendizes Artífices (1912, 1916, 1922, 1926)

| Ano \ Oficina | Marcenaria | Carpintaria | Ferraria | Serralheria | Fundição | Funilaria | Mecânica | Sapataria | Selaria | Alfaiataria | Encadernação | Ourivesaria | Eleticidade | Tornearia | Escultura | Pintura decorativa | Modelagem | Metais |
|---------------|------------|-------------|----------|-------------|----------|-----------|----------|-----------|---------|-------------|--------------|-------------|-------------|-----------|-----------|--------------------|-----------|--------|
| 1912 | 16 | 6 | 8 | 6 | 1 | 4 | 3 | 16 | 3 | 14 | 4 | 1 | 3 | 2 | 2 | 1 | - | - |
| 1916 | 16 | 5 | 8 | 8 | 2 | 3 | 3 | 17 | 4 | 17 | 4 | 1 | 3 | 1 | 2 | 1 | - | - |
| 1922 | 17 | 7 | 10 | 7 | 2 | 3 | 3 | 15 | 4 | 17 | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | 1 |
| 1926 | 17 | 7 | 8 | 11 | 2 | 4 | 3 | 15 | 3 | 17 | 6 | 1 | - | 1 | 1 | 1 | 1 | - |

Fonte: E. M. R. Pádua (1997)

De acordo com a Tabela 1, de 1912 a 1926, as oficinas com maior número eram as de Marcenaria, Sapataria e Alfaiataria, seguidas pelas oficinas de Carpintaria, Serralheria, Encadernação e Ferraria. As demais permaneciam restritas ao número de 3 oficinas ou mesmo 1, sendo possível percebermos que aquelas que estavam em maior número estavam ligadas aos interesses da própria comunidade e do país, orientadas, provavelmente, pela possibilidade maior de emprego e facilidade na aprendizagem do ofício. Logo, de 1912 até 1926, a Oficina de Marcenaria não teve aumento substancial, se consideramos a quantidade significativa de 16 oficinas.

A Oficina de Sapataria, com um aumento de 16 para 17, no ano de 1916, ao longo do recorte temporal apresentado, registrou queda para 15 oficinas nos anos de 1922 e 1926. A Oficina de Alfaiataria teve um aumento relevante, saltando de 14, no ano de 1912, para 17, e mantendo esse número nos anos de 1916, 1922 e 1926. A Oficina de Carpintaria teve aumento de 5 para 7 oficinas, entre 1916 e 1926, e a de Ferraria teve aumento de 8 para 10, em 1922, diminuindo para 8 oficinas novamente, em 1926.

A baixa quantidade de alunos nas demais oficinas pode ser justificada pela falta de interesse das próprias Escolas de Aprendizes Artífices e do Estado brasileiro em manter cursos nos quais as probabilidades de matrículas eram relativamente mínimas, dadas as próprias condições socioculturais do Brasil, a exemplo de oficinas de eletricidade, visto que, nos anos de 1920, os serviços elétricos no Brasil ainda não eram contínuos e estavam sujeitos a algumas dificuldades, não sendo tão atraente a procura por um ofício em um mercado de trabalho relativamente novo e com pouca apropriação de profissionais para exercer a função.

No ano de 1927, o Ensino Profissionalizante tornou-se obrigatório, a partir da Educação Primária e no Colégio Pedro II (Fonseca, [1986](#)), conforme pode ser

percebido, inclusive nos grupos escolares brasileiros que surgiram a partir de São Paulo, em 1893, e, posteriormente, ampliados para outras regiões do Brasil, contando, nas suas grades curriculares, com Trabalhos Manuais. A disciplina Trabalhos Manuais deveria ensinar atividades práticas usadas pelos alunos no seu dia a dia e para obter empregos em áreas carentes, na cidade ou no estado, e, para as mulheres, deveriam fornecer as bases para o cuidado do lar.

As Escolas de Aprendizes Artífices, em sua grande maioria, situavam-se fora dos centros de incremento industrial, pois precisavam

[...] ajustar-se ao mercado ensinando profissões artesanais, para as quais possuía mestres no local e chance de trabalho para os egressos. É essencial ressaltar que naquele momento a qualificação de que se falava era basicamente predisposta para o trabalho manual (Cunha, 2005, p. 71).

Tratava-se de uma formação profissional de nível primário, o máximo que poderia ser ambicionado pelas camadas populares. Não era entendida como uma formação que associasse teoria e prática.

A partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, teve início a relativa decadência da oligarquia brasileira, devido a fatores como a crise cafeeicultora, a centralização política federal e as estratégias de fortalecimento do processo de industrialização brasileira. Nesse contexto, o Brasil vivenciava transformações relevantes em sua estrutura, uma nova Constituição (1934), o Estado Novo (1937) e a participação em conflitos, como a Segunda Guerra Mundial, aspectos que atuaram no sentido de moldar uma nova República.

Ghiraldelli Junior (2005) destaca que o Brasil, na década de 1930, continuava se industrializando e se urbanizando com a produção industrial sendo superior ao valor da produção agrícola, em 1933. Cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, ultrapassaram a casa do milhão de habitantes, constatando-se que, quanto mais urbano se torna um país, mais crescem setores de serviços e menos as pessoas querem se submeter ao trabalho braçal. Logo, o crescimento de setores médios ou aspirantes a tal exigem educação e escolas, tendo o povo brasileiro sonhado ver seus filhos fugindo do trabalho braçal através da entrada na sala de aula.

Em termos de educação, o Brasil, durante a Era Vargas, procurou estabelecer um ensino que estivesse vinculado às novas demandas do trabalho e do desenvolvimento industrial, tanto nacional quanto regional. Assim, havia a

necessidade de formação para a indústria e serviços, já que deveriam ocorrer mudanças no sistema fabril de produção, instituindo nova maneira de pensar e agir, no tocante à produção. Nesse contexto, a relação capital e trabalho se fortaleceu, desdobrando-se na criação de instituições específicas que atendessem à necessidade de formação para as atividades laborais (Vicentini, 2021).

Em 1932, foi criada a Inspetoria Nacional do Ensino Profissional pelo Decreto n. 21.353, tendo como uma de suas funções incumbir a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico da direção, orientação e fiscalização de todos os serviços atinentes ao Ensino Profissional Técnico, tanto em relação às escolas, a que se refere o art. 98 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 19.560, de 5 de janeiro de 1931, como em relação a outros quaisquer estabelecimentos ou instituições que, por ministrarem o referido ensino, recebessem subvenção, prêmio ou auxílio pecuniário por parte do Governo Federal, vinculando também as Escolas de Aprendizes e Artífices.

Um dos pontos relevantes, em relação à educação, foi a criação do Ministério da Saúde e Educação, em 1930, que, embora dividisse as responsabilidades entre educação e saúde, foi um diferencial na centralização das decisões relacionadas às questões de ensino no Brasil. Nessa perspectiva, a partir do Decreto n. 6.029, de 26 de julho de 1940 (Brasil, 1940), no artigo 1º, os cursos profissionais, decorrentes do art. 4º do Decreto-Lei n. 1.238, de 2 de maio de 1939, seriam instalados, como unidades autônomas, nos próprios estabelecimentos/instituições de natureza industrial, ou mesmo nas proximidades destes, podendo ainda ser mantidos em comum por vários estabelecimentos obrigados aos termos do referido Decreto-Lei.

Os cursos profissionalizantes tinham como finalidade preparar mão de obra qualificada nas proximidades dos estabelecimentos industriais ou mesmo no seu interior, ou seja, era uma forma de possibilitar uma otimização do trabalhador para atuar nas atividades industriais, após completar o Ensino Primário, como uma forma de exercer uma prática remunerada, tendo que ser orientados pelas regras e normas dos locais que oferecessem os cursos profissionalizantes, com pena de exclusão do ofício. Os alunos matriculados deveriam aprender as capacidades exigidas nos ofícios ofertados, recebendo um auxílio financeiro e, ao final de seu ensino, a constatação de sua experiência profissional.

Nesse contexto, através do Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que tinha como

objetivo, segundo seu artigo 2º, organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários, a partir de uma articulação entre os operadores do Senai e os representantes de instituições socioeducativas locais (Brasil, 1942). Essas iniciativas governamentais estavam articuladas com educação, indústria, agricultura e comércio, principais pilares de sustentação de uma nação que priorizava o desenvolvimento, mesmo não impedindo a dicotomia operariado e elites.

Os anos de 1960, no Brasil, foram marcados pela implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN/1961), Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961). O Ensino Técnico abrange os cursos industrial, agrícola, comercial e outros, regulamentados nos diferentes sistemas de ensino, e tem reconhecimento de seu valor formativo para continuidade dos estudos. Assim como na Constituição Federal vigente, o ensino profissional de menores trabalhadores fica sob a responsabilidade das empresas, que ministram os cursos, em cooperação, conforme pode ser observado no artigo 51 da LDBN/1961. A necessidade da mediação das empresas na oferta dos cursos profissionalizantes seria permitir aos jovens o contato experiencial com o mundo do ofício e, conseqüentemente, com as práticas relevantes que seriam utilizadas para se inserir nas atividades do trabalho. Outro aspecto que pode ser destacado é a possibilidade de continuidade nos estudos, mesmo após o término do curso profissionalizante, embora provavelmente haja certa defasagem, quando comparado aos alunos que já mantêm uma aprendizagem propedêutica, especialmente destinada à Educação Superior.

O Regime Militar, que vigorou no Brasil, de 1964 a 1985, teve como principal fator a transformação do Colegial em 2º Grau Profissionalizante, pela Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Brasil, 1971), que determinava que os currículos deveriam ser divididos em parte geral, com as disciplinas regulares, e parte diversificada, direcionada ao ensino orientado por habilitações profissionais, dependendo da natureza do estabelecimento de ensino e das necessidades do mercado de trabalho. Logo, havia instituições de ensino que mantinham cursos profissionalizantes de comércio, eletrônica, práticas agrícolas e até mesmo o magistério de 1º Grau.

A profissionalização da educação brasileira, ao longo do Regime Militar, impossibilitou a condição reflexiva do ensino propedêutico em prol de uma campanha pela supervalorização da industrialização e controle da sociedade civil, especialmente por meio da propaganda e da repressão. Durante a década de 1970,

as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser conhecidas como Escolas Técnicas Federais, oferecendo os cursos técnicos profissionalizantes em contribuição à indústria brasileira.

A década de 1980 teve como destaque, no Ensino Profissionalizante, a promulgação da Lei n. 7.044, de 18 de outubro de 1982 (Brasil, 1982), que retirou a obrigatoriedade de habilitação profissional no 2º Grau e alterou, dentre os objetivos do 1º e 2º Graus (equivalentes, respectivamente, aos atuais Ensino Fundamental e Ensino Médio) a “qualificação para o trabalho” (Brasil, 1971, art. 1º) para “preparação para o trabalho” (Brasil, 1982, art. 1º). A Constituição de 1988 inaugurou uma nova era na República e na educação brasileira, servindo de orientação para a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBN/1996).

O Ensino Profissionalizante, gradativamente, foi deixando a educação primária, para ser articulado ao Ensino Médio, com os alunos tendo de haver concluído o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio para iniciar seus estudos profissionalizantes, com a possibilidade de prosseguimento do Ensino Superior, de acordo a LDB/1996, e sua qualificação técnica para o mundo do trabalho (Brasil, 1996). Apesar de esta pesquisa sobre a Educação Profissional no Piauí abordar o recorte temporal de 1909 a 1967, foi necessário esse percurso histórico que encerra no ano de 2008 com a nomeação de Institutos Federais de Ciência e Tecnologia para as Escolas da Rede Federal de Educação Profissional, já que não está em vigor apenas a mudança do nome, mas transformações em sua cultura escolar e, conseqüentemente, na sua identidade e especificidades.

As escolas de Aprendizes Artífices, ao serem criadas, estavam vinculadas a trabalhos manuais, tais como marcenaria, alfaiataria e metalurgia, dentre outros, para o desenvolvimento e fortalecimento de um ofício, especialmente para a camada considerada mais carente. As oficinas oferecidas poderiam variar de acordo com as características e necessidades das cidades do Brasil. Contudo, vale ressaltar o papel que as mulheres tiveram em tais instituições como alfabetizadoras e/ou como alunas.

Desse modo, é importante superar uma concepção positivista de História que não procura inserir a relevância das mulheres no cenário social, pois a emergência da história das mulheres como campo de pesquisa acompanhou as campanhas feministas, expandindo-se para além dos limites da história, de acordo com Castelo

Branco (2005), enfocando a ideia de luta das mulheres contra a discriminação de classe, raça, etnia e, acima de tudo, a luta pelo direito a uma profissão que lhes desse independência financeira.

A participação feminina nas escolas brasileiras foi tardia e permeada por preconceitos e exclusão, gerando, com isso, desigualdade no acesso da mulher ao processo formativo para preparação para o trabalho. Esse atraso tem justificativa histórica, podendo ser evidenciada com a vinda dos jesuítas para o território brasileiro para catequisar os indígenas e seus filhos, bem como os filhos dos fidalgos, excluindo as mulheres, destinando-as ao trabalho doméstico e ao casamento (Trigueiro; Araújo, 2016).

Ao longo da história, as mulheres tiveram que reivindicar o direito à inserção no mundo do trabalho, mesmo em instituições de ensino que não aceitavam a participação feminina, por considerá-las indignas de terem um conhecimento além daquele permitido em seus trabalhos domésticos. Não poderia ser diferente nas Escolas de Aprendizes Artífices, embora estas mantivessem cursos que fossem relativamente naturais às mulheres, como os de Alfaiataria e Corte e Costura. Nesse sentido, quanto à exclusão da mulher do curso profissionalizante, Trigueiro e Araújo (2016, p. 3) afirmam:

A questão referente ao papel da mulher no processo de profissionalização da população no Brasil esteve sempre permeada pela presença da exclusão e do preconceito de gênero. Durante séculos as mulheres foram excluídas da sala de aula dos cursos profissionalizantes, sendo mais forte essa exclusão nos cursos considerados próprios para homens, o que gerou uma visível desigualdade no acesso ao mundo do trabalho e no valor da remuneração desse trabalho. Esta questão coloca as mulheres em estado de opressão quanto aos seus direitos para participar do mesmo espaço educativo que os homens e ter direito à mesma formação profissional.

A escola, independentemente de sua característica, era, na maioria das vezes, proibida às mulheres ou mantinha uma matriz curricular menos exigente em relação à matriz destinada aos meninos, já que o ideal de mulher aceito na sociedade da época era uma personagem que deveria cuidar da casa, do marido e dos filhos. Ou seja, as atividades da instituição escolar deveriam ser uma extensão do lar para a educação das mulheres. Trigueiro e Araújo (2016) destacam, ainda, a construção da diferenciação do tratamento entre mulheres e homens, em termos de remuneração e

reconhecimento, a partir dos cursos profissionalizantes que continham aspectos eminentemente masculinos.

Contudo, a citação Trigueiro e Araújo (2016) apresenta uma contradição, ao afirmar que a exclusão da mulher foi mais visível nos cursos profissionalizantes destinados ao público masculino, o que permite a compreensão de que naqueles cursos mais voltados ao universo feminino, as mulheres poderiam participar, ainda que de forma limitada. No entanto, a Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe que, criada em 1911, não manteve turmas femininas. Somente em 1944, com a inauguração do Curso de Corte e Costura, de natureza relativamente feminina, foi possível perceber a presença de uma turma feminina (Santos; Santos; Nery, 2020).

Em Teresina, conforme será observado no Capítulo 3, a EAAPI foi criada, por decreto, em 1909, sendo inaugurada e tendo iniciado seu funcionamento em 1910, e mesmo as constituições brasileiras de 1891 e de 1967 não impediam que as mulheres fizessem os cursos de Ensino Profissionalizante, sendo destinadas à Escola Normal, reconhecida como instituição para formação de professoras para atuar no Ensino Primário, especialmente nas classes dos grupos escolares, que surgem no Brasil como ideal de modernidade (Castelo Branco, 2005).

Para Castelo Branco (2005), na Escola Normal, as classes estavam destinadas às mulheres da elite, onde se manteriam em uma realidade afastada do espaço doméstico, mesmo com salários baixos, mas que atendiam às expectativas de tal público. A participação das mulheres como normalistas evidenciava a inserção feminina no mundo do trabalho, que ultrapassava os limites do espaço de casa, criando a possibilidade da atuação de mulheres em escolas e em repartições públicas.

A participação da Sra. Márcia Cruz Rios como professora alfabetizadora na EAAPI reflete os papéis sociais reservados às mulheres, mas também demonstra certo exercício de poder, ao desenvolver uma atividade “feminina” em uma escola marcada pelo gênero essencialmente masculino, tanto no âmbito da administração, como da docência e do público para o qual se destinava. Chama a atenção, em relação à história dessa mulher, a sua formação superior, em pleno início de século XX, quando tal formação era considerada um atributo masculino. Esses casos refletem o fato de que havia famílias para as quais a diferença de gênero não era um dado importante na formação escolar dos filhos e filhas (Queirós, 2008 *apud* Cardoso, [2012](#), p. 170).

O relato acima destaca a importância da referida personagem feminina, ao realizar uma caminhada profissional e acadêmica na contramão do que era exigido da mulher, no começo do século XX, mantendo uma participação em uma instituição escolar profissional eminentemente masculina, a iniciar pelo seu diretor, Coronel Josino Ferreira. É preciso ressaltar que a materialização dessa possibilidade de resistência ocorre devido à existência de famílias que não estavam articuladas de maneira efetiva com o modo de pensar que insistia numa diferenciação entre gêneros (masculino e feminino).

No decorrer do tempo, houve outros exemplos de mulheres que passaram a estudar na então Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) (1967-1998), inclusive em cursos considerados masculinos, como Dirce, em 1974 que perdeu o marido e passou a ter de aprender o ofício de eletrônica para prover sua família, ao lado da professora de Letras Rita Maria de Cássia, que entrou na instituição também no ano de 1974, com o intuito de lecionar Português e Literatura e, voluntariamente, deu aulas de Religião, gradativamente, foi alcançando e exercendo cargos de chefia, como Supervisora Pedagógica, Chefe do Departamento de Pedagogia e Apoio Didático até chegar ao cargo de Diretora Geral (1994-2004) (Rodrigues; Rêgo, 2009).

Desse modo, é possível perceber que houve a presença de mulheres no Ensino Profissionalizante, a partir da Escola Normal, com o objetivo de preparar professoras do Ensino Primário, ainda que apenas para membros da elite que estavam interessadas em constituir uma vida profissional longe do espaço doméstico, mesmo ganhando relativamente pouco e tendo de arcar com as exigências das normas de bons costumes.

Já a inserção das mulheres nos cursos da Escola de Aprendizes Artífices, localizadas em diferentes estados brasileiros, foi marcada pela resistência profissional na criação do espaço de participação, ao longo do tempo, em oficinas que atendiam essencialmente homens. Nas documentações analisadas, não foram percebidas matrículas de mulheres na EAAPI, durante o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa.

1.2- PRIMEIRAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica foi criada, institucionalmente, no começo do século XX e tem possibilitado o fortalecimento de uma nova

mentalidade em torno do trabalho manual, inspirado num ideal de melhoria das condições sociais e auxílio ao desenvolvimento do país, de acordo com os princípios da industrialização. Mas, ao abordarmos a história dessa modalidade educacional, foi possível percebermos a existência de uma dicotomia entre um ensino voltado para as elites — ensino propedêutico, servindo de porta de entrada para a Educação Superior — e um ensino direcionado à camada humilde — o ensino profissionalizante para o exercício de trabalhos manuais.

A pobreza no cerne do combate pelo princípio de ordem e progresso que construiu a República contribuiu para a constituição de um ensino profissionalizante, no início, destinado à assistência, necessário para possibilitar aos órfãos e jovens pobres do Brasil a oportunidade de ter um ofício, geralmente relacionado a atividades manuais, como marcenaria, sapataria, funilaria e técnicas agrícolas. No Piauí do século XIX, contudo, as crianças começavam cedo no trabalho e, entre as funções requeridas aos meninos e às meninas pobres da província, podem ser destacadas: dar recado, colocar água, servir como pajem de outras crianças e viajantes e costurar (Araújo, 1995).

No Piauí, o Estabelecimento de Educandos Artífices, na perspectiva do Governo Provincial, deveria possibilitar a regeneração social das crianças pobres e desvalidas. A instituição deveria oferecer, às crianças pobres da região, o ensino de Primeiras Letras e a aprendizagem de um ofício, visando sua contribuição e incentivo ao crescimento da província (Fernandes, 2018). Era preciso uma instituição escolar que correspondesse ao interesse das elites em direcionar o desenvolvimento da província pautado na educação assistencial de jovens pobres e consequente crescimento econômico.

O Presidente da Província do Piauí, Zacarias de Góis, teve importância na educação piauiense, em termos do Ensino Secundário, com a criação do Liceu Piauiense, no ano de 1845, quando encontrou a educação piauiense em situação precária. Com a Lei n. 198, que normatizava o Ensino Primário e Secundário, foi responsável pela formação do Liceu Piauiense, com as cadeiras de Latim, Francês, Inglês, Geografia e História, Geometria e Aritmética, Retórica e Poética e Filosofia Racional e Moral (Vasconcelos; Ferro, 2009, p. 31).

Quanto ao Ensino Profissional, de acordo com Fernandes (2018), idealizado por Zacarias de Góis, é criado o Estabelecimento de Educandos Artífices, em Oeiras, então capital da província, no ano de 1849, e que permaneceria em funcionamento

até 1873. Pensada para ser um internato para educação artística e intelectual de meninos pobres, sua criação esteve associada à concepção de fornecer uma qualificação manual às crianças que não tinham condições financeiras satisfatórias em Oeiras.

De acordo com Ferro (1996, p.10-11), o Ensino Profissionalizante já existia no estado desde o Estabelecimento de Educandos Artífices. Em Teresina, a Lei n. 255, de junho de 1900, refere-se à criação de um Instituto de Educação Profissional que se chamaria Liceu das Artes e Ofícios. Entretanto, não foi criado devido à inexistência de meios e recursos humanos aptos a realizar o ensino na instituição, embora o governador da época, Arlindo Nogueira, defendesse a existência de um instituto profissionalizante na Capital.

Uma das principais justificativas para articular politicamente a criação do Estabelecimento de Educandos Artífices, na perspectiva de Zacarias de Góis, foi o interesse em abordar a educação dos meninos pobres e desvalidos de toda a província do Piauí, indivíduos desfavorecidos que, na sua compreensão, necessitavam de apoio e proteção, de modo que impedissem o seu lançamento desenfreado ao mundo do crime, tornando, dessa forma, um problema maior a ser enfrentado pela sociedade. Uma atitude que trazia, em sua concepção, o desejo de criar uma política preventiva em relação aos jovens, no intuito de retirá-los das ruas e favorecer o ideal de civilidade defendido ao longo da segunda metade do século XIX, no Brasil e no Piauí (Fernandes, 2018).

O Estabelecimento de Educandos Artífices de Oeiras mantinha contato relativamente estreito com a instituição semelhante do Maranhão, visto que, devido à sua natureza recente, necessitava de informações presentes no modelo educacional existente na instituição maranhense, ao lado do conhecimento sobre ofícios, por meio do envio de estudantes do Piauí para estudar ofícios no Maranhão e usar a qualificação na construção de um corpo docente para oferecer aulas no próprio Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí, como vemos no Relatório do Presidente da Província, de 1862:

Relatório de 13 de julho do ano de 1862, o presidente José Fernandes Moreira, 'Autorizado pela Resolução Provincial Nº 513 de 2 d'Agosto de 1861' se dispôs a reformar a Casa de Educandos e, para tanto, encarregou o diretor daquela escola, major João Gonçalves da Silva a elaborar com auxílio do Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho e do major Antônio Joaquim de Lima Almeida

juntamente com os senhores, Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho e o major Antônio Joaquim de Lima Almeida, um novo regulamento baseado nas leis e regulamentos provinciais e no que de melhor pudessem extrair '[...] do regulamento dos Educandos da Província do Maranhão' (Piauí, 1862, p. 5b).

No Relatório de 1862, as informações destacam a importância da comunicação mantida entre as duas instituições destinadas ao ensino de aprendizes artífices do Piauí e do Maranhão, pois a troca de conhecimentos entre ambas permitiria a construção de um regimento e modelo de educação a partir daquilo que era oferecido no Maranhão, mas adaptado à realidade piauiense. Logo, é relativamente comum perceber que uma instituição escolar que apresenta semelhanças, em termos educacionais, com outras do Brasil ou de províncias de uma mesma região contribuíram com informações a serem analisadas, interpretadas e utilizadas na configuração de legislações, normas e regras que deveriam ser seguidas em outras instituições, a saber, formação do corpo docente, regimento e matrizes curriculares.

O Estabelecimento de Educandos Artífices de Oeiras, durante o século XIX, inaugura uma nova representação na história da educação piauiense e na mentalidade da população de Oeiras e do Piauí, ao possibilitar a oferta do ensino de um ofício que poderia ser responsável pela eliminação da pobreza na qual se encontrava a maior parte da população piauiense. Para Chartier (1988), a criação de uma instituição escolar é uma luta constante entre diferentes representações de sociedade, corpo político, cultura e modos de vida, na qual a representação vencedora terá como característica a criação de um novo modelo de homem e sociedade.

Além de Oeiras, é relevante apresentar também o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, na cidade de Floriano, tal como será abordado, que trata da constituição histórica das Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil. Para Sousa (2020, p. 32-33), um dos fatores de favorecimento e/ou estímulo ao desenvolvimento da província do Piauí foi a construção de colônias agrícolas, ainda na segunda metade do século XIX, nas quais o presidente Manoel do Rêgo Barros Sousa Leão, que ocupou o cargo de 25 de dezembro de 1870 a 27 de fevereiro de 1872, em seu Relatório de 11 de julho de 1871, apresentado à Assembleia Legislativa, defendeu a necessidade de organização de núcleos populacionais para aprimorar a produção agrícola e industrial no estado.

O Decreto Imperial n. 5.392, de 10 de setembro de 1873 (Brasil, 1873), instituiu o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, conforme o extrato seguinte:

Hei por bem Autorizar a celebração do contracto proposto por Francisco Parentes para a fundação de um estabelecimento rural na Provincia do Piahy, comprehendendo as fazendas nacionaes denominadas — Guaribas, Serrinhas, Mattos, Algodões e Olho d'Agua —, pertencentes ao departamento de Nazareth, sob as clausulas que com este baixam, assignadas por José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos setenta e tres, quinquagesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Essa instituição, grosso modo, mantinha uma função semelhante às demais Escolas de Aprendizes Artífices, a saber, contribuir para a formação educacional e de mão de obra necessária ao fortalecimento de atividades industriais, embora, como o próprio nome destaque, as suas ações fossem mais direcionadas à agricultura, especialmente à lavoura de algodão, cana de açúcar e cereais apropriados ao solo e clima. Na indústria, seriam desenvolvidas e aperfeiçoadas, principalmente, fábricas de queijos e sabão, atividades de charqueado e curtumes. Ou seja, atividades articuladas com o dia a dia e economia da região (Sousa, 2020).

O decreto de criação da referida instituição evidencia, ainda, a sua estrutura física de funcionamento, contando com o prédio e as funções para sua otimização:

Construirá predio de residencia, casa de oração, enfermaria, aula, cemiterio, edificios com proporções para as fabricas e cortume, para depositos, para engenho de assucar e suas dependencias, para prensa e descaroço do algodão e para quartel das praças encarregadas da policia do estabelecimento e fazendas de gado, devendo tambem preparar um campo para estudos agronomicos. Construirá curraes, cercados e estabulos apropriados para o melhoramento e aperfeiçoamento das raças de gado; formará açudes e prados artificiaes e fará applicação do systema de cruzamento ou do de selecção, segundo a especie de gado e os resultados de um ou de outro systema (Brasil, 1873).

O Decreto Imperial n. 5.392/1873 estabelece a estrutura que a instituição deverá possuir para funcionar. Mesmo sendo uma escola, é possível percebermos a existência indústria e escola direcionadas às atividades agrícolas, funcionando em cada um dos edifícios, possibilitando uma articulação entre teoria e prática. O prédio

permite compreender que funcionaria como um internato, visto que a maioria dos beneficiados era composta de órfãos e libertos sem condições de moradia. Assim, é imperativo admitir que a Escola Rural de São Pedro de Alcântara, além do embrião da cidade de Floriano, pode relativamente ser considerada uma das precursoras dos Colégios Agrícolas do Piauí.

Quanto aos funcionários da Escola Rural de São Pedro de Alcântara, foi definido o seguinte quadro:

O estabelecimento terá o seguinte pessoal: um Director, que será o contractante acima referido, um Escripturario, um Sacerdote, um Professor, uma Professora, uma Directora dos trabalhos domesticos, um Carpina, um Ferreiro, um Enfermeiro, uma Enfermeira, seis criados, trinta trabalhadores para a lavoura da canna de assucar, trinta ditos para a do algodão, quatro ditos para o cortume, quatro para as charqueadas, quatro para a fabrica de queijos, dous para a de sabão, seis encarregados da direcção das industrias, Ocincos vaqueiros e os fabricas necessarios, seis praças e um Sargento, e, finalmente, todos os menores e invalidos de que tratam as condições 2^a e 3^a (Brasil, 1873).

O Decreto Imperial n. 5.392/1873 destaca, a princípio, a hierarquia do corpo de funcionários, com o diretor no centro, mantendo como sua função contratar profissionais para atuar na instituição. A religião ainda estava presente na instituição, especialmente a católica, materializada no papel do sacerdote escolhido para as funções religiosas e administração da capela; enfermeiros e enfermeiras fazem parte do corpo administrativo, já que, por funcionar como internato e devido à natureza de alguns trabalhos, poderiam ocorrer certas lesões físicas.

Outro fator que merece atenção é a presença de um corpo militar para a segurança, composto por membros da ativa da polícia, como um sargento e praça, o que pode ser um sinal de que a disciplina e moralidade devem prevalecer, mesmo que de maneira violenta. Além desses profissionais, não devem ser negligenciados aqueles que desempenham as funções ligadas às atividades práticas das indústrias, ou seja, os mestres encarregados de ensinar os jovens, órfãos, libertos e outros desvalidos, a obter um ofício e passar a contribuir para a economia da sociedade piauiense.

Com a criação da cidade de Teresina e sua conseqüente transformação na nova Capital da província, em 1852, no governo de José Antônio Saraiva, o Estabelecimento de Educandos e Artífices, que era patrimônio público, ficou com a

responsabilidade de garantir da mão de obra industrial com o objetivo de preparar a organização econômica e industrial da nova capital. Tal estruturação deveria ocorrer, especialmente, através da preparação de mão de obra qualificada para o funcionamento da Capital.

As instalações da escola, antes localizadas em Oeiras, sofreram prejuízos significativos, o que acabou interferindo na realização das atividades cotidianas: “[...] das sete oficinas instaladas apenas aquelas referentes à alfaiataria e à marcenaria funcionavam integralmente” (Carvalho, 2017, p. 177). Com a necessidade de acomodação dos órgãos públicos na nova Capital, mais internos foram admitidos e, assim, encarregados do fabrico dos móveis das repartições, utensílios para a cadeia pública e tocheiras para a igreja, entre outros.

O Estabelecimento de Educandos e Artífices, funcionando na nova Capital (Teresina), vivenciava diversas dificuldades inerentes aos órgãos públicos direcionados às pressas para funcionar em um local diferente daquele que estava estruturado e consolidado, em Oeiras. Um ponto a ser destacado foi um benefício para os jovens que tinham interesse em matricular-se na instituição, pois, com a referida necessidade de acomodações, as oficinas de marcenaria tiveram grande demanda para a criação de utensílios relacionados ao estabelecimento dos prédios públicos.

1.2.1 A CIDADE DE TERESINA: BERÇO DA EAAPÍ

Antes de abordarmos os aspectos relacionados diretamente a história da instituição é necessário destacarmos certos elementos do local no qual foi estruturada, ou seja, a cidade de Teresina, transformada em capital sob a orientação da modernidade oitocentista.

A Figura 1 apresenta o plano de Teresina e evidencia uma cidade que foi criada de maneira planejada, seguindo o formato de um tabuleiro. Analisando o plano, é possível perceber uma das motivações para a transferência da capital do Piauí, de Oeiras para Teresina, o fato da proximidade com o rio Paranaíba, tornando relativamente fácil a comunicação com a cidade maranhense de Caxias, importante centro populacional, à época, além de viabilizar o escoamento da produção de Teresina.

Figura 1 – Miniatura do Plano de Teresina



Fonte: CASTELLO BRANCO FILHO (1976, p. 30-31)

Para Oliveira (2011), a cidade é composta de uma variedade de ações diárias, manifestadas em práticas cotidianas: em ações simples, um caminhar, cozinhar, habitar, falar, circular, trabalhar. São atividades que a tornam local, por excelência, da diversidade, do improvável e do impreciso. Uma cidade não se encontra parada no tempo, pois recebe influências dos costumes, tradições, ou seja, da cultura de determinada sociedade que habita suas estruturas, e a cidade de Teresina, no decorrer dos anos, foi constituindo sua identidade, abrigando instituições, como escolas, hospitais e casas comerciais, ao lado da transformação do seu dia a dia, permitindo sua especificidade como capital.

De acordo com documentações de 1793, já havia interesses, durante esse período, para a realização da transferência do foro administrativo de Oeiras para Teresina, quando o Governador e Capitão-Mor das Capitanias do Maranhão e Piauí, Dom Fernando Antônio de Noronha, propôs ao Rei a mudança para as margens do Rio Parnaíba (Gandara, 2011). Nesse sentido, é possível compreender que o pensamento de José Antônio Saraiva (Figura 2), primeiro Presidente da Província do Piauí e principal materializador da referida transferência, reafirmou uma concepção que já estava sendo defendida desde o período colonial. Gandara (2011, p. 94) destaca o desejo ampliado de Saraiva de transferir a capital piauiense:

Conforme a literatura piauiense, a questão da mudança da capital se colocou logo nos primeiros meses da administração do presidente Saraiva, quando recebeu um memorial assinado por um número de moradores das vilas de Parnaíba, Piracuruca e a Câmara Municipal

de Campo Maior no qual tratavam das vantagens sobre a já pleiteada mudança da capital. José Antônio Saraiva, tornou-se partidário da mudança, estudou o assunto e empreendeu uma viagem à vila velha do Poti. Lá compreendeu que a vila não podia florescer, pois estava sujeita a febres endêmicas e a periódicas enchentes do rio Poti, que a arruinavam constantemente.

Para instalar a nova Capital, José Antônio Saraiva escolheu a Vila do Poti, outrora uma fazenda de gado conhecida por Chapada do Corisco. Este foi seu primeiro ato fundador. Para Vidal (2009, p. 245), “[...] o primeiro cuidado do fundador é o de escolher o lugar da cidade nova”. A escolha desta localidade, apesar de já ter sido cogitada e até confirmada, posto que, em seguida tivesse sido anulada, ensejou um prolongado debate. A escolha da nova localidade e a transferência da Capital ocorreu sob protestos da população de Oeiras e do poder local, que, numa última tentativa, buscou evitar a saída do cofre da intendência.

Figura 2 – José Antônio Saraiva



Fonte: Especial [...] (2022)

O nascimento da cidade de Teresina não foi apenas o efeito do livre jogo de forças ou das necessidades locais, mas, sim, do Estado, que dirigiu e/ou induziu a transferência da Capital, provocando toda a transformação socioespacial piauiense. Podemos dizer que este surgimento estava ligado a motivos políticos: foi resultado e produto do avanço do capital, das estratégias do Governo em que a estrada líquida fora o meio físico para alcançar os objetivos da política em curso (Gandara, 2011).

Ao longo do século XIX, Teresina foi se consolidando como capital, enfrentando problemas de natureza estrutural e econômica.

Durante o século XX, embora a cidade de Teresina ainda estivesse aquém da modernidade desejada, houve diversas iniciativas de superar tal situação com a criação de praças, cafés, clubes, pavimentação das ruas e diminuição de práticas consideradas arcaicas para o meio urbano, processo direcionado para o interesse das elites na busca de afastar as camadas mais pobres dos seus espaços de convívio (Pimentel; Queiroz, 2020). Conforme será visto no decorrer desta dissertação, o século XX foi importante para o Brasil e para Teresina com a implantação das Escolas de Aprendizes Artífices na criação de mão de obra para atender a necessidade de profissionalização e industrialização do país.

1.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ, EM SEUS ASPECTOS GERAIS, NAS PÁGINAS DOS RELATÓRIOS DE INSTRUÇÃO, NOS ANOS DE 1920

A instrução pública do Piauí, em 1921, estava dividida em três categorias, como nos outros estados, sendo primária, oferecida nos grupos escolares, escolas isoladas e escolas reunidas; e secundária (atual Ensino Fundamental II e Ensino Médio), oferecida especificamente no Liceu Piauiense, outra instituição escolar de renome no estado. O que chama a atenção é o fato de o Ensino Profissionalizante ser atribuído à Escola Normal, voltada à formação do docente para o Ensino Primário, o que se justifica por ser a EAAPI mantida pelo Governo Federal, mesmo funcionando em um prédio fornecido pelo Governo do Estado, evidenciando um nível de comunicação necessário entre a União e estados, embora tal proximidade tenha sido percebida como uma estratégia para ser adquirida a instituição.

Na Figura 3, Relatório da Diretoria da Instrução Pública, de 1921, assim descreve a organização da educação piauiense:

Figura 3 – Relatório da Diretoria da Instrução Pública do Piauí (1921)

A Instrução publica do Piauí divide-se em primaria, secundaria e profissional. A primaria é ministrada nas escolas estadoaes e em raras escolas municipaes. A secundaria, no Lyceu Piauihyense. E a profissional na Escola Normal. Ha tambem escolas e collegios particulares e estabelecimentos, tambem particulares, onde se fazem os cursos primario e secundario e a Escola de Aprendizizes Artifices mantida pela União, funcionando em predio fornecido pelo Estado, onde se ministra ensino profissional.

As Escolas Publicas estadoaes são em numero de 81, masculinas, femininas e mixtas, além da Escola Modelo, anexa á Escola Normal, dividida em tres annos e servida por uma Directora, duas Professoras Normalistas e uma Adjunta normalista.

A matricula elevou-se a 4545 alumnos de ambos os sexos, exceptuando as matriculas das escolas municipaes, cujos dados estatisticos são muito irregularmente remetidas á Secretaria da Instrução. Posto que animador esse resultado, a cifra é muito baixa, pois nossa população escolar é bem maior do que isso.

Fonte: Instrução [...] (1921)

O excerto do Relatório apresenta o número de 81 escolas públicas pertencentes ao Estado, bem como Escola Normal e Escola Modelo, que funcionava como anexo da primeira, contando com uma diretora e três professoras normalistas.

O Relatório demonstra preocupação com o número de matrículas relativamente baixo de 4.545 alunos de ambos os sexos, pois já havia escolas masculinas, femininas e mistas, a última recebendo alunos de ambos os sexos. Quanto à EAAPI, o Relatório traz considerações sobre verbas a ela destinadas e outros serviços relacionados à educação pública piauiense, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Relatório de despesas com a instrução

| | | |
|---|-----------|-----------|
| I — PESSOAL : | | |
| Directoria Geral da Instrucção Publica | 7:680\$ | |
| Lyceu Piauihyense | 39:600\$ | |
| Escola Normal | 33:680\$ | |
| Escola Modelo | 9:720\$ | |
| Escolas primarias | 110:640\$ | |
| Inspectores escolares | 6:000\$ | |
| Professores em disponibilidade e addicionaes | 4:890\$ | 212:210\$ |
| II — MATERIAL : | | |
| a) Expediente e objectos de serventia para a Directoria Geral de Instrucção e Lyceu | 400\$ | |
| Idem idem para a Escola Normal | 400\$ | 800\$ |
| b) Aluguel de casa para a Escola Normal | 1:140\$ | |
| Para as escolas reunidas nesta capital | 7:060\$ | |
| Idem na Parnahyba | 900\$ | |
| Idem para a Escola de Aprendizizes Artifices | 1:800\$ | |
| c) Material Escolar | 1:000\$ | 12:200\$ |
| Total | | 225:210\$ |
| A reforma trouxe a seguinte modificação : | | |
| I — PESSOAL : | | |
| Directoria Geral da Instrucção Publica | 8:160\$ | |
| Escola Normal | 29:600\$ | |
| Inspectores escolares | 6:000\$ | |
| Instrucção primaria | 121:980\$ | |
| Professores em disponibilidade e addicionaes | 4:890\$ | 170:630\$ |
| II — MATERIAL : | | |
| a) Expediente da Directoria Geral da Instrucção. | | |
| Conselho Superior e Escola Normal | 500\$ | |
| Objectos de serventia e asseio | 200\$ | 700\$ |
| b) Aluguel de casa para : | | |
| Escolas primarias na capital | 4:140\$ | |
| Idem na Parnahyba | 900\$ | |
| Escola de Aprendizizes | 1:800\$ | |
| c) Material Escolar | 7:040\$ | 13:880\$ |

Fonte: Instrução [...] (1921)

O Relatório de despesas (Figura 4) apresenta as principais despesas direcionadas à educação, no Piauí, durante o ano de 1921, relacionadas ao pessoal, ou seja, os recursos humanos que exerciam funções nas instituições escolas públicas do Estado, e com o material usado no dia a dia das referidas instituições. Nesse tópico, é possível perceber as despesas com o aluguel da casa na qual a EAAPI estava funcionando, o que deixa evidente que a referida escola não tinha um prédio próprio, tendo que adaptar as estruturas daquele que estava alugado para atender as demandas dos alunos. São destacadas, ainda, as despesas com o aluguel do local que serve ao funcionamento da Escola Normal e das escolas reunidas no Estado. Podemos observar que as maiores verbas eram direcionadas ao Liceu Piauiense, às Escolas Primárias e à Escola Normal.

Nos recursos destinados aos materiais essenciais ao funcionamento do cotidiano escolar, especificamente nos seus aspectos burocráticos, o valor se mantinha em quantia inferior às despesas com o pessoal, correspondendo a 12:200\$. A quantia destinada de 1:800\$ ao aluguel do local usado para abrigar a

EAAPI demonstra que sua arquitetura apresentava uma área relativamente considerável, com espaços internos, com salas para realização das oficinas práticas; biblioteca; e para os instrumentos de uso nas salas de aula. Uma quantia que excede a enviada ao aluguel do espaço onde funcionava a Escola Normal de 1:440\$. Já as despesas com o material escolar eram de 1:000\$, valores que foram justificados no Relatório com as palavras “dentro das possibilidades orçamentárias do Estado.”

Seguindo a trajetória de 1927, um relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública apresentou as verbas direcionadas às obras públicas, especialmente aquelas destinadas a reformas dos principais prédios do Estado e outros serviços para o funcionamento da sociedade piauiense (Figura 5):

Figura 5 – Despesas com obras públicas

| Obras Publicas | |
|---|-------------|
| No decorrer de 1927, fôram executados diversos serviços em diferentes proprios estaduaes, em que se despendeu a importancia de 24.085\$500, assim discriminada: | |
| Escola de Aprendizizes Artifices | 414\$200 |
| Pirajá | 1:396\$450 |
| Escola Normal | 875\$000 |
| Directoria de Obras Publicas | 685\$900 |
| Cadeia Publica | 1:361\$750 |
| Quartel de Policia | 1:200\$000 |
| Palacio de Karnak | 1:576\$500 |
| Lyceu Piauihyense | 867\$750 |
| Asylo de Alienados | 1:648\$750 |
| Montagem do Coreto de Karnak | 5:531\$150 |
| Centro Agricola «David Caldas» | 1:525\$000 |
| Isolamento de leprosos | 3.000\$000 |
| Quintas do Estado | 830\$000 |
| Secretaria da Fazenda | 450\$500 |
| Palacio da Justica | 569\$750 |
| Diversos | 2.060\$800 |
| | 24.085\$500 |

Fonte: Despesas [...] (1927)

Percebemos, na Figura 5, a quantia de 24:085\$500 enviada para reformas e outros serviços públicos do Piauí, a serem usados nas estruturas de instituições escolares do Estado (Escola Normal, EAAPI, Liceu Piauiense); nos locais destinados à manutenção da segurança pública (Quartel de Polícia, a Cadeia Pública, o Palácio da Justiça); para manter a ordem social no estado (Asilo dos Alienados, Isolamento de Leprosos e Centro Agrícola David Caldas); nos serviços que administravam a economia do Estado (Secretaria da Fazenda, Quintas do Estado, Diretoria de Obras

Públicas); e nos serviços nos pré 3dios que abrigavam o poder político estadual (Palácio de Karnak, Pirajá).

Ao analisar a Figura 5, foi possível percebermos para quais serviços eram direcionadas as maiores quantias: para o Quartel da Polícia, 1:200\$800; para o Pirajá, 1:396\$450; para a Cadeia Pública, 1:36\$750; para o Palácio de Karnak, 1:576\$500; para a Montagem do Coreto de Karnak, um valor substancial de 5:531\$150; para o Isolamento de Leprosos, 3:000\$000; para o Centro Agrícola David Caldas, 1:525\$000; e para o Asilo de indivíduos considerados Alienados, 1.648\$750. As quantias consideráveis direcionadas a tais serviços, materializadas nas referidas instituições, podem ser justificadas de duas formas: a primeira, e uma das mais plausíveis, está na elevada quantidade de reformas, construções e ajustes que precisavam ser efetivadas; a segunda, na relevância direcionada a cada um dos serviços mantidos nas instituições destacadas no Relatório, motivação que não possui um fundamento concreto, visto que a quantia direcionada ao Palácio da Justiça (596\$750) estava abaixo da quantia destinada, especialmente, às reformas das instituições citadas.

As quantias presentes nas verbas eram as seguintes: para os serviços voltados à EAAP, 414\$200; para a Escola Normal, 875\$000; para o Liceu Piauiense, uma instituição de Ensino Secundário no estado, 867\$750; para Quintas do Estado, 830\$000; para a Diretoria de Obras Públicas, 685\$900; para a Secretaria da Fazenda, 450\$500; e para o Palácio da Justiça, 569\$750. A EAAP, no ano de 1927, recebeu a menor quantia, em comparação com as outras repartições que exerciam atividades de ensino, como a Escola Normal e o Liceu Piauiense, bem como as instituições onde funcionavam as ações públicas.

Ao analisar os Relatórios de 1922, 1925 e 1927 (Figura 5), a explicação para a quantidade de verbas elevadas devido a algumas instituições precisarem realizar reformas intensas em suas estruturas não pode ser corroborada pela Casa de Detenção ou Cadeia Pública, pois esta, no Relatório de 1925, havia recebido um valor de 2:091\$700, enquanto o Liceu Piauiense havia recebido a quantia de 321\$000, em comparação com 275\$000 recebidos pela EAAP e o Asilo de Alienados, que recebeu a quantia de 1:401\$900, recebendo, em 1927, um aumento de 200 réis. O que permite perceber, de certa forma, que as instituições que recebiam um valor maior despertavam a consciência de importância superior, de

acordo com a Diretoria de Instrução Pública. Embora esta alardeasse a relevância da EAAPÍ, as verbas a ela destinadas eram as menores.

Uma quantia geral era enviada e, ao chegar ao Estado, eram direcionados os recursos para cada instituição, para atender os serviços de reformas ou construções de novas estruturas. O Relatório constando quantia exata ou próxima e as instituições e secretarias que receberiam era uma maneira de registrar o orçamento descrito no relatório, além de manter conhecimento das dificuldades referentes àqueles serviços que recebiam maiores quantias, já que, provavelmente, os obstáculos para manterem seu funcionamento eram maiores e necessitavam de cada vez mais quantias, impedindo uma divisão mais igualitária com outros serviços.

Outra explicação que pode ser evidenciada sobre as maiores quantias serem enviadas, sobretudo, às instituições escolares, ao menos relacionado ao Liceu Piauiense, era o fato de essa instituição receber uma parcela significativa dos alunos pertencentes à elite piauiense no Ensino Secundário; e a EAAPÍ receber, em sua maioria, alunos de uma camada humilde ou desajustados diante das regras que a sociedade apresentava como corretas, bem como a dicotomia entre o ensino propedêutico e o profissionalizante, que já contribuía para a criação de um abismo em relação à importância da EAAPÍ, que, mesmo com a defesa dessa escola como uma criação do Governo Federal, havia um relativo preconceito por parte da sociedade.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EAAPI ATÉ SUA CONSTITUIÇÃO COMO ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO PIAUÍ(1909- 1967)

Neste capítulo, trataremos da criação e instalação da EAAPI em Teresina, suas mudanças de nomenclatura da EAAPI para Escola Federal Industrial do Piauí, e diretores que contribuíram para sua evolução

2.1- CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DA EAAPI

O ano de 1909 marcou a criação da EAAPI, em Teresina, subordinada ao Governo Federal, especificamente ao Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, oferecendo as Oficinas de Alfaiataria, Sapataria, Mecânica e Ferraria. No ano de 1909, faleceu, no poder, o Presidente Afonso Pena e, nesse mesmo ano, em meados de junho, assume o cargo Nilo Peçanha, Vice-Presidente. Este, preocupado com a economia e a situação social do país, principalmente “[...] com a população de pobres e miseráveis, e pensando em dias melhores para o povo brasileiro, faz publicar o decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909 [...]” (Rêgo, 2009, p. 9), que criava, nas capitais dos Estados da República, Escolas de Aprendizes Artífices, para o Ensino Profissional Primário e gratuito que tinha como propósito a “[...] formação de profissionais artesãos, com o ensino voltado para o trabalho manual e mecânico” (Rêgo, 2009, p. 9).

O Presidente Nilo Peçanha só necessita de 101 dias de governo para criar a 1ª Rede Nacional de Escolas Profissionais. Para uma Nação com 20 estados, 5 Territórios e um Distrito Federal, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, para a capital de Estado, ficando fora dessa relação Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, por já possuir uma escola congênere, o Instituto Parobé, e Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, cujo governo não se mostrou interessado, sendo a Escola instalada em Campos de Goytacazes no interior do Rio (Rêgo, 2009, p. 9).

Ainda de acordo com Rêgo (2009), a partir da data do decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, o Governo Federal começou a selecionar e enviar homens de sua inteira confiança para a instalação e funcionamento de cada escola da recém-criada Rede. É preciso apresentar uma linha do tempo que permitirá

compreender a leitura desta dissertação no decorrer de sua materialização (Quadro 1).

Quadro 1 – Denominações da EAPI

| DENOMINAÇÃO | PERÍODO |
|--|----------------------|
| Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI) | 1909 a 1937 |
| Liceu Industrial do Piauí | 1937 a 1942 |
| Escola Industrial de Teresina | 1942 a 1965 |
| Escola Industrial Federal do Piauí | 1965 a 1967 |
| Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) | 1967 a 1998 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) | 1999 a 2008 |
| Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI) | 2008 aos dias atuais |

Fonte: Autora

Dados: Rêgo (2009)

No Quadro 1, vemos as denominações da EAAPI, no período de 1909 aos dias atuais, mudanças relevantes para o estudo da EAAPI e para sua evolução.

Para a instalação da EAAPI, foi enviado para Teresina o Coronel Josino José Ferreira (Figura 6), que exercia o cargo de magistrado em uma corte da Justiça na Capital do Brasil, para ser seu primeiro diretor. Josino Ferreira era picoense e já havia exercido, no Piauí, diversos cargos, entre eles, escrivão de cartório, em Valença e Jaicós. Foi Deputado Provincial em duas legislaturas, Chefe de Polícia, o primeiro Promotor Público de Picos, Secretário de Fazenda por duas vezes e Secretário de Governo.

Figura 6 – Josino José Ferreira, diretor da EAAPI (1910 – 1928)



Fonte: Rêgo (2009, p.11)

Devido à vasta experiência administrativa, com o objetivo de fiscalizar professores e alunos, Josino José Ferreira “[...] foi escolhido pelo governo para voltar ao Piauí e em Teresina instalar e dirigir a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí, missão essa que fez com muita propriedade” (Rêgo, 2009, p. 10). E, em apenas 100 dias, a partir da data do Decreto, o Piauí foi um dos pioneiros na instalação, tendo sido no mesmo dia instaladas também as de Goiás e Mato Grosso. O Quadro 2 mostra a data da inauguração das unidades da Escola de Aprendizes Artífices pelo Brasil, todas instaladas de 1º de janeiro a 1º de outubro de 1910.

Quadro 2 – Datas de início de funcionamento das 19 Escolas de Aprendizes Artífices criadas pelo Decreto n. 7.566, de 25 de setembro de 1909

| ESCOLA | INÍCIO DO FUNCIONAMENTO |
|---|-------------------------|
| Escola de Aprendizes Artífices do Piauí | 1º de janeiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices de Goiás | 1º de janeiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso | 1º de janeiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte | 3 de janeiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba | 6 de janeiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão | 16 de janeiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices do Paraná | 16 de janeiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas | 21 de janeiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices de Campos (RJ) | 23 de janeiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco | 16 de fevereiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo | 24 de fevereiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo | 24 de fevereiro de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe | 1º de maio de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices do Ceará | 24 de maio de 1910 |
| Escola de Aprendizes Artífices da Bahia | 2 de junho de 1910 |
| Escola de Aprendizes artífices Pará | 1º de agosto de 1910 |
| Escola de Aprendizes artífices Santa Catarina | 1º de setembro de 1910 |
| Escola de Aprendizes artífices Minas Gerais | 8 de setembro de 1910 |
| Escola de Aprendizes artífices Amazonas | 1º de outubro de 1910 |

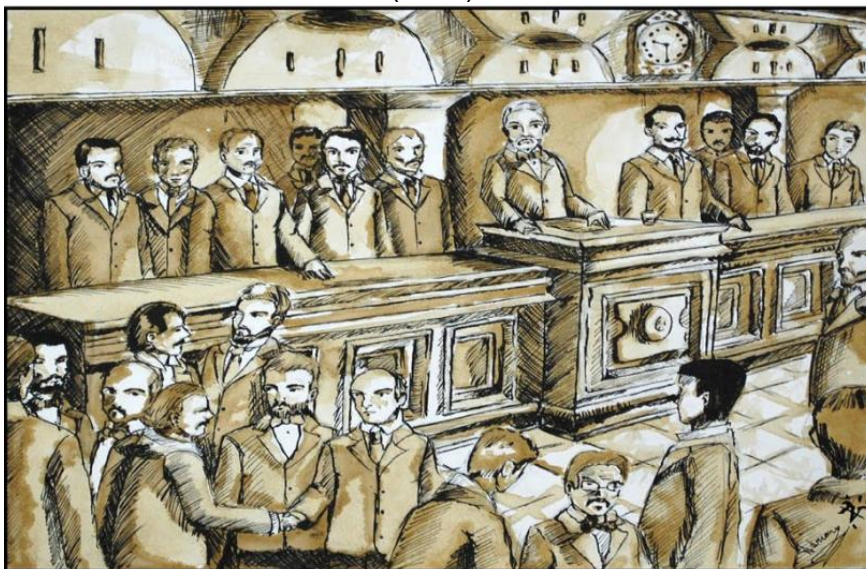
Fonte: E. M. R. Pádua (1997, p. 44)

O Quadro 2 mostra que o ano de 1910 foi marcado pela inauguração e início do funcionamento de Escolas de Aprendizes Artífices, na maior parte dos estados brasileiros, sendo 9 localizadas em cidades do Nordeste, provavelmente nas suas capitais. O intervalo relativamente curto de criação das referidas instituições, salvo alguns estados que tiveram um período de um mês para criar a sua Escola, como a do Amazonas em relação à de Minas Gerais, bem como a do Pará e de Santa Catarina, o que demonstrava a urgência de funcionamento dessas instituições em território brasileiro.

Quanto ao ritual necessário de solenidade de instalação da EAAP, o ato de instalação foi realizado em um escritório no Pirajá, onde atualmente funciona o *Campus* Poeta Torquato Neto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), contando com a presença das mais altas autoridades do estado. Essa realização como parte cultural da implantação de uma instituição torna-se necessária por criar uma representação na consciência da população piauiense, especialmente dos que serão beneficiados. A solenidade serve de fundamento à existência prática do dia a dia escolar que será construído na instituição, atuando na educação profissional do Piauí.

A Figura 7 é uma representação artística da solenidade que ocorreu no momento da instalação da EAAP e onde mesmo se tratando de uma obra de arte visual, de acordo com Le Goff (2001), a partir da Nova História dos Annales com o reconhecimento da importância da ampliação do número de elementos que podem ser utilizados como fontes históricas, uma pintura artística pode se constituir em um documento histórico por meio do tratamento adequado à sua representação que foi criado, de época e contexto.

Figura 7 – Ilustração da solenidade de instalação de EAAP, por Adriano Lima, aluno do Curso Técnico de Artes Visuais (2009)



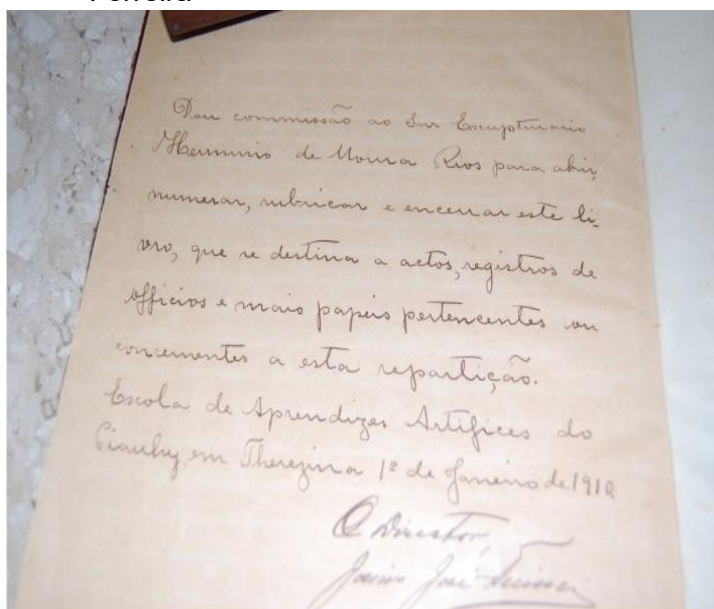
Fonte: Rêgo (2009, p.10)

Na solenidade de instalação da EAAP, estavam presentes, como esperado, indivíduos da vida política piauiense responsáveis pela possibilidade de funcionamento da instituição, conforme destaca Rêgo (2009, p. 14):

Cel. Manoel Raimundo da Paz — Governador em exercício, Dr. Antonino Freire da Silva — Vice-Governador em licença, Dr. João Henrique de Sousa Gayoso e Almendra — Deputado Federal, Dr. Francisco de Moraes Correia — Secretário de Governo, Cel. Josino José Ferreira — Diretor da Escola, Hermínio de Moura Rios — Escriturário, Raimundo Pereira Filho — Porteiro-contínuo, Antônio José Villas Boas — 1º Tenente, João Antônio de Vasconcelos, Américo Vespúcio de Moura, Basílio da Rocha Cabral e Pedro Tomás de Pereira. Nesta ocasião, usaram da palavra: o Diretor da Escola, o Secretário, que leu a ata, e o Governador, que exaltou o grande feito das autoridades da República em Terras Piauienses.

A ata de criação (Figura 8) registra o momento de criação efetiva da instituição escolar profissional em Teresina, uma vez que, ao constar numa ata a decisão de criação da EAAPI, houve a constituição de uma nova representação em termos de instituições educacionais, agora direcionada ao Ensino Profissionalizante, no intuito de formar mão de obra para atender as demandas da capital piauiense, em franco crescimento urbano. A EAAPI foi a primeira escola federal de Ensino Profissional do estado do Piauí e, no mesmo ano de sua instalação, em meados de março de 1910, iniciou seu primeiro ano letivo.

Figura 8 – Abertura do Livro de Atas para registros de ofício, com assinatura do primeiro Diretor, Josino José Ferreira



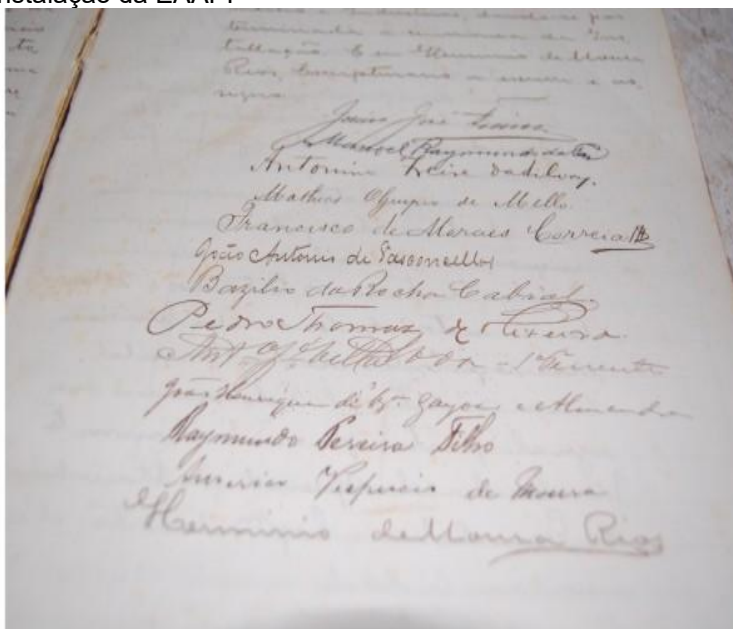
Fonte: Acervo do IFPI

Uma ata, como documento responsável pela síntese das decisões obtidas após a realização de uma reunião, assembleia ou qualquer outra deliberação, tem como objetivo registrar as informações que surgiram através das discussões. A Figura 8 é a ata da reunião sobre a legitimação dos registros e escritos relacionados

à documentação expedida pela EAAPI, assinada pelo seu primeiro diretor, em 1910. As rubricas dos participantes da reunião é uma forma de ratificar as deliberações da reunião. O documento mantém uma escrita à mão, provavelmente por uma secretária efetiva da instituição, tornando importante a existência de cuidados, ao escrever o que é necessário, para que o entendimento não seja prejudicado. Outro aspecto evidenciado é a assinatura do diretor para dar legalidade a uma documentação e seu posterior registro. A simplicidade do documento criado demonstra um momento na história da educação quando profissionais que atuavam na área davam importância à elaboração de certificados, atas, matrículas e boletins dos alunos.

Outra ata que estava relacionada à assinatura dos participantes da cerimônia de inauguração da instituição como uma forma de manter a veracidade do evento, que ocorreu na data especificada, visto que tais registros servem de comprovação da existência de uma determinada ação realizada pelos componentes de uma solenidade pode ser vista na Figura 9.

Figura 9 – Ata com assinatura dos servidores que participaram da primeira reunião de instalação da EAAPI



Fonte: Acervo do IFPI

A Tabela 2 apresenta informações sobre as matrículas e frequências existentes nas Escolas de Aprendizes Artífices criadas nos estados brasileiros. Numa primeira observação, é possível percebermos que as matrículas eram

superiores às frequências, inclusive no Piauí, com 52 matrículas e 28 frequências, representando a materialização documental de alunos na instituição.

Tabela 2 – Matrículas e frequência do primeiro ano de funcionamento das 19 Escolas de Aprendizizes Artífices

| ESCOLA | MATRÍCULA | FREQUÊNCIA |
|---|-----------|------------|
| Escola de Aprendizizes Artífices do Amazonas | 33 | 18 |
| Escola de Aprendizizes Artífices do Pará | 160 | 74 |
| Escola de Aprendizizes Artífices do Maranhão | 74 | 56 |
| Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí | 52 | 28 |
| Escola de Aprendizizes Artífices do Ceará | 128 | 55 |
| Escola de Aprendizizes Artífices do Rio Grande do Norte | 151 | 86 |
| Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba | 143 | 112 |
| Escola de Aprendizizes Artífices de Pernambuco | 70 | 46 |
| Escola de Aprendizizes Artífices de Alagoas | 93 | 60 |
| Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe | 120 | 69 |
| Escola de Aprendizizes Artífices da Bahia | 40 | 30 |
| Escola de Aprendizizes Artífices do Espírito Santo | 180 | 52 |
| Escola de Aprendizizes Artífices de Campos (RJ) | 209 | 145 |
| Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo | 135 | 95 |
| Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná | 219 | 153 |
| Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina | 100 | 59 |
| Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais | 32 | 24 |
| Escola de Aprendizizes Artífices de Goiás | 71 | 29 |
| Escola de Aprendizizes Artífices do Mato Grosso | 108 | 57 |
| TOTAL | 2.118 | 1.248 |

Fonte: E. M. R. Pádua (1997, p. 44)

Observamos que a frequência estava bem abaixo da quantidade de alunos matriculados nas escolas e, em algumas, como as escolas localizadas no Espírito Santo, Ceará e Pará, era menor do que a metade do número de alunos matriculados. Em suas primeiras ações, Coronel Josino Ferreira nomeou Hermínio de Moura Rios como escriturário e Raimundo Pereira Filho como porteiro contínuo, os dois primeiros funcionários da EAAPI, e nomeou também os primeiros professores.

A primeira sede da escola foi provisória, em um imóvel de propriedade privada, conseguida pelo Coronel Josino Ferreira: um casarão antigo, alugado pelo Governo do Estado e adaptado para receber a escola, localizado no cruzamento das ruas David Caldas e Paissandú, perpendicular ao Prédio da Força Pública Estadual (Quartel de Polícia), onde hoje funciona a Central de Artesanato Mestre Dezinho, na Praça Pedro II, na época conhecida como Praça Aquidaban (Figura 10). A escola funcionou neste endereço de 1910 a 1938. O imóvel foi demolido e, hoje, no terreno, funciona como estacionamento para carros.

Figura 10 – Em segundo plano, casarão onde funcionava a EAAPI



Fonte: Acervo do IFPI

Quanto à estrutura administrativa, a EAAPI contava com um diretor, um escriturário e um porteiro contínuo. Na estrutura do ensino, possuía professores de Curso Primário, Desenho e Alfabetização e mestres de cada oficina, responsáveis pelo Ensino Profissional Técnico. Os professores dos cursos eram mestres e bons operários, contratados em Teresina, e encarregados da organização e montagem das oficinas, possuindo experiência suficiente para ensinar o ofício aos alunos. No primeiro ano de funcionamento, Coronel Josino Ferreira contratou 7 profissionais, como mostrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Primeiros professores contratados da EAAPI

| PROFESSOR | FORMAÇÃO |
|---------------------------------|---------------------------------|
| Sr. José Luiz Pereira Brandão | Mestre maquinista e serralheiro |
| Sra. Márcia Cruz Rios | Professora de Primeiras Letras |
| Sr. Pociano Campos | Mestre carpinteiro e marceneiro |
| Sr. José Amável | Professor de Desenho |
| Sr. Enéas Maria Filho | Professor interino de Desenho |
| Sr. João Marchão de Carvalho | Mestre ferreiro |
| Sr. Manoel de Barros Cavalcante | Mestre sapateiro |

Fonte: Autora

Dados: Rêgo (2009)

Dessa forma, foi composto o primeiro quadro docente da EAAPI, com 2 professores de Desenho, 1 professora de Primeiras Letras e 4 mestres responsáveis por organizar as respectivas oficinas. Os cursos existentes iniciaram pelas oficinas

de Arte Mecânica, para os Cursos de Ferraria e Serralheria; Marcenaria, para o Curso de Marcenaria; Sapataria, para o Curso de Sapataria; e Fundição, para o Curso de Fundição. Os cursos existentes na EAAPI foram influenciados pela necessidade de profissionais para atuar na área das referidas especializações, ou seja, eram cursos práticos direcionados à busca de emprego relativamente rápido (Mitre; Teixeira, 2019).

Não foi possível precisar quando iniciou o ano letivo, somente o término, exatamente no dia 15 de dezembro de 1910, com o início das primeiras férias escolares. Durante o primeiro ano, funcionaram os cursos de Primeiras Letras e Desenho. “A parte profissionalizante deve ter-se restringido à organização e montagem das primeiras oficinas, pelos mesmos mestres que foram contratados para ministrar aulas dos cursos profissionais, possivelmente com a participação dos aprendizes” (Rêgo, 2009, p. 24).

Já em 1911, no dia 15 de fevereiro, foram iniciadas as aulas. Neste ano, mais dois mestres foram contratados para compor o quadro docente como mestre da Oficina recém-criada de Fundição, o Sr. Aureliano Ignácio dos Santos, e, como mestre da Oficina de Ferreiro, o Sr. José Rodrigues Monteiro.

Quanto à arquitetura, na Figura 11, percebemos um estilo neoclássico, embora de maneira simples, com janelas largas, provavelmente para facilitar a iluminação do ambiente e, conseqüentemente, auxiliar na prática do professor. Percebemos que as classes eram formadas por crianças e adolescentes.

Figura 11 – Alunos da Oficina de Marcenaria, acompanhados do Mestre Ponciano Campos, na frente da primeira sede da EAAPI (1913)

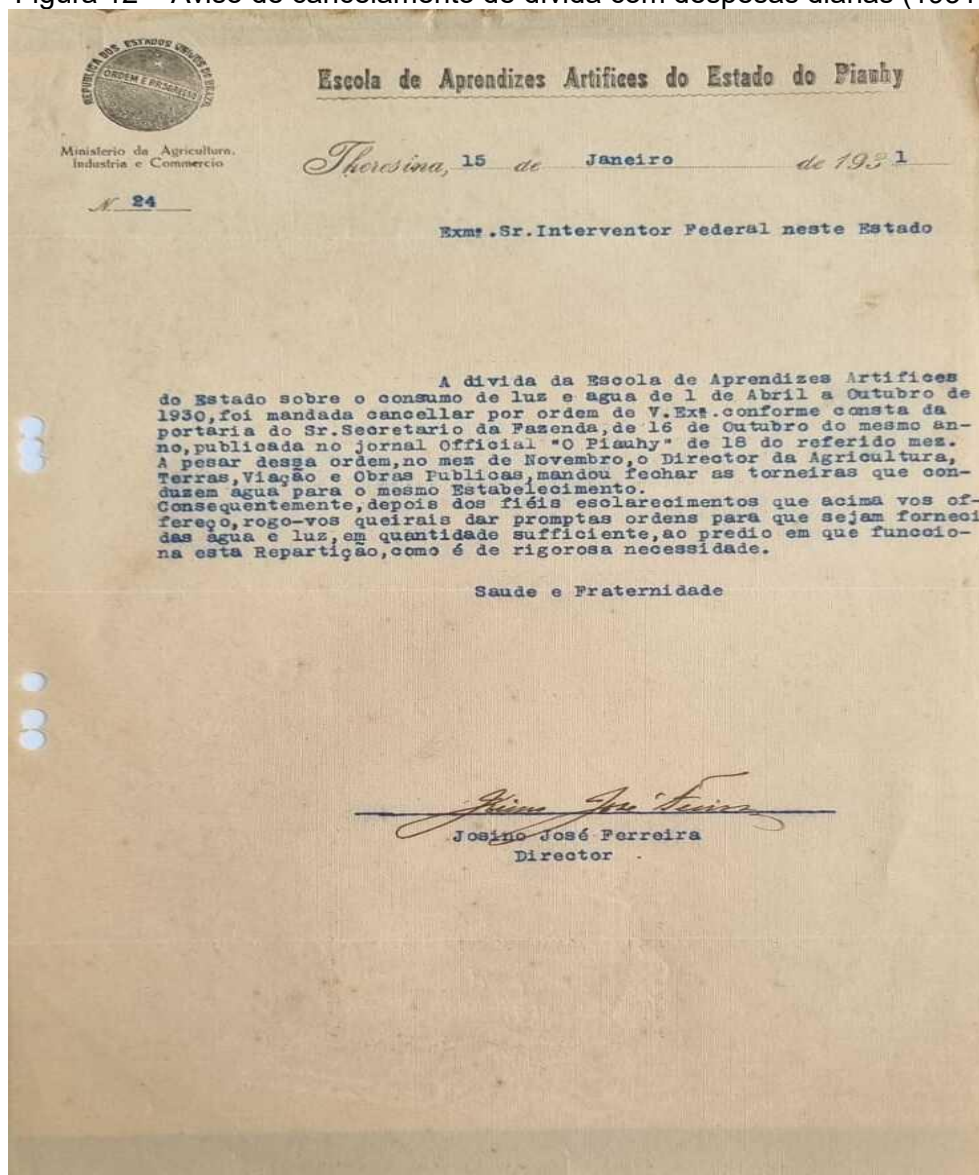


Fonte: TERESINA-PIAUÍ [20-]

2.2- DIFICULDADES NA ESTRUTURAÇÃO EAAPI

O diretor enfrentou problemas de natureza estrutural e organizacional em sua gestão, conforme é visto na Figura 12.

Figura 12 – Aviso de cancelamento de dívida com despesas diárias (1931)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí

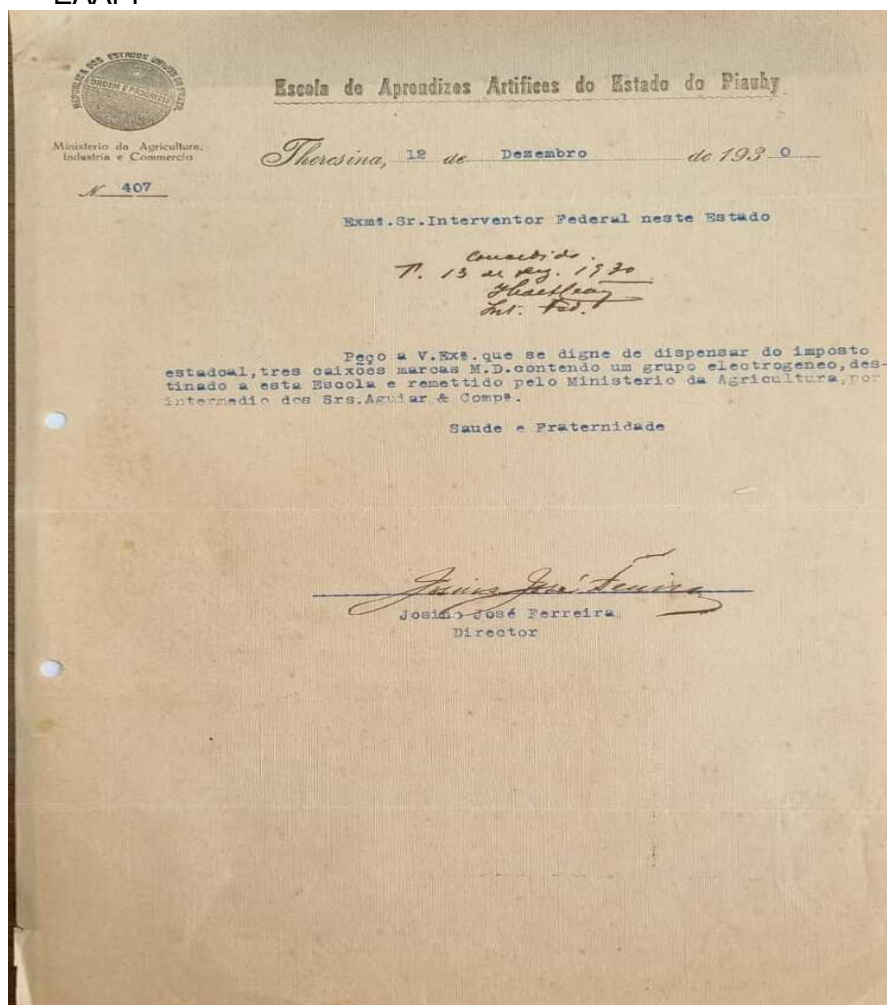
Na Figura 12, é possível perceber dificuldades enfrentadas pela Instituição com as atividades diárias para seu funcionamento, como o fornecimento de água e energia elétrica, fatores necessários à otimização dos serviços prestados. Devido a uma provável falha de comunicação, houve o desligamento dos recursos efetuados pelo gestor que coordena as operações relacionadas a agricultura, serviços e

aviação, devido a uma dívida que foi executada, o que deve ter causado transtornos aos profissionais e alunos que executavam trabalhos na EAAPI, e que foi solucionada pelo cancelamento da referida dívida.

Contudo, é importante observar os obstáculos vivenciados pela EAAPI em relação a recursos insuficientes para o pagamento de dívidas básicas, tendo que recorrer, conforme evidencia a Figura 12, à autorização do interventor federal do Governo Provisório de Vargas. Outro ponto relevante a ser destacado está no fato de que, mesmo existindo o cancelamento da dívida, foi realizado o desligamento do fornecimento da água e da energia elétrica, demonstrando certos problemas no recebimento e respostas de ofícios das autoridades responsáveis pelos serviços necessários.

Os obstáculos vivenciados pela Instituição, na gestão de Josino Ferreira, continuam sendo percebidos em outro documento sobre o pedido de dispensa de imposto sobre produtos de uso diário (Figura 13).

Figura 13 – Pedido de isenção de impostos estaduais sobre produtos de uso diário da EAAPÍ



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí

Embora existam certas dificuldades na obtenção de materiais para uso nas atividades diárias e serviços na EAAPÍ, não podemos deixar de analisar algumas dessas solicitações como uma maneira de se isentar de questões relacionadas à responsabilidade financeira da instituição, diante de sua condição de escola profissionalizante, sendo o pedido de dispensa de impostos estaduais sobre os produtos comprados uma forma de facilitar a aquisição das mercadorias.

Apesar de a gestão do diretor Josino Ferreira encerrar em 1928, de acordo com o Quadro 4, a sua assinatura ainda mantinha importância para legitimar determinada ação sobre a instituição e sua relação com outros órgãos do Governo. Rêgo (2009) afirma que Josino Ferreira, mesmo pouco implicado nas suas funções de diretor, ainda detinha responsabilidade de gestor, o que envolvia a solicitação de pagamento a comerciantes que prestavam serviços à instituição.

Quadro 4 – Diretores da EAAP (1910–1967)

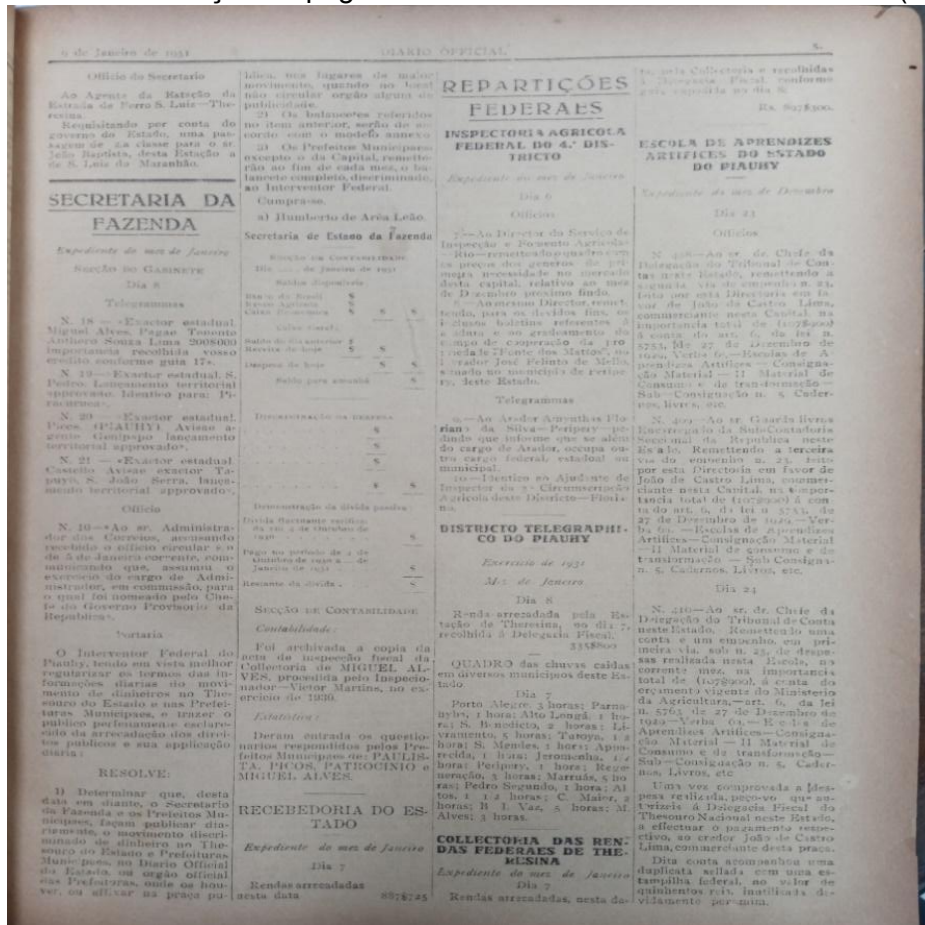
| DIRETORES DA EAAP | GESTÃO |
|------------------------------|-------------|
| Coronel Josino José Ferreira | 1910 a 1928 |
| Oswaldo Fetterman | 1928 a 1929 |
| Hermínio de Moura Rios | 1929 a 1931 |
| Cid Rocha Amaral | 1931 a 1933 |
| Nilton Norberto de Oliveira | 1933 a 1934 |
| Artur Seixas | 1934 a 1935 |
| Flávio Castelo Branco | 1935 a 1940 |
| Argemiro Freire Gameiro | 1941 a 1942 |
| Luís Pires Chaves | 1944 a 1948 |
| Elói do Egito Coelho | 1948 a 1957 |
| Murilo de Rubin Couto | 1957 a 1967 |

Fonte: Autora

Dados: Rêgo (2009)

O jornal, como divulgador de notícias e produtos nessa época, também prestava serviço às repartições públicas com a publicação de ofícios relacionados a instituições escolares, como a Escola Normal, grupos escolares e a própria EAAP, publicando informações, como editais, matrículas e vagas de emprego, bem como pedido de pagamento, como pode ser observado, na Figura 14, o diretor da EAAP solicita ao Tribunal de Contas do Estado o pagamento de uma determinada quantia a um comerciante que forneceu mercadorias à referida escola.

Figura 14 – Solicitação de pagamento ao Tribunal de Contas do Estado (1931)



Fonte: Solicitação [...] (1931)

Desse modo, importa perceber que a Instituição mantinha um contato de transações com os comerciantes locais, especialmente na compra de produtos, como cadernos e livros, e que tais relações comerciais deveriam ser documentadas e enviadas por ofício, para o pagamento ser efetivado pela Secretaria Geral da República. A documentação, e os arquivos analisados, evidenciam uma constante comunicação entre a EAAP e os demais representantes da sociedade piauiense e do Governo, uma burocracia capaz de gerar uma enorme demanda por registros e, conseqüentemente, na materialização de fontes de pesquisa.

Durante dezenove anos, Coronel Josino Ferreira instalou, estruturou, montou e dirigiu a EAAP, mas teve de se afastar, pois seu estado de saúde instável não permitia que permanecesse trabalhando. Coronel Josino Ferreira faleceu em 1932, quatro anos depois de deixar o cargo de diretor da EAAP, seu último cargo público.

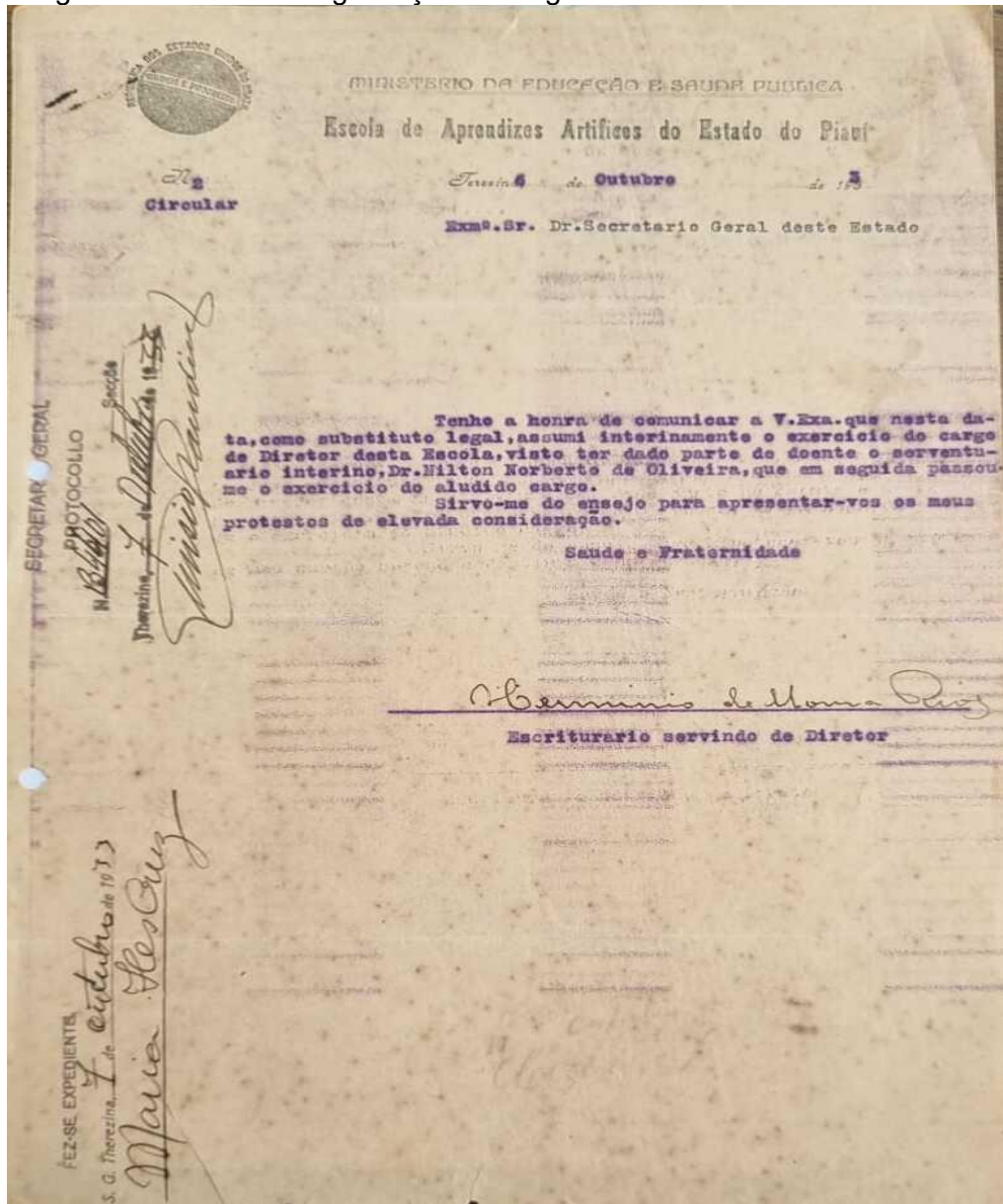
Sabe-se, por relatos verbais, que, nos últimos anos, já não mais comparecia ao expediente da Repartição, sendo encontrado em locais do centro de Teresina, onde passava o tempo jogando em

rodas de amigos ou em sua residência. E era para esses locais que o Porteiro-contínuo Raimundo Pereira Filho levava os papéis da burocracia para que o Diretor assinasse. Invariavelmente indagava ao portador como estava a Escola. Como este respondesse sempre que ia bem, completava: 'Então, não preciso ir lá' (Rêgo, 2009, p. 24).

A citação de Rêgo (2009) evidencia a exaustão do primeiro diretor da Instituição, minado pelos problemas de saúde, quando os momentos de lazer ainda possibilitavam algum conforto em articulação com as responsabilidades burocráticas de sua função administrativa.

Após sua saída, o escriturário Hermínio de Moura Rios assumiu, interinamente, a direção EAAPI (Figura 15). Era um servidor que, nos documentos encontrados, era considerado exemplar e que, por diversas vezes, assumiu o cargo de direção e comprovou sua competência por muitas ocasiões. Hermínio elaborou os primeiros documentos da instituição (atas, editais, contratos de pessoal e folhas de pagamento).

Figura 15 – Ofício de legitimação do cargo de Diretor Substituto da EAAPÍ



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí

Esse documento deixa clara a burocracia existente no momento da troca de diretores, aspecto que pode auxiliar na pesquisa, devido aos registros encontrados dos diretores que eram empossados, sendo a circular da Figura 15 apenas uma das diversas emitidas no momento de registrar a posse ou substituição interina de um diretor da EAAPÍ, constando a assinatura do Secretário Geral e de uma testemunha. No documento, consta o emblema do Ministério da Educação que, naquele momento, ainda era Ministério da Educação e Saúde Pública.

Ainda sobre os diretores da EAAPÍ, exceto pelo seu primeiro gestor que permaneceu na função por dezenove anos, mantinham-se no cargo, no máximo, por

cinco anos (Cf. Quadro 4), o que demonstra a rotatividade de um cargo de chefia que tem como responsabilidade manter o cotidiano da instituição com funcionamento satisfatório.

Após a saída de Josino Ferreira, chega um novo diretor para o período de 1928 a 1929, enviado pelo Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, Oswaldo Fetterman. Dele, pouco se sabe a respeito. Quando chegou, recebeu a direção do Sr. Hermínio Rios, que respondia interinamente pelo cargo. Oswaldo Fetterman permaneceu durante um ano, mas, de acordo com Rêgo (2009), não se adaptou à EAAPI nem à cidade. E novamente Sr. Hermínio assumiu, interinamente, o cargo de diretor. No ano de 1931, o engenheiro civil Cid Rocha Amaral, natural do estado de Santa Catarina, assumiu a direção da Escola (Figura 16).

Figura 16 – Cid Rocha Amaral, Diretor da EAAPI (1931 – 1934)



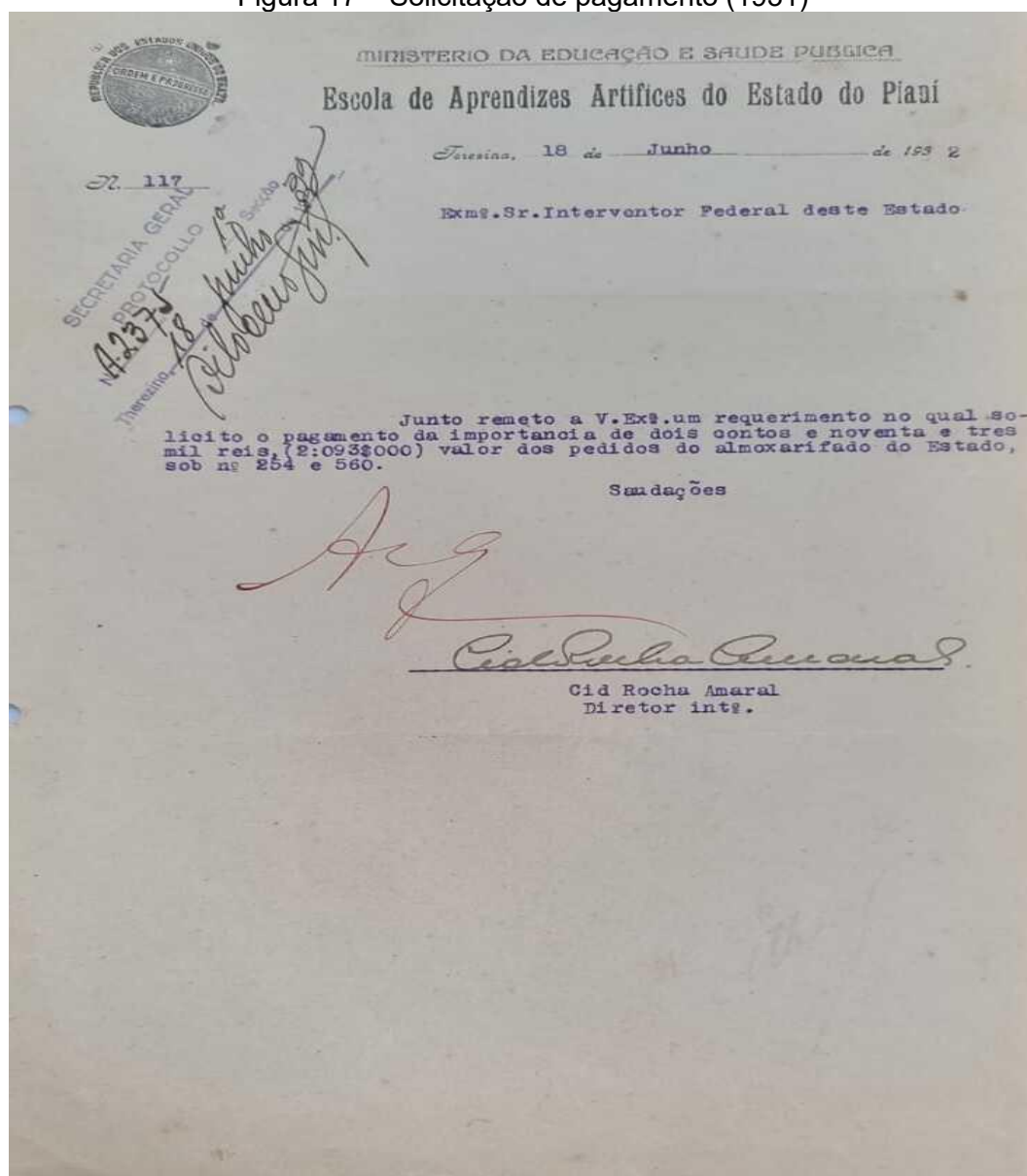
Fonte: Rêgo (2009, p. 29)

Cid Rocha Amaral trouxe grandes contribuições para a escola, reformando as oficinas escolares que se encontravam em péssimas condições de funcionamento e conservação. “Cid Rocha fez amizades pessoais junto ao prefeito municipal de Teresina, segundo relato de prof. Mário Cavalcante, que, na época, era aluno, mais por afinidade religiosa [...]” (Rêgo, 2009, p. 28), e, através dessa amizade, conseguiu firmar um convênio para que os alunos prestassem serviços à Prefeitura, proporcionando-lhes, assim, uma renda.

Através do Interventor Federal, Tenente Landri Sales, foi obtida a doação de um terreno de 3.015 m², o que possibilitou à instituição ter sua primeira sede própria. O referido terreno era “[...] situado no 12º quarteirão da série norte da rua Álvaro Mendes com Coelho Rodrigues, Gabriel Ferreira e Quintino Bocaiúva” (Rêgo, 2009, p. 28). No ano de 1934, o nome da instituição foi alterado para Liceu Industrial do Piauí, por força da Lei n. 378, mudança que significou uma nova prioridade direcionada à indústria de metal, devido à tendência estabelecida por dinâmica industrial criada ao longo da década de 1930, especificamente no decorrer do Governo de Getúlio Vargas.

O diretor Cid Rocha, que assumiu como diretor interino, também vivenciou a necessidade de solicitar recursos financeiros ao Interventor Federal no Piauí, para a compra de materiais para uso interno, como evidenciado na Figura 17.

Figura 17 – Solicitação de pagamento (1931)

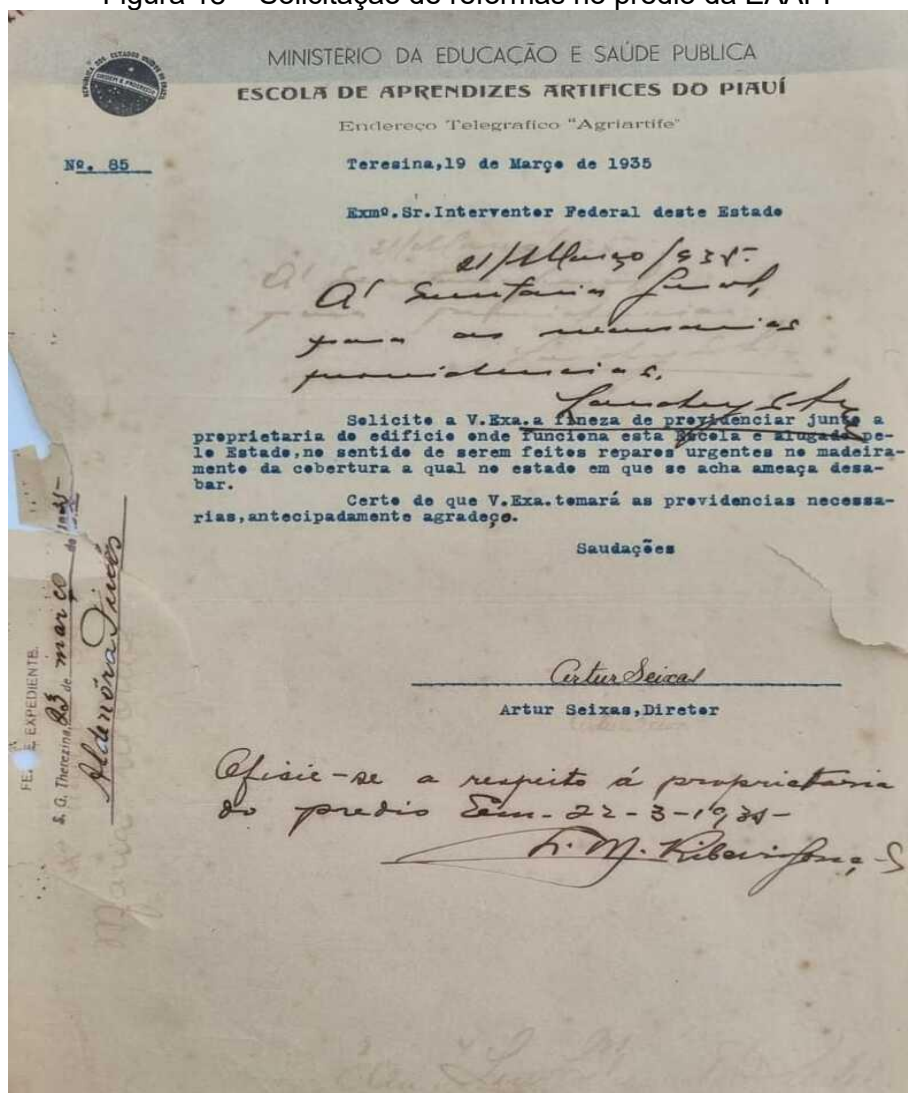


Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí

O diretor Cid Rocha Amaral deparou-se com a necessidade de solicitar, formalmente, recursos financeiros para a compra de materiais do almoxarifado do Estado (Figura 17). A exigência burocrática de enviar ofícios torna procedimentos essenciais limitados, pois há um intervalo entre a solicitação de tais recursos e a resposta dada pelo representante do Ministério da Educação e Saúde, por exemplo. Essa comunicação, ao longo do funcionamento da instituição, gerou documentação relevante que permitiu interpretar o cotidiano da instituição e da sua relação com outros órgãos governamentais.

Outros obstáculos foram percebidos na documentação analisada e, portanto, na gestão dos diretores da Instituição, como a vivenciada pelo então diretor Artur Seixas (Figura 18).

Figura 18 – Solicitação de reformas no prédio da EAAPÍ



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí

A solicitação de que trata a Figura 18 está relacionada à necessidade de reparos na parte estrutural da EAAPÍ, para impedir seu desmoronamento, prejudicando o andamento das aulas do ano letivo. Ao analisarmos, detalhadamente, o documento, percebemos que sua emissão deveria ser realizada por meio de telégrafo, já que consta o endereço do referido meio de comunicação destacado, e que o prédio que abrigava a instituição era alugado. Provavelmente, o Governo do Estado mantinha parceria com proprietário do prédio alugado para abrigar a Escola, tendo que ambos arcarem com as dívidas e reformas.

As assinaturas do diretor e de outros funcionários que atuavam na administração da Instituição e auxiliavam a direção nas suas atividades criavam legitimidade e mesmo uma urgência, segundo a natureza e importância da solicitação exigida. Um ponto que destaca essa urgência está no fato de uma assinatura abaixo constar que já havia avisado à proprietária do imóvel, em 23 de março de 1934, ou seja, há quase um ano que a escola se encontrava nessa dificuldade. O fato de o prédio não ser próprio era outra agravante nas dificuldades encontradas pelas instituições escolares do Piauí e com a EAAPI não foi diferente.

2.3- A SEDE PRÓPRIA: CONQUISTA CONJUNTA DOS DIRETORES

Em 1935, Flávio Castelo Branco, engenheiro civil, assumiu a direção da EAAPI, a pedido do Governo Federal (Figura 19). “Ao assumir o cargo, encontrou o terreno e o projeto para a nova sede da Escola, que seria a sede própria” (Rêgo, 2009, p. 37). De forma imediata, tomou providências para a execução da obra, a qual acompanhou pessoalmente, e que foi inaugurada em 1938. Em sua gestão, também foi realizada a primeira Colação de Grau do agora Liceu Industrial de Teresina, diferente do que acontecia anteriormente, de acordo com Rêgo (2009): “[...] os alunos nunca chegaram a concluir totalmente o curso, pois por necessidades econômicas, começaram a trabalhar muito cedo, o que os fazia começar a evadir-se da Escola para encarar o mundo do trabalho”.

Figura 19 – Flávio Castelo Branco, Diretor da EAAPI/Liceu Industrial do Piauí (1935 – 1940)



Fonte: Rêgo (2009, p. 38)

Gradativamente, o Ensino Industrial, no Piauí, se estruturava e consolidava seu funcionamento, concepção que recebeu um sinal de avanço com a importância destinada ao fortalecimento do processo de industrialização do Brasil, durante a Era Vargas (1930-1945), quando foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que mudou o nome das escolas da Rede, contribuindo para a transformação de algumas em escolas técnicas e, de outras, em escolas industriais. A organização do Ensino Industrial, segundo o artigo 6º, estabelecia dois ciclos: o primeiro, voltado à prática presente nas oficinas; e, o segundo ciclo, atendendo o Ensino Técnico e Pedagógico (Brasil, 1942).

A partir de 1937 até 1942, a EAAPI passou a Liceu Industrial do Piauí, tendo sua denominação modificada, em 1942, para Escola Industrial de Teresina, permanecendo até 1965. A Figura 20 mostra seu prédio, em 1938, sede própria que servia para abrigar a estrutura organizacional da instituição.

Figura 20 – Sede própria do Liceu Industrial do Piau (1938)



Fonte: Arquivo do IFPI

Mesmo com a relativa grandiosidade do prédio, é preciso ressaltar a natureza simplista em suas estruturas principais:

O edifício principal, composto de dois pavimentos (térreo e superior) era assim constituído: pavimento térreo com duas salas de aulas, uma Diretoria com antessala, uma secretaria e uma escada de três lances, sendo duas partindo do térreo ao descanso e uma do descanso ao pavimento superior. Pavimento superior: três salas de aula e um salão nobre, como era conhecido o auditório (Rêgo, 2009, p. 39).

A nova sede ocupou meio quarteirão (era metade do prédio atual). Era uma instituição completa, digna de uma capital em franco processo de crescimento, um progresso incentivado pelo Governo Vargas, na década de 1940. A Figura 20 deixa clara a presença de filas para organização dos alunos, provavelmente para a entrada ordenada nas suas respectivas áreas de oficinas.

Em 13 de março de 1941, Mestre Argemiro Freire Gameiro assumiu a direção da escola, quando se iniciaram as tratativas para a aquisição do restante do terreno da quadra onde se encontrava a nova sede. Como podemos ver na Figura 23, há uma residência ao lado do edifício principal, pois, como dito anteriormente, a instituição ocupava somente meio quarteirão.

Mesmo com a nova sede recém-inaugurada, era urgente a necessidade de mais espaço, para atender as necessidades pedagógicas da Instituição, como a construção de Oficinas de Fundação e de uma quadra para as atividades de Educação Física, realizadas, até aquele momento, na rua. Por intermédio de Luís

Pires Chaves, foi negociada a aquisição do restante da quadra e, como afirma Rêgo (2009, p. 44),

[...] desse modo pode ser construída a oficina de fundição e o projeto da ampliação do prédio 'A', tomando toda a frente da quadra que dá para a rua Álvaro Mendes e reservada por trás desta uma área para educação física, área está onde atualmente fica o Ginásio Poliesportivo Prof. José de Ribamar Avelino. Onde antes funcionou a Oficina de Fundição, que comportava vários fornos para fusão de metais e ligas, inclusive, fornos a carvão, a óleo, elétrico e um grande forno cúbico capaz de produzir toneladas de ferro. Esta fundição sempre foi, no seu gênero, a maior da Capital.

No ano de 1944, o Decreto-Lei n. 16.401, de 22 de agosto, considerou de utilidade pública a área do 13º quarteirão urbano de Teresina, contornado pelas ruas Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Arlindo Nogueira e Álvaro Mendes. Iniciou-se um processo de negociação e gradativa desapropriação, concluída no ano de 1957. Alguns imóveis com melhor estrutura foram utilizados para o funcionamento do “[...] refeitório e cozinha, noutro o almoxarifado, noutro o serviço médico-odontológico, a oficina de alfaiataria e até uma residência para o diretor na gestão [...]” (Rêgo, 2009, p. 56). Como podemos ver na Figura 21, a sede completamente construída ocupava todo o quarteirão. O prédio foi ampliado até a rua Quintino Bocaiúva, no térreo construíram um pátio para recreação e uma escada para acesso ao pavimento superior, onde foram construídas 5 salas de aula.

Figura 21 – Sede ampliada da Escola Industrial de Teresina



Fonte: Escola [...] (20-)

A Escola Industrial de Teresina (1942-1965) funcionava com o Ensino Ginásial como ensino propedêutico e profissional. Antes, havia os ofícios de Carpinteiro e Sapateiro, tendo sido suprimido nessa época, surgindo o curso de Alfaiataria. Os cursos profissionais desta fase da Escola eram Marcenaria, Mecânica de Máquinas, Solda e Serralheria, Alfaiataria e Fundição. A partir de 1965, passou a atuar como Ensino Profissional de 2º Grau, com a denominação de Escola Industrial Federal do Piauí (1965-1967). O termo “federal” foi acrescido ao nome das Escolas da Rede, em 1965, mas as estruturas física e educacional permaneceram como a organização anterior.

Embora as Escolas da Rede pertencessem ao Governo Federal desde a fundação em 1909, somente em 1966 depois de as Escolas passarem a ter no nome o termo federal, assim como tinham as Universidades Federais, o que prevalece até os dias atuais. Um detalhe desses era aparentemente sem importância, mas a marca federal, levou as escolas da rede a ter mais conceito dentro das comunidades onde estão inseridas nos seus Estados (Rêgo, 2009, p. 64).

No ano de 1967, os primeiros cursos técnicos de nível médio foram instituídos: Agrimensura, que se tornou o curso de Estradas; e Edificações e Eletromecânica, que se dividiu nos cursos de Eletrotécnica, Eletrônica e Mecânica. No mesmo ano, foi modificada, mais uma vez, a denominação, passando à ETFPI, visando adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica, com ênfase na preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho (Jerônimo, 2019, p. 4).

A estrutura do antigo Ginásio Industrial continuou excelente. Nos recém-criados cursos técnicos havia muitos bons professores das disciplinas de educação geral, mas faltavam professores das disciplinas específicas do currículo dos cursos. Tais professores foram improvisados a partir de profissionais de cursos superiores, mas sem nenhuma preparação para assumir o magistério. Isso demandou algum tempo para que essa necessidade fosse superada (Santana, 2012, p. 61).

Ainda no ano de 1967, a progressão da Escola Industrial Federal do Piauí para ETFPI foi resultado do surgimento dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Eletromecânica e Edificações) e do seu reconhecimento pelo Ministério da Educação. O Ginásio Industrial, a partir de 1967, foi se extinguindo

progressivamente, ano a ano. A estrutura geral da escola teve um grande crescimento, cursos técnicos que eram noturnos começaram a ser ofertados nos horários diurnos.

A partir da década de 1980, ocorreram outras transformações na ETFPI, incentivadas pela inserção de avanços tecnológicos materializados na informatização de sua organização curricular e administrativa. Houve também a construção dos laboratórios de informática, que passaram a ser utilizados por alunos e professores da Instituição, evidenciando a modernização da ETFPI, bem como o seu processo de ampliação para o interior (Jeronimo, 2019, p. 5).

A partir dos anos de 2000, por meio da política de expansão no período compreendido de 2004 a 2009, em todo o território foram construídos novos Centros Federais de Educação Tecnologia (CEFET) (como passou a se chamar a partir de 1999 até 2008), distribuídos em 134 diferentes municípios, com população variando entre 30 e 500 mil habitantes. Ao final da expansão, em 2016, havia 644 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) (a partir de 2008), atendendo 568 municípios, sendo que, várias unidades também passaram a oferecer cursos de graduação, pós-graduação e formação continuada (Faveri, Petterini; Barbosa, 2021).

As transformações da EAAPI até IFPI evidenciaram a concepção de Magalhaes (1999) de que uma escola não é estática, mas constrói sua história numa rede de relações estabelecidas ao longo de seu funcionamento cotidiano, nas ações dos seus personagens e representantes.

Desse modo, ao analisar as conjunturas do Ensino Profissional no Piauí, especialmente em Teresina com a materialização da EAAPI, Liceu Industrial do Piauí, Escola Industrial de Teresina até Escola Industrial Federal do Piauí, em 1967, ano de finalização da pesquisa, ao lado dos seus aspectos estruturais e pedagógicos, é preciso observar as influências causadas pelas mudanças de nomenclaturas vivenciadas pela instituição, ao longo do tempo. O nome é um fator que permite a identidade de um indivíduo, lugar ou instituição, proporcionando uma cultura própria e sua gradativa inserção na sociedade.

A mudança do nome de uma instituição escolar, seja qual for sua modalidade, não envolve apenas uma questão de legislação específica, mas uma transformação na própria cultura escolar, pois o nome proporciona a construção e consolidação de uma identidade, de uma expectativa do nomeador. No caso dos grupos escolares, o poder educacional relacionado à esfera nacional com a mudança dos nomes das

escolas, podendo representar uma nova simbologia na história da educação brasileira, bem como o encerramento de um ciclo (Mignot, 1993).

Nomear implica designar, proferir, chamar, criar, instituir, eleger, escolher. A escolha de um nome é sempre um ato de arbítrio, liberdade, manipulação, dominação. O nomeador, aquele que nomeia, está social e culturalmente condicionado ou motivado (Houaiss, 1976). O nome revela, além das características e qualidades do objeto nominado, a subjetividade ou posição social daquele que nomeia. Significativo, o nome significa o doador do nome, o nomeador (Machado, 1976).

Nesse sentido, é possível perceber que o nome da instituição pesquisada foi reflexo do contexto social e político no qual foi criada, quando a EAAPI, o Brasil e o Piauí ainda estavam na busca pela consolidação do seu processo industrial. Já o Liceu Industrial do Piauí e a Escola Industrial de Teresina surgiram numa perspectiva defendida pelo Governo Vargas de valorização do Ensino Industrial como forma de garantir mão de obra para a indústria brasileira crescente. Entre as décadas de 1930 e 1940, o Brasil, com Getúlio Vargas, viu nascer legislações direcionadas ao Ensino Profissional.

A história das instituições escolares, no geral, e da EAAPI, em particular, deve ser completada com os aspectos globais da sociedade. Embora reconheçamos as particularidades que cada escola possui, estas não podem ser analisadas isoladas dos fatores gerais da sociedade. Estudar a história destas instituições é buscar compreender e interpretar a educação brasileira e as formas como esses espaços são utilizados para transmiti-la. As instituições escolares apresentam características distintas entre si, sejam de elementos socioeconômicos ou espaciais.

Assim, a história das instituições escolares desenvolve-se numa constante relação material, social e cultural, que está para além dos muros escolares, já que os conhecimentos que são nelas aprendidos contribuem para a transformação das conjunturas históricas locais de uma determinada comunidade (Magalhães, 2004). Uma escola, liceu, patronato ou, no caso desta pesquisa, uma Escola de Aprendizizes Artífices constrói sua identidade e história influenciada pelos aspectos curriculares, pedagógicos, legislativos e culturais, percebidos no decorrer do cotidiano vivenciado pelos seus componentes.

Desse modo, na perspectiva de Reis e Ferro (2009), é preciso superar a concepção de “jogar no lixo” tudo aquilo que, na mente de alguns indivíduos

desavisados, tem “cheiro de velho”, querendo, com isso, desvalorizar e não reconhecer a existência de uma trajetória histórica em diferentes objetos que compõem o dia a dia de uma instituição escolar, criando consciência e memórias relevantes de seu funcionamento.

3. A CULTURA ESCOLAR: EAAPI A EIFP

Neste capítulo, trataremos especificamente do cotidiano histórico, seguindo as mudanças de nomenclatura da EAAPI para Escola Federal Industrial do Piauí, olhando para seu interior, ou seja, para o cotidiano escolar, a partir de elementos de sua cultura escolar materializados, sobretudo, nas fotografias e escritos internos.

3.1 CULTURA MATERIAL E O FUNCIONAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL NO PIAUÍ

Para que a história de uma instituição seja evidenciada de maneira significativa, é preciso penetrar no seu interior, como ambiente de criação e manutenção de diferentes relações estabelecidas ao longo de sua trajetória. Ao ultrapassar as paredes históricas de uma instituição, é possível perceber os interesses em torno de sua constituição, os personagens que contribuíram para sua formação e as influências das políticas públicas, bem como de outras motivações governamentais no seu funcionamento. O cotidiano de uma escola apresenta os aspectos relacionados à sua identidade, construída no decorrer de sua vivência e transformações da sociedade.

Nesse sentido, é no cotidiano de uma instituição escolar pública que podemos encontrar os conhecimentos sobre os alunos, geralmente oriundos de uma classe desfavorecida, para quem, na maioria das vezes, a aprendizagem de uma profissão era mais atraente do que um ensino propedêutico, dos instrumentos utilizados no processo de ensino e aprendizagem e de suas contribuições para o desenvolvimento da comunidade atendida.

Assim, a cultura escolar é como um conjunto formado pelas atividades, interações sociais, mobiliário, documentação, metodologias, materiais didáticos, ou seja, os elementos componentes do dia a dia histórico de uma instituição escolar e que auxiliam na configuração de sua especificidade diante de outras instituições. Cada escola constrói sua cultura escolar baseada em diferentes representações.

Para Julia (2001), cultura escolar é entendida como o conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e o conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas com finalidades que podem variar, segundo a época e finalidades, sejam religiosas, sociais ou políticas. Já

Barroso (2012) traz em uma de suas abordagens sobre cultura escolar, o seu módulo interacionista, construído através das relações criadas pelos diversos agentes, internos e externos, que participam de sua trajetória histórica.

A ideia de cultura escolar parte do princípio da existência da necessidade de adentrar o dia a dia da escola por meio dos fenômenos sociais e relacionais, como seus rituais, práticas dos professores, conhecimentos que precisam ser ensinados, normas e legislação relacionadas à educação, que, de acordo com a temporalidade de uma pesquisa, auxilia na configuração do cotidiano histórico da escola como um todo. É preciso destacar que a escola influencia e é influenciada pela sociedade, motivo pelo qual é necessário compreender a cultura escolar como um elemento específico de cada instituição, mas com as diretrizes da sociedade.

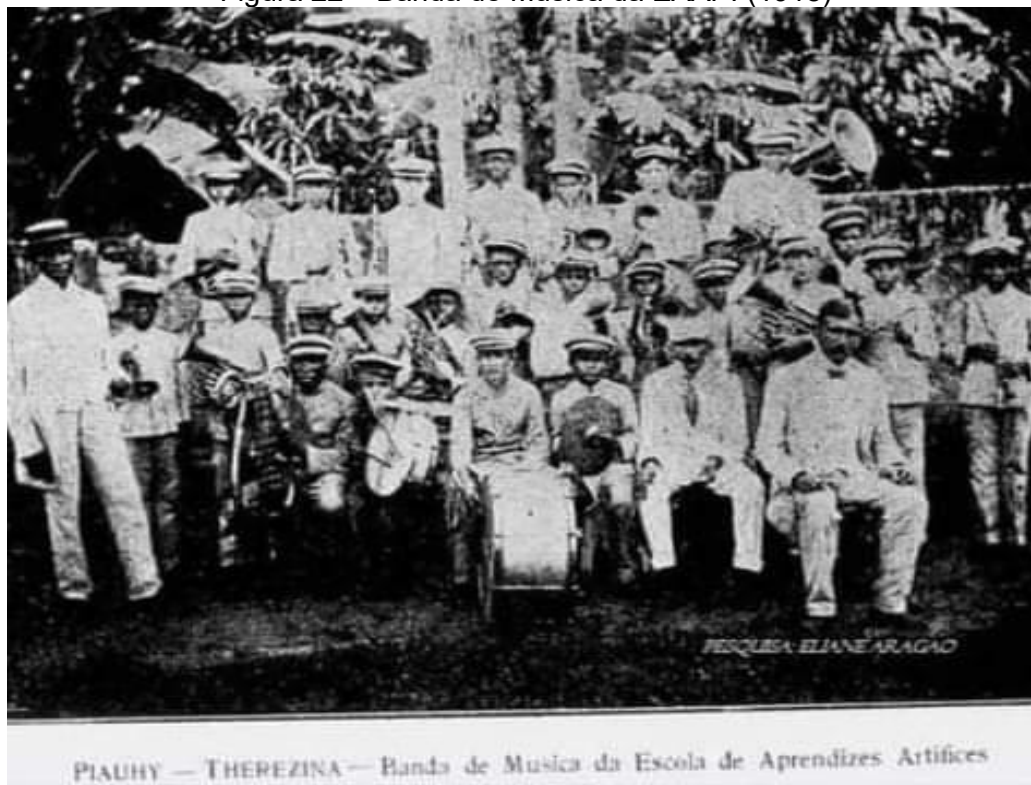
O cotidiano de uma instituição escolar direcionada ao Ensino Profissional e Industrial, com a EAAPI e, posteriormente, Escola Industrial Federal do Piauí, espaço desta pesquisa, já se destaca por possuir uma cultura escolar própria, em que suas características mostram uma educação destinada à aprendizagem de um ofício pelos alunos que finalizassem o curso escolhido. Embora essa escola contribuísse para o desenvolvimento da Capital piauiense, criou e consolidou um pensamento dicotômico entre o ensino prático, para a camada humilde, e o propedêutico, direcionado ou uma elite interessada no Ensino Superior.

Reunimos documentação sobre a referida instituição, seguindo uma cronologia entre os anos de 1909 e 1967, sendo possível obter conhecimentos relevantes sobre a cultura escolar da instituição. As fotografias, o *Diário do Piauí* da década de 1940 e atas de abertura do registro de ofícios permitiram evidenciar o cotidiano escolar da instituição, seu funcionamento, as verbas destinadas para compras de parte dos materiais e as matrículas para ocupar cargos de mestre e alunos para as oficinas, bem como demais disciplinas dos cursos. As diferentes fotografias aqui apresentadas trazem, entre outras informações, oficialização do registro de ofícios e outros documentos relacionados à EAAPI.

Desse modo, as fotografias que destacam os instrumentos relacionados ao funcionamento e ao ensino oferecido por uma escola guardam, além de informações, as normas que regem seu funcionamento e políticas públicas que atuaram na sua criação e na concepção de formação ideal de professores. Vale ressaltar que instrumentos e oficinas presentes não são os únicos fatores de identificação do

cotidiano histórico de uma escola, pois, na Figura 22, vemos os integrantes da banda de música pertencente à instituição, ainda com o nome de EAAPI.

Figura 22 – Banda de Música da EAAPI (1918)



Fonte: PIAUHY–THREZINA [...] [20-]

Assim como os instrumentos e as aulas presentes nas Oficinas de Serralheria e Metalurgia, entre outras, a Banda de Música da EAAPI também tem sua importância. Na Figura 22, vemos alunos com vestimentas militares, uniformes e quepes, elementos que permitem perceber a ênfase na disciplina, bem como instrumentos musicais, como tambores, trompete e trombone, demonstrando a valorização da necessidade de um grupo musical representando a instituição, especialmente em ocasiões públicas, como o aniversário da Escola, de Teresina ou da Independência do Brasil. Na imagem, percebemos, ainda, a presença de indivíduos negros e brancos e, à direita, do diretor da orquestra.

A música tem se configurado, de inúmeras formas, no espaço escolar. Se a educação musical ainda não é prática oficializada, os grupos vocais e instrumentais assumem papel importante na socialização, na disciplina e na ampliação de experiências musicais. Os grupos musicais parecem se justificar por sua função socializadora, imprimindo, à cidade, traços culturais importantes para a manutenção

de determinadas festas e rituais (Campos, 2014). A Banda de Música da EAAPÍ demonstra os referidos aspectos na sua constituição, a partir da Figura 22, como principal fator de divulgação da cultura escolar da instituição, estando presente nos desfiles encabeçados pela banda.

Os instrumentos presentes na Figura 23 demonstram o começo do processo de construção do Liceu Industrial do Piauí. Os objetos possivelmente foram utilizados na organização de laboratórios e de oficinas da nova sede. É possível identificar maquinários e cartazes que podem ser componentes de salas de aula. Cada um desses objetos apresenta sua história de importância destinada à Educação Profissional piauiense.

Figura 23 – Objetos que seriam utilizados na EAAPÍ (1937)



Fonte: Arquivo do IFPI

Embora os sistemas educacionais se desenvolvam em diferentes ritmos, ao redor do mundo, suas bases não dependem tanto da legislação e da regulamentação, como por vezes supomos, mas das suas tecnologias simples, da ligação em conjunto de objetos e rotinas e da produção econômica dos produtos manufaturados para as escolas (Lawn, 2018). Nos sistemas educacionais, a cultura é construída pelo sentido dado ao conjunto dos materiais que proporcionam a construção do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, a Figura 24 traz conhecimentos significativos sobre os instrumentos de viés educacional utilizados na instituição.

Figura 24 – Recursos didáticos (1942)



Fonte: Arquivo do IFPI

Os recursos didáticos da Figura 24 eram utilizados para a exposição dos conteúdos mais importantes das aulas, sendo destacado o que precisava ser fixado pelos alunos. O quadro negro é uma das tecnologias mais antigas relacionadas à construção de conhecimentos em sala de aula. O quadro, possivelmente, serviu para as disciplinas de Cálculo, de Desenho Geométrico ou para as oficinas de trabalho. Outro recurso didático é o álbum seriado, à esquerda, uma espécie de cavalete com ilustrações para as aulas.

Para Lawn (2018), as salas de aula e as escolas, no sentido geral, acumulam objetos, ao longo do tempo, e os professores vinculam esses objetos às suas rotinas. Em uma economia escolar em que os objetos são fornecidos de forma intermitente, comprados privadamente ou têm o tempo de vida estendido, esses objetos continuam a ser usados em uma cultura de trabalho “particular”, em paralelo à cultura de outros professores. Os objetos usados especificamente como materiais pedagógicos demoram a sair de circulação; mesmo com a influência dos constantes avanços tecnológicos, são reaproveitados por outros professores, devido, muitas vezes, à dificuldade de obtenção de novos recursos.

As instituições escolares, como espaços destinados, sobretudo ao ensino e aprendizagem, possuem uma cultura escolar fundamentada em atitudes, experiências e, acima de tudo, em um conjunto de objetos físicos que, com o uso, constroem uma identidade própria, conhecida como cultura material escolar, mantendo em sua estrutura e imagem, mesmo depois de aposentados ou

substituídos, uma série de informações relacionadas aos interesses vinculados à sua escolha e à sua capacidade de otimização das aulas.

Os recursos didáticos mantêm uma estreita relação com os professores e demais componentes escolares que permitem a viabilidade de seus usos. Ainda que não mais utilizados, o quadro negro, a régua de madeira, a palmatória, os cadernos de lições e o mobiliário são responsáveis pela especificidade de uma escola, já que são participantes de sua especificação e cultura escolar.

Contudo, alerta Lawn (2018), embora a escola seja onipresente e uma experiência comum a uma quantidade substancial de indivíduos, é necessário, como pesquisadores da história da educação e das instituições escolares, compreendermos que a formação dos sentidos dos instrumentos escolares é uma construção sociocultural e, desse modo, passível de diferentes mudanças e, por vezes, pequenas permanências ao longo do tempo.

Na Figura 25, é possível observar instrumentos utilizados em uma experimentação prática, régua de medida, termômetros e substâncias químicas, a presença de um quadro para anotações e de um possível cartaz para auxiliar na construção do conhecimento. A disposição das carteiras demonstra, provavelmente, um ensino através da visão do conteúdo que deveria ser aprendido.

Figura 25 – Laboratório de Ciências do Liceu Industrial do Piauí (1941)



Fonte: Arquivo do IFPI

É evidente que o laboratório do agora Liceu Industrial do Piauí (1937-1942) era completo e formado pelos instrumentos usados na aprendizagem prática das ciências, nas áreas de Química e de Física, na exposição de características e processos voltados a determinados cursos e oficinas, como medição de temperaturas. A existência do laboratório é determinada pelo Decreto n. 3.914, de 26 de janeiro de 1901, especificamente no seu Art 9º, inciso VII, com as instituições escolares passando a contar com laboratórios e gabinetes para o ensino da cadeira de Physica/Chimica e as disciplinas ligadas a práticas dos cursos ministrados (Brasil, 1901, art. 9º).

Uma instituição escolar regular ou profissional não é um simples aglomerado de carteiras, cadernos, objetos pedagógicos, professores e alunos, mas um conjunto de práticas, rituais e relações estabelecidas no decorrer de sua consolidação. Tais fatores constroem sentidos e uma identidade específica para cada instituição escolar. Sua arquitetura — salas de aula, pátios, laboratórios e demais ambientes — foi pensada como estratégia influenciada pelas diferentes representações políticas, sociais e culturais da época.

Dessa forma, como um ambiente escolar destinado à complementação dos estudos e conhecimentos pelos alunos, a biblioteca torna-se um local relevante de estímulo ao fortalecimento da leitura e estudo em um local propício e silencioso. A Figura 26 destaca o espaço e os instrumentos usados na biblioteca da Escola Industrial de Teresina (1942-1965), no ano de 1943.

Figura 26 – Biblioteca da Escola Industrial de Teresina (1943)



Fonte: Arquivo do IFPI

Na Figura 26, é possível vermos uma mesa ao centro, na qual os alunos e professores poderiam realizar atividades intelectuais ou reuniões para discutir algo específico, um livro, por exemplo. As estantes, para armazenar os livros, mostram simplicidade, embora a imagem não destaque a biblioteca de maneira ampla, mas apenas um fragmento. A biblioteca escolar deve existir independentemente do tipo de instituição à qual pertence, no Ensino Profissional-Industrial ou Regular-Propedêutico, como espaço destinado à possibilidade de conhecimento, incentivando o aprendizado através do acervo presente no espaço, o qual deve trazer diferentes temas de estudo, também em conexão com as atividades escolares além da sala de aula, para que haja um melhor aproveitamento.

As instituições escolares possuem um acervo material rico e diversificado que deveria ser fonte de valorização e conhecimento de sua história e, acima de tudo, de sua cultura, pois tais materializações podem ser relevantes no registro e percepção do seu passado, compreendendo as diferentes transformações vivenciadas pela sua estrutura organizacional e personagens. Uma cadeira, pátio, manual, uma simples caneta, um lápis ou pincel, gráficos e mesas são parte de uma história e cultura escolar que conservam, em sua materialidade, aspectos inerentes à função da escola, conforme destacado por Benito (2018, p. 90):

O patrimônio material da escola é uma espécie de registro da chamada cultura empírica das instituições educativas, distinta da cultura teórica ou acadêmica e da cultura política. Ele é o expoente visível e, ao mesmo tempo, o objeto a interpretar (*interpretandum*) de uma das positivities em que se objetivam materialmente as práticas que induzem às emergentes formações discursivas nos processos de construção história do conhecimento.

Desse modo, o patrimônio escolar é formado por todos os objetos pertencentes a uma instituição escolar que contribuem para a transmissão de conhecimentos aos diversos alunos que frequentam as suas salas, por meio das práticas pedagógicas de seus professores e de seus demais representantes, já que uma escola não fornece apenas intelectualidade, mas também a construção de atitudes e valores. Os instrumentos presentes numa escola guardam os registros daquilo que foi proposto ser ensinado, bem como as influências do tipo de sociedade para a qual os alunos estavam sendo preparados.

Logo, a instituição que fornecia o Ensino Industrial no Piauí, mesmo com suas mudanças de nome e cultura escolar, tinha, em seus manuais, o objetivo de formar jovens profissionais para contribuir para a construção da cidade de Teresina, já que os cursos ou oficinas versavam sobre a experiência e a aprendizagem da funilaria, couro e madeira, esta manifestada e percebida na Oficina de Marcenaria, que mantinha aulas direcionadas ao ensino prático, seguindo os princípios de uma nação que buscava inaugurar um novo momento no ensino voltado à indústria, destinado à formação de mestres e aprendizes para exercer atividades laborais (Figura 27).

Figura 27 – Aula prática de Marcenaria



Fonte: Arquivo do IFPI

O patrimônio material de uma escola traz instrumentos que configuram sua identidade, sendo uma fonte permanente de pesquisa a ser analisada e interpretada, visto que os elementos que o compõem são a materialização do conhecimento e da cultura, criados ao longo da existência dessa instituição, ao lado de suas ritualizações, modos de agir, ações e ao seu papel social, possibilitando uma revalorização de objetos e fontes de pesquisa, antes considerados pouco atraentes pela História tradicional ligada apenas aos fatos, contexto modificado com a Escola dos Annales e o fortalecimento de uma inovação na própria História e, conseqüentemente, na História da Educação.

A valorização das fontes materiais da história da escola, excluídas até poucos anos atrás do patrimônio educativo por sua subestimação frente aos testemunhos da cultura escrita, mais elitista e corporativa, supõe um giro epistêmico e social importante. De um lado, porque retorna à investigação histórica até o conhecimento das práticas e dos modos empíricos de produção da cultura escolar, dos quais os ícones e objetos são seu reflexo mais visível. De outro, porque confere a esses materiais um estatuto que antes não tinham por terem sido durante muito tempo objetos excluídos do museu da memória recuperada e protegida, reavaliação que se opera ao incluir os instrumentos do ensino no catálogo dos bens postos, valorizados em uma democracia cultural esclarecida, que não só estima a enciclopédia e o arquivo das escrituras maiores e menores em que se expressa uma cultura, mas presta atenção para os elementos factuais nos quais também ficaram marcados os traços de uma tradição que afeta, além disso, a toda a coletividade que foi educada, entre outras coisas, mediante os dispositivos de normalização e governamentalidade da escola (Benito, 2018, p. 91-92).

Benito (2018) demonstra uma mudança na história da escola, através de sua materialidade, nos objetos usados com fins didáticos e participantes da construção da prática pedagógica dos professores. Mesmo não destacando explicitamente a contribuição da Nova História Cultural ou da Escola dos Annales, é possível perceber que tais aspectos são relacionados às mudanças no paradigma dos estudos históricos, que passaram a entender a relevância dos instrumentos pedagógicos escolares como vestígios do passado de uma instituição que continham conhecimento sobre o seu processo de criação e consolidação, articulado com a cultura escrita e legal, visto que a interdisciplinaridade é uma das molas propulsoras das novas formas de realizar pesquisas na História, na História da Educação e na História das Instituições Escolares.

Como materiais obtidos por meio das práticas empíricas escolares, no decorrer de sua trajetória e relações estabelecidas, o patrimônio material escolar precisa do seu reconhecimento e valorização. Os objetos de ensino utilizados pelos professores de uma instituição escolar são um reflexo das ações responsáveis pelo tipo de sociedade para a qual os alunos estão sendo preparados. Estudar a história de uma escola pela sua materialidade é perceber os fatores práticos experimentais que são capazes de possibilitar a compreensão do passado dessas instituições e sua influência no presente da população.

Durante seu funcionamento, a Escola Industrial Federal do Piauí (1965-1967) serviu de apoio às atividades esportivas da cidade, especialmente o futsal e o handebol, por meio de sua quadra, conforme podemos ver na Figura 28, já ETFPI.

Figura 28 – Quadra da ETFPI (1970)



Fonte: Quadra [...] (2021)

A quadra da ETFPI apresentava uma estrutura satisfatória para as práticas esportivas tradicionais. Além do futsal, também o handebol e o basquete. A quadra era utilizada, provavelmente, na maior parte do tempo, pelos próprios alunos e, devido à sua importância, poderia ser utilizada para a prática de esportes e para feiras de conhecimento ou outras práticas interdisciplinares, bem como para o uso da população, apesar da necessidade de permissão formal.

O cotidiano da Escola Industrial Federal do Piauí (1965-1967), embora com novo nome — ETFPI (1967-1998) — apenas três anos depois da finalização do recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, pois a foto da Figura 28 data de 1970, precisa ser evidenciado.

Todas as atividades que são realizadas por uma instituição escolar podem ser consideradas participantes e construtoras de sua identidade e especificidade perante outras instituições escolares, a saber, festividades cívicas, comemorações relacionadas à cidade, bem como horários de aulas criados e utilizados, intervalos e ações que ocorrem no seu interior, conteúdos ensinados, uniforme, mobiliário e arquitetura escolar. Em outras palavras, são elementos essenciais de uma cultura escolar que, ao serem interpretados, podem fornecer conhecimentos sobre a forma

de organização da escola, suas contribuições, o modelo de educação e os tipos de alunos e os professores que nela atuaram.

3.1.1 O FARDAMENTO ESCOLAR

No Brasil, entre as décadas de 1920 e de 1930, as escolas tradicionais adotaram o uso do uniforme escolar, o que, para Ribeiro e Silva (2012), era um artefato que expressava a materialidade escolar, dando contornos à forma escolar. Os uniformes passam a possuir símbolos, cores e nomes e a carregar a tradição da escola. “Dentre um conjunto de elementos materiais que compõem a escola e sua cultura, está o uniforme, materialidade aqui concebida como um dos elementos constitutivos da cultura escolar” (Ribeiro; Silva, 2012, p. 577). O uniforme transmite significados e identifica posições, constituindo um símbolo de padronização, e já foram considerados elemento fundamental na constituição de um sistema educacional que buscava uma educação igual para todos.

Em meados da década de 1930, o uniforme passou a existir na EAAPL. “Antes, devido à escassez de recursos, a Escola não oferecia fardamento aos alunos, que constituíam uma clientela de semi-analfabetos e de desfavorecidos” (Rêgo, 2009, p. 31). A ano provável do primeiro uniforme foi 1933, era composto por uma camisa de mangas compridas e calça de mescla, ambas azuis, e botina preta. No ano de 1935, o uniforme foi modificado, passando a ser composto por calça cáqui com vivo azul nas laterais e camisa, também cáqui, de mangas compridas.

No ano de 1937, com a mudança de nomenclatura de EAAPL para Liceu Industrial do Piauí, ocorreu nova mudança no fardamento que agora seguia o “[...] modelo militar: calça cáqui e vivo branco, com dois bolsos, camisa cáqui mangas compridas, também com dois bolsos, gorro, botina e cinto com fivela, permanecendo este modelo até por volta de 1948” (Rêgo, 2009, p. 32) (Figura 29).

Figura 29 – Fardamento do Liceu Industrial do Piauí (1937)



Fonte: Rêgo (2009, p. 32)

Na Figura 29, percebemos que nem todos os alunos utilizam uniformes, alguns estavam com boina e outros não. Tais diferenças expressas nos uniformes dos alunos indicam condições materiais desiguais entre as crianças que frequentavam os grupos escolares, as escolas isoladas ou as demais instituições educativas existentes no Estado, tais como a EAAPI e o Abrigo de Menores (Ribeiro; Silva, 2012, p. 586). Esse fato pode demonstrar que a igualdade proposta pelo uniforme é apenas aparente, e que as diferenças não desaparecem sob seu uso, permanecendo detalhes como linguagem, disposições culturais e estéticas. Por isso, segundo Dussel (2005 *apud* Ribeiro; Silva, 2012, p. 586), os uniformes escolares, mesmo sendo uma medida com proposta pautada nos princípios de igualdade, também provocam exclusões e impõem hierarquias e desigualdades: de gênero, sociais, raciais e culturais.

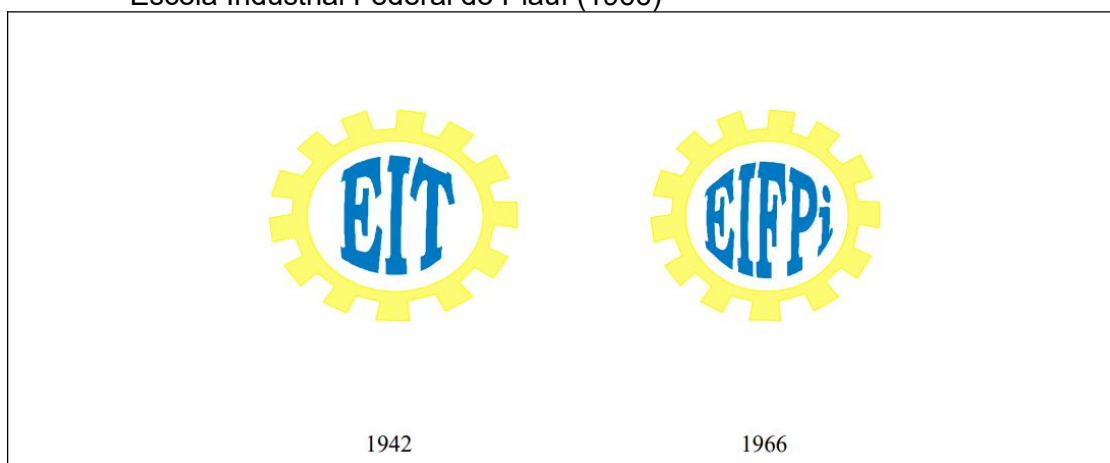
Nas décadas de 1940 e 1970, o uniforme escolar assumiu uma forma de aceitação social, tornando-se o sonho de muitos alunos. A Escola Industrial de Teresina, no ano de 1948, novamente modificou seu fardamento, passando a ser composto por uma calça sem bolso, vivo azul, camisa cáqui de gabardine com gandola e botina. No final da década de 1960, foi alterado para camisa fechada de mangas curtas, na cor verde claro, com 2 bolsos embutidos, vivo azul na altura do bolso, calça cáqui, vivo azul e sapato preto (Rêgo, 2009, p. 32).

Deve-se também chamar atenção para o símbolo da escola que surgiu no uniforme, no ano de 1942, a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial, e que

[...] foi representada por uma engrenagem de 23 dentes, simbolizando cada Escola da Rede. A partir do momento da cefetização, a logomarca perdeu a característica de enfatizar somente o aspecto técnico do ensino para valorizar também o seu aspecto intelectual (Rêgo, 2009, p. 47).

A Figura 30 traz o símbolo da Escola Industrial de Teresina, criada no ano de 1942, e o símbolo da Escola Industrial Federal do Piauí, criada no ano de 1966, e utilizados nos uniformes dos alunos.

Figura 30 – Símbolos presentes nos uniformes da Escola Industrial de Teresina (1942) e da Escola Industrial Federal do Piauí (1966)

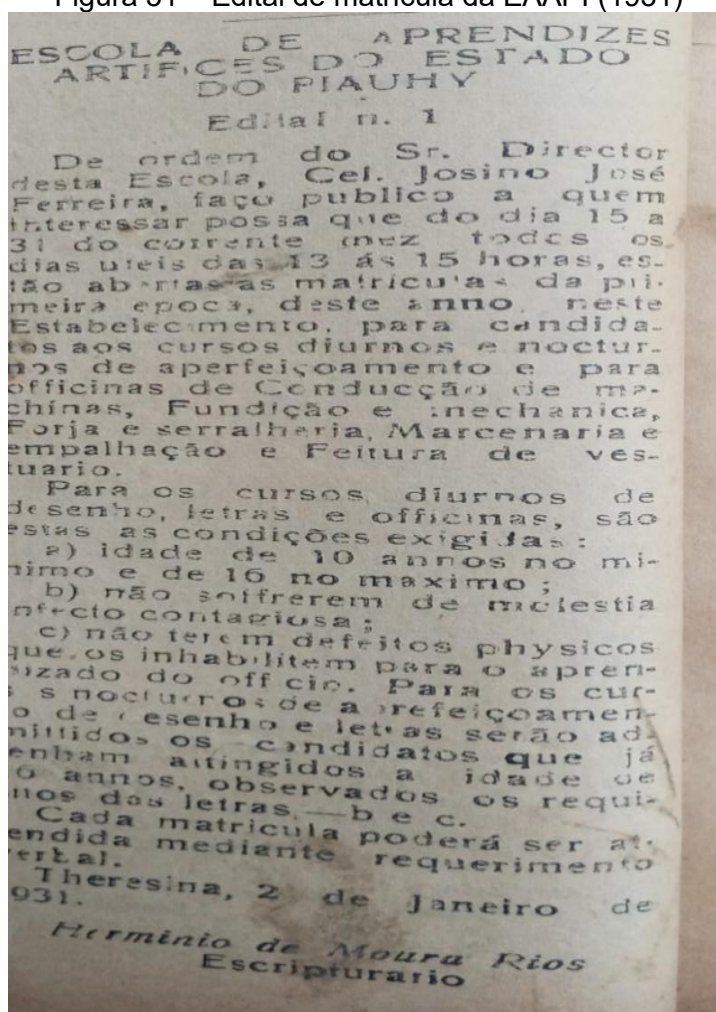


Fonte: Rêgo (2009, p.52)

3.1.2 O COTIDIANO E AS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO PIAUÍ

Os documentos encontrados e selecionados no Arquivo Público do Estado do Piauí, ao serem interpretados, permitiram conhecimentos variados em torno da instituição de Ensino Profissional e Industrial do Piauí, tais como o dia direcionado às matrículas dos novos alunos, licitações de empresas para o fornecimento de merenda escolar, bem como as visitas do interventor à instituição para comprovar os seus resultados. Logo, o aviso de matrículas da EAAPI pode ser visto no Diário Oficial do Piauí de 1931, trazendo os cursos disponíveis e a idade necessária para ingresso (Figura 31).

Figura 31 – Edital de matrícula da EAAP (1931)



Fonte: Escola [...] [1931a]

A Figura 31 evidencia que, devido à natureza pública federal da instituição, alguns de seus aspectos deviam ser registrados e divulgados no Diário Oficial do Estado, veículo de comunicação acessível à considerável parte da população piauiense. Assim, observamos, na publicação de 1931, os dias e horários destinadas à realização de matrículas nos turnos diurno e noturno, nas seguintes oficinas: Condução de Máquina; Fundição e Mecânica; Forja e Serralheria; Marcenaria e Empalhação e Feitura de Vestuário. As oficinas eram variadas, provavelmente priorizando os profissionais que teriam chances substanciais de inserção no mercado de trabalho.

Ainda na Figura 31, vemos a idade mínima de 10 anos e máxima de 16, para que o candidato tivesse acesso aos cursos, inicialmente de Desenho, Letras e Oficinas. Outras condições impostas estavam relacionadas à necessidade de os ingressantes não portarem moléstias contagiosas e não possuírem problemas de

natureza psicológica que envolvessem o comprometimento das atividades a serem executadas na Instituição, visto que, durante as aulas práticas nas oficinas, haveria máquinas que requereriam atenção e relativa capacidade na aprendizagem para o seu correto manuseio. Quanto aos cursos noturnos, a idade exigida era 16 anos e os mesmos cuidados supracitados nas alíneas "a" e "b" da Figura 31. Tais requisitos indicam certos limites adotados pela Instituição no momento de abrir suas portas aos futuros alunos.

O funcionamento da Escola estava destinado a uma aprendizagem prática nas oficinas, destacado no Edital n. 1 (Figura 31), sendo importante que os alunos mantivessem atenção e capacidade de compreender o que era ensinado pelos docentes sobre o manuseio do maquinário. Esse o motivo pelo qual era imperativo que os alunos ingressantes não possuíssem mazelas físicas ou psicológicas que, de alguma forma, impedissem a realização de tais procedimentos.

A Figura 32 apresenta instrumentos presentes durante uma aula da Oficina de Serralheria da Escola Industrial de Teresina (1942-1965), na qual é possível observar um dos alunos utilizando um dos instrumentos de corte. A Oficina de Serralheria deixaria os jovens aptos a exercer funções com o uso de metais, permitindo a criação de chapas de metais e portões, embora no início acompanhado de profissionais experientes. Os cuidados exigidos evidenciam a relevância da saúde para que as matrículas fossem efetivadas de maneira satisfatória, impedindo, com isso, acidentes de trabalho. O ensino era prático e no próprio ambiente escolar, com a participação supervisionada dos alunos.

Figura 32 – Oficina de Serralheria da Escola Industrial de Teresina (1945)



Fonte: Arquivo do IFPI

Outras atividades oriundas das oficinas na Escola Industrial de Teresina também destacavam o princípio da profissionalização relacionado à prática e à obtenção de um ofício para a busca de trabalho pelos alunos, através das experiências adquiridas ao longo do curso. A Figura 33 apresenta aula da Oficina de Modelagem e Desenho.

Figura 33 – Oficina de Modelação (1944)



Fonte: Arquivo do IFPI

Percebemos, nas fotografias localizadas, o funcionamento da instituição, a valorização do ensino prático, o que era de se esperar devido às características da Escola Industrial de Teresina como uma escola profissional e industrial. Na Figura 33, os alunos aprendiam o ofício da modelagem, provavelmente na confecção de objetos, como vasos e outros recipientes e até peças de máquinas.

O detalhe no quadro negro, ou seja, o molde evidencia ainda a existência e necessidade de aprendizagem teórica para fundamentar a prática realizada nas referidas aulas. O cotidiano de uma instituição escolar, numa concepção histórica, pode ser reconstruído, até certo ponto, por meio de sua documentação legal e iconográfica, visto que ambas conservam conhecimentos relevantes de como o dia a dia da escola foi sendo constituído, seus obstáculos, mudanças e determinados avanços.

Um dos relatórios dos representantes da Diretoria de Instrução Pública destaca um elogio à EAAP, afirma que

[...] o único estabelecimento de ensino profissional que possuímos é a Escola de Aprendizes Artífices. Sob a competente e solícita direção do distinto piauiense, coronel Josino José Ferreira, tem aquela escola conquistado a confiança pública e vai prestando relevantíssimos serviços à instrução popular (Diretoria [...], 1931).

Os documentos analisados forneceram informações relacionadas à forma como os alimentos oferecidos aos alunos da EAAPÍ eram obtidos, especificamente um edital de 1931 que trata de licitação para a eleição da empresa responsável pela distribuição da merenda na instituição:

Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Piauí
Edital n° 2

De ordem do sr. Director desta escola, cel. Josino José Ferreira, faço público a quem interessar, possa, que pelo prazo de 8 dias a contar desta data, nesta Repartição, nas horas do expediente, recebe-se propostas em cartas fechadas e sem rasuras, para o fornecimento no corrente anno, de merendas quotidianas aos alumnos nos dias de aula

Será aceita a proposta do concorrente que fizer por menor preço do fixado em lei; sendo estas as condições:

- a) Preço máximo de cada merenda \$ 600
- b) A merenda que é de preparo culinário, compõem-se de sopa, carne, arroz, feijoadá e a qual é feita na propria escola, na cosinha a tal fim destinada;
- c) Antes da distribuição, a merenda será inspeccionada pelo Director da Escola, que devolverá, caso a mesma não seja suficiente e de má qualidade;
- d) O fornecedor se sujeitará às condições garantidoras de pontualidade do fornecimento e da immediata substituição de qualquer artigo deteorado;
- e) O fornecedor no fim de cada mez apresentará a esta Directoria uma conta em duplicata, especificando cada artigo fornecido diariamente a fim de ser remetida à Delegação do Tribunal de Contas neste Estado, para os fins devidos;

Na Secretaria da Escola, todos os dias uteis serão prestadas aos concorrentes, que quiserem esclarecimentos a respeito

Theresina, 24 de janeiro de 1931

Henrique de Moura Rios

Escripuario (Escola [...], 1931b).

O Edital n. 2 destaca o que era necessário para que uma determinada empresa se candidatasse à distribuição da merenda na instituição, partindo da ordem do Diretor Geral da Instituição, Coronel Josino José Ferreira. Cada empresa interessada deveria apresentar sua proposta lacrada e sem borrão, para que fosse possível participar do concurso com as demais interessadas. A empresa que apresentasse o menor valor seria a vencedora. O edital estabelece, entre as

condições a serem atendidas pelos concorrentes, o preço mínimo, a qualidade dos produtos utilizados sob a inspeção da direção da escola, e as refeições devendo ser realizadas na cozinha da instituição.

As condições, ao serem observadas, evidenciam as limitações implícitas impostas aos concorrentes da referida licitação, especificamente na alínea “d” que trata da pontualidade a ser mantida no fornecimento da merenda e a troca de mercadorias que, porventura, estivessem deterioradas, além dos registros que deveriam ser fornecidos à Diretoria para serem contabilizados pelo Tribunal de Contas do Estado. Apesar das condições impostas referentes à saúde e à qualidade dos produtos, o estabelecimento priorizava a empresa que estivesse pronta a oferecer um preço relativamente baixo pelo serviço, reflexo, por vezes, da quantidade de recursos a ela destinados.

Na Figura 34, é possível observar uma chamada pública para certos cargos administrativos da Escola Industrial de Teresina.

Figura 34 – Prova de habilitação para armazenista, inspetor de alunos e bibliotecário da Escola Industrial de Teresina (1944)



Fonte: Escola [...] (1944a)

O Aviso (Figura 34) traz informações de um processo seletivo de funcionários, a ser realizado pela Instituição, marcado para o 24 de maio de 1944 e não mais no

dia 22. O referido aviso foi retirado de uma gazeta, um tipo de jornal que mantinha diferentes notícias sobre escolas, aposentadorias, bem como publicidade de produtos de emagrecimento e outros medicamentos.

O fato de tal informação estar presente em um jornal impresso demonstra o uso diário desse veículo de comunicação e o seu grau de divulgação/observação. A Figura 35 destaca outras notícias da cidade de Teresina e do Brasil, embora mantenha um aviso sobre as matrículas de alunos destinados à Escola Industrial de Teresina.

Figura 35 – Edital n. 42/2 de admissão à Escola Industrial de Teresina (1944)

GAZETA

Ministério da Educação e Saúde
Escola Industrial de Teresina

EDITAL N.º 42/2

Pelo presente são convidados a processarem suas matrículas nos cursos industriais desta Escola, de acordo com as instruções que serão prestadas pela Secretária, os alunos e candidatos habilitados respectivamente em exames de promoção e vestibular, realizados neste estabelecimento.

As matrículas serão processadas no período, de 20 de janeiro corrente a 19 de fevereiro próximo.

Secretaria da Escola Industrial de Teresina, em 17 de janeiro de 1944.

Moura Rego
Resp. pelo Secret.

VISTO.
L. Pires Chaves
Diretor.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
Delegacia do Piauí

EDITAL DE CITAÇÃO

Pelo presente edital fica citada a firma Areolino Ferreira da Silva, cujo último domicílio era Rua Eliseu Martins, n. 1142—Teresina—Piauí, para ciência da decisão do Delegado (por delegação da Presidência), pela qual foi autorizada a cobrança da multa na importância de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), bem assim de que tem o prazo de 15 dias, para recorrer ao Conselho Nacional do Trabalho, com o prévio depósito da importância reclamada ou prestação de fiança idônea no Órgão Local do Instituto à Rua Rui Barbosa, n. 134—N—Teresina—Piauí.

Teresina, 20 de Janeiro de 1944.

Petrônio Leitão
Delegado

Ritinha e o DO CONJUNTO

Não podes ver a Ritinha sempre sem companhia... Também, só responde: "Nã, posso!" Viva mal humorada... não conheço o regime ENO!

Leita NÃO

...está sempre rodada de amiga... sempre de bom humor pronta para divertir-se! Para ela o regime Eno é o segredo da alegria...

O QUE É O REGIME ENO:-

Quantos moléstias provêm de intoxicação intestinal! É o preço, de quando em quando, limpar os intestinos, desobstruir o organismo... o que se consegue com o uso contínuo de um laxante suave como o "Sal de Fructa" ENO. O regime ENO - ENO tomado ao deitar e ao levantar - dá bom humor, boa disposição, evitando o prisão de ventre e suas consequências.

70 ANOS DE FAMA MUNDIAL

"SAL DE FRUCTA"

ENO

LAXANTE SUAVE • ANTI-ACÍDO EPICAZ • MELHOR ALCALINIZANTE

CUIDADO "Sal de Fructa" só ENO! Original e legítimo. Evite imitações.

Ginásio Leão XII

MATRÍCULA PARA O CURSO PRIMÁRIO

De ordem da Diretoria deste Ginásio faço ciente aos senhores pais de família e demais pessoas interessadas que as aulas do curso primário começarão a funcionar a 15 de Fevereiro próximo.

Nova orientação será dada ao referido curso de agora por diante, o qual está confiado a um corpo docente de reconhecida competência e largo currículo — sob a orientação técnica do ilustre Prof. ODILTON NUNES, o qual, desde muitos anos exerce neste Estado as funções de inspetor técnico do ensino.

As matrículas ficarão abertas a partir de 1.º do referido mês de Fevereiro.

As aulas do curso primário noturno (gratuito) também reabrir-se-ão na mesma data.

Mais informações nesta Secretaria, diariamente, das 8h 11 e das 14 às 17 horas.

Joaquim Santos Noronha
Secretário.

Teresina, 20/1.º/1944.

Dr. Rui Marques
CIRURGIÃO-DENTISTA

Gabinete Electro-Dentário

Atende diariamente de 9 às 11 e das 14 às 17 horas.
Consultório, à rua Eliseu Martins, n.º 1219.

AVISO

O Dr. Ribamar Castro Lima avisa que reabriu o seu consultório à rua David Caldas, 151.
Horário: De 2 às 5 horas tarde.

Prof. Cândido Vasconcelos

Ginásio «Santa Terezinha»
FLORIANO — PIAUÍ

Diretor — Dr. Mancel Sobral Neto
SOB INSPEÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

Cursos: Ginásial, admissão ao ginásial e primário.

Instalado em amplo e confortável prédio, satisfazendo aos requisitos da pedagogia moderna. Dispõe de um dos melhores campos de Educação Física do Estado. Gabinete médico.

Valter Alencar
ADVOGADO
FONE 320
Coelho Rodrigues, 1297
TERESINA —:—:— PIAUÍ

Inglês a domicílio
O Professor Francisco das

Fonte: Escola [...] (1944b)

O jornal veicula diferentes notícias e avisos para os leitores, bem como aviso para que os jovens realizem suas matrículas nos cursos ofertados, visto que tal

procedimento será possível apenas com a aprovação no vestibular proposto pela Instituição. A *Gazeta* tinha, ainda, um apelo visual em torno dos produtos que eram divulgados com o intuito de fortalecer o interesse de possíveis interessados que a folheavam em busca de notícias relevantes ou avisos sobre a própria Escola Industrial de Teresina, como matrículas, seletivos e concursos para admissão, dentre outros.

De acordo com Oliveira (2016, p .2), o historiador passou a estudar os jornais como agentes da história, captando o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas suas páginas. Considera que a construção do fato jornalístico abrange não apenas elementos subjetivos de quem os produziu, mas expressam também interesses aos quais os membros dos jornais estão vinculados, ou seja, um jornal, como todo documento, não é neutro, e sua constituição respeita uma época ou mesmo grupo.

Na Figura 36, foi possível encontrar outra notícia sobre a Escola Industrial de Teresina, agora vinculada a um edital de processo seletivo do ano de 1942.

Figura 36 – Edital n. 932/7 de admissão à Escola Industrial de Teresina (1944)

Escola Industrial de Teresina

EDITAL N.º 932/7

De acôrdo com as instruções expedidas pela portaria ministerial n. 332, de 30 de dezembro de 1942, estarão abertas a partir de 1 e até o dia 10 de dezembro próximo vindouro, as inscrições para os exames vestibulares aos cursos industriais e de *mestria* desta Escola.

2 — O requerimento de inscrição será feito em modelo determinado pela Escola e selado com estampilha federal de Cr \$3,00 e selo de Educação.

3 — Com o requerimento devem ser apresentados os seguintes documentos: a) certidão de nascimento passada pelo oficial do registro civil e com sua firma reconhecida; b) atestado, recente, de vacina antivariólica passado por posto de saúde pública e com a firma reconhecida do médico atestante; c) atestado do médico da família, com firma reconhecida, provando que o candidato não é portador de doença transmissível; d) quatro (4) fotografias de 3 x 4 centímetros, de frente, sem chapéu e com o nome do candidato no verso.

4 — A idade, para a inscrição em qualquer dos cursos industriais, variará de 12 (doze) anos completos até 20 de fevereiro de 1944 e 17 (dezesete) anos incompletos até o dia 15 de dezembro do ano corrente.

5 — O candidato a qualquer dos cursos industriais apresentará certificado ou documento que prove haver recebido educação primária, de modo sistemático, por dois anos seguidos pelo menos.

6 — Para inscrição em qualquer dos cursos de *mestria*, além dos documentos a), b) e c) do item 3, o candidato apresentará certificado ou diploma de conclusão de curso industrial correspondente ao que pretende cursar.

7 — Os candidatos, à medida que tiverem suas inscrições aceitas, serão encaminhados ao serviço de saúde para os exames de capacidade física.

8 — Antes da realização dos exames, todos os candidatos serão submetidos a uma prova de aptidão mental.

Secretaria da Escola Industrial de Teresina, 11 de novembro de 1943.

Moura Rêgo
Resp. Exp. Secretaria.

Visto:
L. PIRES CHAVES
Diretor

Fonte: Escola [...] [1944c]

Segundo o Edital n. 932/7 (Figura 36), as inscrições para o processo seletivo para os cursos da Escola Industrial de Teresina estavam abertas, de acordo com Portaria Ministerial, deixando evidente a existência de uma legislação que legitima o vestibular. As condições para que o candidato pudesse concorrer a uma das vagas estavam, principalmente, na ficha de inscrição, tendo como modelo o estabelecido pela Escola, e a exigência dos seguintes documentos: certidão de nascimento, declaração de vacinação e declaração de que não havia possibilidade de o candidato trazer mazelas contagiosas, visto que o ambiente escolar poderia ser um fator prolífero de contágio.

A idade mínima era de 12 anos de idade e, a máxima, 17 anos, faixa etária considerada adequada, já que os alunos, uma vez aprovados nas aulas teóricas, seriam apresentados a máquinas e outros aparelhos industriais. O certificado de conclusão do Ensino Primário era necessário, devido aos cursos oferecidos na Escola Industrial de Teresina comporem o Secundário, além do certificado do curso industrial anterior, correspondente ao que desejasse concorrer, e dos exames de aptidão física e mental.

Contudo, é preciso destacar as atividades dos alunos, principais protagonistas ao lado dos professores, dos cursos e oficinas ofertados na Escola Industrial de Teresina, já que a materialização do ensino industrial dos jovens alunos ocorria nas exposições anuais das atividades produzidas pelos alunos na instituição.

A exposição para visitas para prestigiar o trabalho dos alunos ocorria mediante circular emitida pela direção da instituição às autoridades e às famílias dos alunos, pois era o momento em que, de certa forma, professores e alunos e o próprio ensino da instituição seriam colocados à prova pela sociedade, em termos de relevância. Na Figura 37, é possível observarmos pilões de madeira, feitos durante as aulas de Marcenaria, e, na imagem da direita, assentos mais sofisticados, devido à competência técnica empregada, o que pode atestar o nível relativamente avançado de aprendizado dos alunos.

Figura 37 – Exposição dos trabalhos dos alunos do Liceu Industrial do Piauí (1941 – 1942)



Fonte: Arquivo do IFPI

Os trabalhos dos alunos de uma instituição como o Liceu Industrial do Piauí eram considerados como estágio prático e supervisionado. Os objetos criados, além da beleza, demonstravam a capacidade de professores e alunos de fabricar produtos que poderiam ser comercializados na região. A EAAPI (1909-1937, o Liceu Industrial do Piauí (1937-1942), a Escola Industrial de Teresina (1942-1965) e a Escola Industrial Federal do Piauí (1965-1967), ao longo de sua trajetória histórica, foram consolidando sua importância como sinônimo de ensino profissionalizante voltado ao trabalho, mas que, ao mesmo tempo, fortaleceu a dicotomia do ensino propedêutico e profissional, o último destinado àqueles que buscavam um emprego rapidamente.

3.1.3 O CONHECIMENTO OFERECIDO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONAL: ENTRE DISCIPLINAS E CERTIFICADOS

Uma instituição escolar, de formação geral ou profissionalizante, como a EAAPI, apresenta documentação das disciplinas ofertadas e da certificação destinada aos estudantes que obtinham o grau técnico em alguma de suas oficinas. As matrizes curriculares e os certificados emitidos pela Instituição evidenciam uma trajetória de conhecimento direcionada aos estudantes, e as certidões de conclusão destacam uma materialização do objetivo alcançado.

As disciplinas escolares escolhidas para compor o currículo de uma instituição escolar estão relacionadas também ao tipo de representação de sociedade e cultura responsáveis pela criação da referida escola. A Escola Industrial de Teresina (1942-

1965) passa por momentos voltados especialmente à profissionalização e outro à formação geral e profissionalizante articuladas. Para Chervel (1990), as disciplinas escolares são uma forma de expor à luz o objetivo da escola na constituição de sua pedagogia, visto que os saberes ofertados são um reflexo do que se espera de uma instituição educacional e dos seus personagens principais.

Desse modo, as disciplinas da EAAPI (depois Liceu industrial do Piauí e Escola Industrial de Teresina) apresentadas na pesquisa seguem uma temporalidade pertencente às décadas de 1940 e 1950. As principais disciplinas ensinadas na Escola Industrial de Teresina podem ser vistas no Quadro 5.

Quadro 5 – Disciplinas do Curso de Forja e Serralheria (1943-1946)

| 1ª SÉRIE – 1943 | 2ª SÉRIE - 1944 | 3ª SÉRIE – 1945 | 4ª SÉRIE 1946 |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Português | Português | Português | Português |
| Matemática | Matemática | Matemática | Matemática |
| Ciências | Ciências | Ciências | Ciências |
| Geografia | Geografia | História | História |
| Média de Conjunto | Média de Conjunto | Média de Conjunto | Média de Conjunto |
| Oficina | Tecnologia | Tecnologia | Desenho |
| Média de Conjunto | Desenho | Desenho | Tecnologia |
| - | Oficina | Oficina | Oficina |
| - | Média de Conjunto | Média de Conjunto | Média de Conjunto |

Fonte: Autora

Dados: Arquivo do IFPI

A matriz curricular apresentada no Quadro 5 evidencia Português, Matemática e Ciências em todas as séries, destacando a importância destinada a essas três disciplinas, já que Português tem sua relevância justificada por ser a língua oficial do Brasil, e sua aprendizagem ser necessária como fator de comunicação e inserção social. Matemática e Ciências, devido aos conteúdos pautados em cálculos e objetividade, estavam presentes também nas quatro séries.

Não está sendo descrita apenas uma escola de natureza industrial, mas uma instituição que oferece tanto o ensino pautado na formação geral, embora com certas particularidades, como a priorização dada à prática industrial, pois, a partir da primeira série, os alunos já mantinham contato com uma oficina de iniciação prática. Contudo, outras disciplinas direcionadas à prática industrial, como Tecnologia e Desenho, começavam na segunda série, momento em que, provavelmente, os alunos já tivessem adquirido mais experiência.

A partir de uma matriz curricular de 1950, é possível perceber uma divisão das disciplinas organizadas como aquelas pertencentes à cultura geral e as

relacionadas à prática de maneira mais específica, conforme pode ser observado na Figura 38.

Figura 38 – Livro de Registro de Diplomas: Certificado de Alfaiataria (1949 – 1951)

| Disciplinas de | Notas | | | | Observações |
|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| | Séries | | | | |
| Cultura geral | 1 ^o 1949 | 2 ^o 1950 | 3 ^o 1951 | 4 ^o 1952 | |
| Português | 47 | 47 | 54 | 60 | |
| Matemática | 52 | 43 | 43 | 63 | |
| Cienc. Fis. Nat. | 74 | 63 | 60 | 58 | |
| Geog. do Brasil | 62 | 63 | - | - | |
| Hist. do Brasil | - | - | 65 | 70 | |
| Média Conjunto | 59 | 54 | 56 | 63 | |
| Porcentagem de Frequência | | | | | |
| Prática | Séries | | | | |
| Educativa | 1 ^o 1949 | 2 ^o 1950 | 3 ^o 1951 | 4 ^o 1952 | Observações |
| Educ. Física | 76,16% | 92,44% | 92,96% | 75,38% | |
| Canto Orfeônico | 75% | 78% | 79% | 75,89% | |
| Educ. Doméstica | | | | | |
| Notas | | | | | |
| Disciplinas de | Séries | | | | |
| Cultura Técnica | 3 ^o 1951 | 4 ^o 1952 | 1 ^o 1949 | 2 ^o 1950 | Observações |
| Desenho Técnico | 48 | 54 | 59 | 53 | |
| Tecnologia | 69 | 75 | - | 82 | |
| Rec. máquinas | - | - | - | - | |
| Marcenaria | - | - | - | - | |
| Fundição | 75 | 75 | 73 | 67 | |
| Serralheria | - | - | - | - | |
| Alfaiataria | - | - | - | - | |
| Média conjunto | 64 | 68 | 67 | 67 | |

Fonte: Arquivo do IFPI

Nesta matriz curricular, as disciplinas de natureza geral mantêm as disciplinas de Português, Matemática, Ciências e Geografia do Brasil e História do Brasil que, diferente da matriz referente à década de 1940 (Quadro 5), não estavam divididas. Esta matriz evidencia, também, a presença de disciplinas direcionadas à prática física, ao ensino voltado ao trabalho doméstico, este provavelmente voltado às mulheres, e o Canto Orfeônico que, como disciplina, foi obrigatório nos currículos das escolas brasileiras nas décadas de 1930 a 1950. As duas primeiras colunas não apresentam disciplinas pautadas exclusivamente no Ensino Técnico

Profissionalizante, mas necessárias, dado o funcionamento das escolas industriais como instituições de ensino ao lado de escolas que ofereciam a educação profissional.

O terceiro grupo de disciplinas destaca aquelas que são observadas na educação prática do Ensino Industrial Básico, como Mecânico de Máquinas, Marcenaria, Fundição, Serralheria e Alfaiataria. As disciplinas técnicas presentes evidenciam a necessidade de aprendizagem de conhecimentos que possam auxiliar o aluno na obtenção de habilidade para corte e costura e desenhos de peças de vestuário a serem usados na busca por empregos que poderiam auxiliar na sua subsistência.

A matriz curricular destaca, ainda, que o aluno deveria ser matriculado apenas nas disciplinas técnicas que estavam relacionadas com o seu curso técnico de maneira específica. As áreas marcadas pela ausência de notas demonstravam que, mesmo havendo disciplinas que não estavam vinculadas ao curso ou oficina específica, essas não eram aproveitadas. Por exemplo, um aluno de Alfaiataria não poderia cursar uma disciplina de Mecânico de Máquinas. Outro ponto a ser observado era que as notas representavam a média aritmética dos pontos alcançados, em uma escala de 0 a 100.

A certificação obtida, ao final, representava a possibilidade de continuidade ou aprofundamentos dos estudos em cursos posteriores, bem como aceitação educacional brasileira. O certificado demonstra que o curso realizado pelo aluno foi aproveitado. Nesse sentido, a Figura 39 apresenta um certificado da Escola Industrial de Teresina que deveria ser datilografado posteriormente.

Figura 39 – Certificado de conclusão da Escola Industrial de Teresina (1959)

Antônio José de Ribamar Sousa

(Emblema da República) República dos Estados Unidos do Brasil Escola Industrial de Teresina. O Diretor da Escola Industrial de Teresina, de acordo com os preceitos legais e tendo por fundamento os termos de aprovação em todas as matérias do curso Industrial de Serralheria, concluído no ano letivo de 1959, pelo Sr. Antônio José de Ribamar Sousa, filho de Luiz Gonzaga de Sousa, natural do Estado Piauí, município de Teresina, nascido em 21 de novembro de 1942, por fim ao mesmo o diploma de Artífice em Serralheria, de que trata a legislação vigente do curso industrial, para que possa gozar todos os direitos e prerrogativas concedidas a este título pelas leis do país. Teresina, 15 de dezembro de 1959 a) Murillo de Rubim Costa Diretor da Escola b) Antônio José de Ribamar Sousa. Diplomado a) foi F. Castelo Branco Secretário.

| Disciplinas de | Notas | | | | Observações |
|----------------------|--------|------|------|------|-------------|
| | Séries | | | | |
| Cultura Geral | 1956 | 1957 | 1958 | 1959 | |
| Português | 69 | 59 | 54 | 88 | |
| Matemática | 41 | 52 | 56 | 53 | |
| Ciências Fís. e Nat. | 68 | 76 | 81 | 72 | |
| Geog. do Brasil | 56 | 78 | - | - | |
| Hist. do Brasil | - | - | 67 | 85 | |
| Música | 57 | 66 | 65 | 75 | |

Porcentagem de frequência

| Prática | Notas | | | | Observações |
|--------------------|--------|------|------|------|-------------|
| | Séries | | | | |
| Educativa | 1956 | 1957 | 1958 | 1959 | |
| Educação Básica | 82% | 85% | 85% | 90% | |
| Conte. Disciplinar | 78% | 80% | 82% | 85% | |
| Educ. Doméstica | - | - | - | - | |

Notas

| Disciplinas de | Notas | | | | Observações |
|-----------------|--------|------|------|------|-------------|
| | Séries | | | | |
| Cultura Básica | 1956 | 1957 | 1958 | 1959 | |
| Desenho Técnico | 77 | 78 | 49 | 56 | |
| Tecnologia | - | 52 | 51 | 72 | |
| Latino | 74 | 70 | - | - | |
| Loja | 74 | 69 | 71 | 69 | |
| Serralheria | 74 | 69 | 71 | 69 | |
| S. Serralheria | - | - | 71 | 69 | |
| S. Serralheria | - | - | 71 | 69 | |
| Música Global | 75 | 68 | 64 | 67 | |

Assinatura e firma Antônio José de Ribamar Sousa e Murillo de Rubim Costa; deu fé seu atumado (sinal público) de cidade Teresina, 2 de janeiro de 1961 Luiz Pava e Silva Escrivão Jura-entado Autorizado Cirma. no Tabelião Brilo Corre. Av. General Azevedo, 342 - A. Rio Antônio José de Sousa 1º Ofício de Notas Luiz Pava e Silva Tabelião Cirma - Piauí. Livro de sig. trata-se de diploma a empreito a. alius gratuita. Nota 2.ª do art. 47, da lei de sig. em vigor. Teresina, 4 de janeiro de 1961. Secretaria de Justiça Barros Col. Ed. Sebastião de Souza Barros Ouvidor ref. 20. Prop. 4/Exp. 10/61

Fonte: Arquivo do IFPI

Desse modo, esta certificação traz como aspectos peculiares o espaço a ser deixado para o Brasão de Armas da República brasileira, o nome completo do Brasil (República dos Estados Unidos) e da Escola Industrial de Teresina como a instituição que expede o certificado, além de ser manuscrito. No documento, consta, ainda, o nome do diretor responsável pela assinatura e legitimação da certificação, o nome do curso (Artífice em Serralheria) e o ano de conclusão. Em seguida, há o

Histórico Escolar com as disciplinas cursadas e as notas obtidas, bem como a porcentagem das frequências mantidas pelo aluno no decorrer do curso.

É provável que as informações contidas na Figura 39 devessem ser colocadas em um papel adequado a esse fim, já que há certos fatores que permitem tal conclusão, como o espaço deixado para o brasão da República. O que pode ser constatado é que os dados manuscritos demonstram uma habilidade de escrita organizada e coesa, mas um trabalho e cuidados redobrados, e que seriam datilografados, como forma de possibilitar uma estética mais apropriada às demandas da educação e do poder legal, suposição que pode ser corroborada com a Figura 40.

Figura 40 – Relação de alunos diplomados pela Escola Industrial de Teresina (1960)

| MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA | | | | | | |
|---|---|--------------------|---|----------------------------|-------------|--------------|
| DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL | | | | | | |
| RELAÇÃO DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA Industrial de Teresina | | | | | | |
| NOME | Filiação | Data de nascimento | Título compl.do dip. (certif. ou cart. ofic.) | Data da conclusão do curso | Registro | |
| | | | | | Nº do livro | Nº da página |
| Antônio José Araújo Costa | Jeconias de Araújo Costa e Maria da Silva Araújo | 23-11-1939 | Diploma de Artífice em Mecânica de Máquinas | 1960 | 7 | 64 |
| Aureliano Ferreira Neto | João Ferreira das Neves e Alice Ferreira das Neves | 19-11-1942 | Diploma de Artífice em Fundição | 1960 | 7 | 65 |
| Benedito Agripino da Silva filho | Benedito Agripino da Silva e Raimunda Lima da Silva | 03-02-1942 | Diploma de Artífice em Mecânica de Máquinas | 1960 | 7 | 66 |
| Benedito Rodrigues Silva | Martinho Rodrigues da Silva e Antônia Vieira da Silva | 06-10-1941 | Diploma de Artífice em Serralheria | 1960 | 7 | 67 |

Fonte: Arquivo do IFPI

A Figura 40 é um documento datilografado que apresenta os alunos diplomados pela Escola Industrial de Teresina, em 1960, com informação do curso, nome completo de cada aluno, filiação, número do livro de registros e página. No cabeçalho, há os nomes dos órgãos aos quais a Escola Industrial de Teresina estava subordinada. A existência de uma burocracia documental de uma instituição escolar industrial de Teresina auxilia na sua organização e manutenção de seu arquivo, a ser utilizado em pesquisas posteriores, tendo, em diversos certificados emitidos, uma forma de compreender o dia a dia dos alunos da Escola Industrial de

Teresina e o caminho traçado até o alcance de seu objetivo, a saber, o certificado de artífice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Profissional no Brasil, ao longo de sua trajetória, estava associado especificamente à formação de mão de obra destinada a suprir as necessidades de industrialização tardia vivenciada pelo Brasil, criando, conseqüentemente, uma dicotomia entre a Educação Profissionalizante voltada à camada humilde e ao ensino propedêutico de formação geral, para ingresso nos cursos superiores e direcionado às famílias abastadas. Desse modo, a EAAPI, criada em 1909 e implantada em Teresina, pelo Governo Federal, em 1910, no decorrer do recorte temporal desta pesquisa, enfrentou avanços, retrocessos e mudanças em sua cultura escolar, nas relações estabelecidas com a comunidade piauiense e nas dificuldades vivenciadas no decorrer de sua consolidação.

Durante a análise da documentação e das imagens relacionadas à instituição pesquisada, foi possível perceber a sua importância, devido à presença nos veículos de comunicação da época, especialmente os jornais, já que as informações de matrículas, concursos para cargos administrativos e até solicitação de verbas podiam ser encontrados nas páginas dos jornais. As suas oficinas estavam ligadas à necessidade de fornecer ofício a indivíduos que não tinham como se sustentar ou órfãos, na cidade de Teresina. Essas oficinas eram de Serralheria, Sapataria, Marcenaria e Metalurgia, além de uma educação condizente com suas necessidades.

As fontes iconográficas formam outro fator que contribuiu para o conhecimento das diferentes transformações da EAAPI, principalmente os diretores que prestaram serviço à instituição, sendo grande parte deles enviada pela Capital Federal, a maioria com experiência em cargos governamentais. Isso demonstrava a relativa preocupação com a gestão da EAAPI e também com a inspeção, sendo enviadas informações para o Governo Central. Por outro lado, é preciso salientar que a mesma documentação evidenciou pedidos de cancelamento de dívidas e solicitação de recursos para reformas, com o intuito de arcar com a reforma em um prédio alugado, além de recursos financeiros que, por vezes, eram direcionados em quantia insuficiente, se comparada a outras instituições.

A instituição que serviu de base para esta pesquisa foi gradativamente consolidando sua cultura escolar e aceitação na cidade de Teresina. Embora houvesse uma iniciativa provincial anterior em Oeiras, na nova Capital, a EAAPI

criou estruturas que auxiliaram no desenvolvimento de seus alunos e da cidade. Os trabalhos criados pelos estudantes demonstravam aperfeiçoamento e dedicação dos professores e do alunado empenhado em materializar a sua aprendizagem.

Observamos que a instituição manteve diferentes representações estimuladas pelo contexto histórico do Brasil, seguindo as mudanças de sua nomenclatura. De EAAPI, tornou-se Liceu Industrial do Piauí, Escola Industrial de Teresina e, em seguida, Escola Industrial Federal do Piauí. Nessas alterações de nomes, sua cultura escolar também foi transformada, quando, especialmente durante a década de 1940, a concentração na formação de mão de obra para a indústria estava em pleno fortalecimento, uma percepção encontrada, sobretudo, nas fotografias das oficinas ofertadas naquele período.

A EAAPI representou, durante o recorte temporal da pesquisa, as expectativas da sociedade por um ensino que possibilitasse que jovens de famílias pouco abastadas tivessem a alternativa de sobrevivência com a aprendizagem de um ofício, embora com a estratégia inicial de criar mão de obra barata para a Nação que fortalecia sua industrialização. Essa instituição, criada pelo Governo Federal, foi construindo uma representação de ser a responsável pela aprendizagem técnica dos alunos, uma competência que poderia ser utilizada no seu sustento.

A EAAPI, assim como as escolas posteriores, deixava claro seus objetivos profissionalizantes, no ensino e na prática exercida, e, aos poucos, foi compondo a história educacional piauiense e de sua educação profissional. Vale ressaltarmos que pesquisar e escrever sobre a EAAPI apresenta um duplo desafio: descrever a sua cultura escolar criada por meio de sua documentação e entender uma história voltada ao Ensino Profissionalizante e Industrial em Teresina. A documentação escassa revela limitação de fontes que poderá ser superada no aprofundamento de estudos sobre a Instituição.

Apesar de o recorte temporal abordar o período de 1909 a 1967, é importante destacar que a EAAPI (em 2008, passou a IFPI) vivenciou transformações que contribuíram para seu desenvolvimento como instituição. Hoje, o IFPI é uma instituição de Educação Básica, Superior e Profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica em diferentes modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, desenvolvendo uma Educação

Profissional e Tecnológica de qualidade desenvolvendo uma formação humana integral e integrada. Com isso, promove a integração e a verticalização da Educação Básica à Educação Profissional e Educação Superior.

Atualmente, o IFPI é uma instituição respeitada e valorizada no Piauí, tem *Campus* em diferentes cidades do estado e ainda atende um público, em sua maioria, oriundo de famílias de baixa renda. Além da profissionalização, a Instituição oferece programas de assistência estudantil que têm por objetivo intervir no enfrentamento das desigualdades sociais que interferem no contexto acadêmico, contribuindo para a permanência e êxito escolar dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. S. M.; SILVA, C. M. C. de S. e. Os arquivos escolares e a formação da memória educacional da Escola Estadual 26 de agosto em Campo Grande–MS (1936-1982). 2019. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 27., Natal, 2013. **Anais** [...], ANPUH: Natal, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875807_85dc04948bee2cfeb5e989d9d8d4381e.pdf. Acesso em: 4 mar. 2024.
- ARAÚJO, J. S. O Estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai (1865-1888). **Oficina do Historiador**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 57-77, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/13255>. Acesso em: 9 abr. 2023.
- ARAÚJO, M. B. de. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- BARROSO, J. **Cultura, Cultura escolar e cultura de escola 1**. Universidade Estadual Paulista-Júlio de Mesquita Filho. v. 1, D26. São Paulo: Unesp/UNIVESP, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262?mode=full>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- BENITO, A. E. **Etnohistória e cultura material da escola**: a educação nas exposições universais. *In*: SILVA, V. L. G. da; SOUSA, G. de; CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória : EDUFES, 2018. p. 93-118.
- BEZERRA SOUSA, J. Reflexões sobre o uso do jornal como fonte para a história da educação piauiense. **Caminhos da Educação**: diálogos culturas e diversidades, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 132-148, 2020. DOI: 10.26694/caedu.v1i3.10013. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/2437>. Acesso em: 05 mai.2022.
- BONATO, N. M. DA C. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 5, n. 10, p. 193-220, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652>. Acesso em: 05 out.2022.
- BURKE, P. **O que é História Cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto Imperial n. 5.392, de 10 de setembro de 1873**. Coleção de Leis Brasileiras Actos do Poder Executivo. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1873

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 3.914, de 26 de janeiro de 1901.** Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional. *In: Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil 1.* Rio de Janeiro, 1902. p. 171-193.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911.** Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=D%C3%A1%20novo%20regulamento%20%C3%A1s%20escolas,61%20da%20lei%20n.> Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918.** Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13064-12-junho-1918-499074-republicacao-95621-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 6.029, de 26 de julho de 1940.** Aprova o regulamento para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais de que cogita o art. 4º do Decreto-Lei n. 1.238, de 2 de maio de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6029-26-julho-1940-324447>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 4 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 4 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 7.044 de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm#:~:text=LEI%20No%207.044%20DE%2018%20DE%20OUTUBRO%20DE%201982.&text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,1%C2%BA%20%2D%20Os%20arts. Acesso em: 4 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 4 mar. 2024.

CAMPOS, N. P. O aspecto pedagógico das bandas e fanfarras escolares: o aprendizado musical e outros aprendizados. **Revista da Abem**, [S. l.], v. 16, n. 19, 2014. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/264>. Acesso em: 19 mar. 2008.

CARDOSO, E. B. **Múltiplas e singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2012.

CARVALHO, M. A. M. de. **Nilo Peçanha e o sistema federal de Escolas de Aprendizizes Artífices (1909 a 1930)**. 2017. 305 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-19092017-143941. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-19092017-143941/pt-br.php>. Acesso em: 22 out. 2023.

CASTELO BRANCO, P. V. **Mulheres plurais**. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

CASTELLO BRANCO FILHO, M. **O povoamento do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1976.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Algés: Difel, 1988.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

COOK, T. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: NEDEL, L.; HEYMANN, L. Q. (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 17-81.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

D'ANGELO, M. **Caminhos para o advento da Escola de Aprendizizes e Artífices de São Paulo (1910-1930)**: um projeto das elites para uma sociedade assalariada. 2000. 350 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-20092012-164022/pt-br.php>. Acesso em: 06 nov.2022.

DE LUCA, T. R. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

DIRETORIA de Instrução Pública. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina, 24 de janeiro de 1931.

DESPESAS com obras públicas. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina, 8 de novembro de 1927.

ESCOLA de Aprendizes Artífices do Piauí: Edital n. 1. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina, 20 de janeiro de 1931a.

ESCOLA de Aprendizes Artífices do Piauí: Edital n. 2. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina, 24 de janeiro de 1931b.

ESCOLA Industrial de Teresina. Edital n. 1: prova de habilitação para armazenista, inspetor de alunos e bibliotecário. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina , 7 de janeiro de 1944a.

ESCOLA Industrial de Teresina. Edital n. 42/2. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina, 9 de janeiro de 1944b.

ESCOLA Industrial de Teresina. Edital n. 932. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina , 7 de fevereiro de 1944c.

ESCOLA Industrial de Te. – PI. *In*: **Therezina do passado**. [20-]. Instagram. Disponível em:<https://www.instagram.com/p/CG2JdzfjXoX/?igsh=ZTh5bXQzOHQ3aGk2>. Acesso em: 17 mar. 2024.

ESPECIAL Teresina 170 anos: a capital Teresina e sua história. *In*: **Folha Piauí.com.br**, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://folhapiauui.com.br/especial-teresina-170-anos-a-capital-teresina-e-sua-historia/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FAVERI, D. B. de; PETTERINI, F. C.; BARBOSA, M. P. Uma avaliação do impacto da política de expansão dos Institutos Federais nas economias dos municípios brasileiros. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 50, 2021. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742). Acesso em: 06 nov. 2023.

FERNANDES, R. de L. **Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí: práticas educativas e relações de poder (1849-1873)**. 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2265>. Acesso em: 09 abr.2023.

FERRO, M. do A. B. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FERRO, M. do A. B.; NASCIMENTO, F. de A. de S. **História da Educação: novos olhares, velhas questões**. Teresina: EDUFPI, 2009.

FONSECA, C. S. da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

GANDARA, G. S. Teresina: a capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História São Paulo**, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100005> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/M6gfmTQqhnjCsvdHQJ4rdPp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 abr. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://meiradarocha.jor.br/news/tcc/files/2017/12/Gerhardt-e-Silveira.-M%C3%A9todos-de-Pesquisa-EAD-UFRGS.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2005.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, K. B. Entre memórias e narrativas de vida desde a Escola de Aprendizizes Artífices em Campos dos Goytacazes (RJ). **Orfeu**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 2 - 19, abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/2525530407012022e0101/14298>. Acesso em: 22 out. 2022.

GOMES, L. C. G. Imagens e memórias da Escola de Aprendizizes Artífices de Campos. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., Caxambu, 2005. **Anais [...]**. Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt02/p024.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.

HOUAISS, Antonio. Prefácio que devia ser Posfácio. *In*: MACHADO, A. M. **Recado do nome: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

INSTRUÇÃO Pública do Piauí. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina, 9 de janeiro de 1921

JERONIMO, M. K. A Expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí IFPI: 110 anos de história. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6. **Anais [...]**, Fortaleza: ABMES, 2019. Disponível em: http://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA20_ID13389_03102019223209.pdf. Acesso em: 28 maio 2023.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, p. 9- 43, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/e9023977-ec31-43ec-802a-7ba9759d8ea2>. Acesso em: 05 mai. 2023.

LAWN, M. A materialidade dinâmica da educação escolar: professores, tecnologias, rotinas e trabalho. *In*: SILVA, V. L. G. da; SOUSA, G. de; CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 352- 358.

LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIBERIO, C. A. O debate sobre a construção das políticas emancipacionistas no Piauí (1872 - 1885): o caso do Estabelecimento Agrícola São Pedro de Alcântara. **Revista Faces de Clio**, v. 9, n. 17, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/38396>. Acesso em: 05 out. 2022.

MACHADO, A. M. **Recado do nome**: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista; EDUSF, 2004.

MEDEIROS, R. H. A. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento *In*: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 3., Vitória da Conquista. **Anais [...]** Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4750/art8_14.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024.

MELO, J. J. P. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. *In*: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (org.). **Fontes e métodos em História da Educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 13-34.

MIGNOT, A. Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 74, n. 178, p. 619-638, set./dez. 1993.

MITRE, A. B.; TEIXEIRA, M. L. G. Escola Industrial de Teresina (1950): projeto arquitetônico e educacional. **Labor & Engenho**, Campinas-SP, v.13, p. 1-12, e019012, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337262408_Escola_Industrial_de_Teresina_1950. Acesso em: 05 out. 2023.

NASCIMENTO, J. M. do. Ensino profissional brasileiro no século XIX: ações assistencialistas e de reeducação pela aprendizagem de ofícios. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 76–98, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i2.63681. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/63681>. Acesso em: 16 fev. 2022.

NEVES, X. R.; MARTINS, M. do C. **Memórias e história da escola**. Campinas-SP: Editora Mercado de Letras, 2008.

NORA, P. **Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux**. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, G. S. Cidade, espaço urbano e sua dinâmica. **Revista Aurora**, v. 4, n. 2, p. 80-91, 2011. DOI: 10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1275. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1275>. Acesso em: 20 set. 2023.

OLIVEIRA, R. D. Os jornais enquanto fontes de pesquisa: possibilidades de estudos a respeito do município de Uberaba/MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., Uberaba, 2016. **Anais [...]**, Uberaba/MG, UFTM, 2016. Disponível em: https://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1469195631_ARQUIVO_TextoAnpuh2016.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

OLIVEIRA, M. P. de; MONTI, E. M.G. do; GRAZZIOTIN, L. S. S. O Acervo do Instituto Federal do Piauí *Campus* Teresina Central: possibilidades de arquivamento da memória institucional. *Rev. CPC, São Paulo*, v. 15, ed. 30 especial, p. 114-136, ago./dez. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350111266_O_acervo_do_Instituto_Federal_do_Piaui_-_Campus_Teresina_Central_possibilidades_de_arquivamento_da_memoria_institucional. Acesso em: 16 fev. 2023.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1997.

PÁDUA, E. M. R. G. L. **Do surgimento do ensino profissionalizante à Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) nos dias atuais**. 1997. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 1997.

PIAUI. **Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Antonio de Britto Souza Gayoso passou a administração da Província do Piauhy ao Excelentíssimo Senhor Presidente Doutor José Fernandes Moreira no dia 13 de julho de 1862**. Teresina: Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques, 1862.

PIAUHY–THEREZINA: Banda de Música da Escola de Aprendizizes Artífices (2018). *In: Grupo do Facebook Teresina do Passado* [20-]. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1335424503503284&set=gm.954230972051069&idortvanity=489485951858909&locale=pt_BR. Acesso em: 9 abr. 2023.

PIMENTEL, F. E.; QUEIROZ, T. de J. M. Teresina, uma capital republicana: as mudanças ocorridas na capital do Piauí com a chegada do século XX. **Humana Res.**, Teresina: NEEPP/UESPI, v. 1, n. 001, jan./jun. 2019. Doi: 2151838.1.1-20. Disponível em:

<https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/27>. Acesso em: 21 mar. 2024.

QUADRA Esportiva da Escola Técnica Federal do Piauí -1970. **Teresina do Passado**. Facebook. 2021. Disponível em:

https://www.facebook.com/photo/?fbid=1317240171988384&set=gm.935834590557374&id=489485951858909&locale=pt_BR. Acesso em: 17 mar. 2024.

RÊGO, V. R. **100 fatos de uma escola centenária**. Teresina: IFPI, 2009.

REIS, A. de C. C.; FERRO, M. do A. B. História e memória da educação nas páginas do livro didático “Corações de Crianças”. *In: História da Educação: novos olhares, velhas questões*. Teresina: EDUFPI, 2009. p. 37-46.

RIBEIRO, I.; SILVA, V. L. G. da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 575-588, jul./set. 2012.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/KH9vPQxD3XSP7kkyvsYZ3Yg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RODRIGUES, A. G.; RÊGO, V. R. **100 anos de uma Escola Centenária**. Teresina: IFPI. 2009.

RODRÍGUEZ, M. V. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. *In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. Fontes e métodos em História da Educação*. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 114-136.

SANTANA, F. das C. **A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, de 2008 a 2010: um estudo sobre a localidade dos campi no território piauiense**. Tese (Doutorado em Geografia) – Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro-SP, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/items/7ec78681-33fd-4b7e-b5d1-56f49d7c20f1>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SANTOS, E. F.; SANTOS, I. F.; NERY, M. A. A. M. Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 30, n. 63, p. 1-17, 2020. DOI: 10.18675/1981-8106.v30.n.63.s13561. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13561>. Acesso em: 06 nov. 2022.

SOARES, M. de J. As Escolas de Aprendizes e Artífices e suas fontes inspiradoras. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 4, p. 69-77, 1981. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/fe/article/view/87515>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SOARES, M. de J. A. **As Escolas de Aprendizes Artífices: estrutura e evolução**. Fórum Educacional Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982. Disponível em: [file:///C:/Users/Virg%C3%ADnia/Downloads/admin,+3+-+As+Escolas+de+Aprendizes+Art%C3%ADfices+-+estrutura+e+evolu%C3%A7%C3%A3o%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Virg%C3%ADnia/Downloads/admin,+3+-+As+Escolas+de+Aprendizes+Art%C3%ADfices+-+estrutura+e+evolu%C3%A7%C3%A3o%20(1).pdf). Acesso em: 23 fev. 2023.

SOLICITAÇÃO de pagamento ao Tribunal de Contas do Estado. **Diário Oficial do Piauí**, 3 jan. 1931.

SONEGO, M. J. F. A fotografia como fonte histórica. **Historiæ**, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2366>. Acesso em: 05 mai. 2022.

SOUSA, T. R. M. **A Escola de Aprendizes Artífices do estado de Goiás: o ensino profissional no projeto de modernização da sociedade Brasileira (1909 a 1926)**. 2020. 241 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

TERESINA–PIAUI: Alunos da Oficina de Marceneiros da Escola de Aprendizes Artífices, vendo-se o mestre Ponciano Campos (1913). *In*: IBA MENDES PESQUISA: cidades e memória. [20-]. Disponível em: www.ibamendes.com/search/label/PIAUI. Acesso em: 9 abr. 2023.

TRIGUEIRO, N. C.; ARAÚJO, P. C. Trajetos educacionais na profissionalização da mulher. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2., 2016, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: [s. n.], 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA9_ID3459_24102016000042.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

VASCONCELOS, M. I. B. de; FERRO, M. do A. B. Liceu Piauiense (1845-1910): uma abordagem histórica. *In*: FERRO, M. do A. B.; NASCIMENTO, F. de A. de S.; SOUSA, L. L. de (org.). **História da Educação: novos olhares, velhas questões**. Teresina. EDUFPI, 2009. p. 27-46.

VICENTINI, W. R. Apontamentos para a História da Educação: a educação profissional e superior no Brasil da era Vargas. *Cadernos Zygmunt Bauman*, v. 11, n. 27, 2021. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7969936/mod_resource/content/2/Brasil-EraVargas.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

VIDAL, L. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital. Brasília: Ed. UnB, 2009.